

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL



Dissertação

**PATRIMONIALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS: Estudo de caso da
construção da narrativa do dossiê de tombamento do Centro Histórico e
Paisagístico de Jaguarão-RS**

Nicolli Bueno Gautério

Pelotas, setembro de 2022.

Nicolli Bueno Gautério

**PATRIMONIALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS: Estudo de caso da
construção da narrativa do dossiê de tombamento do Centro Histórico e
Paisagístico de Jaguarão-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada, junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, para exame necessário, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ovenhausen Albernaz

Pelotas, setembro de 2022.

G275p Gautério, Nicolli Bueno.

Patrimonialização de Centros Históricos : estudo de caso da construção da narrativa do dossiê de tombamento do centro histórico e paisagístico de Jaguarão – RS / por Nicolli Bueno Gautério. – 2022.

131 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, RS, 2022.

“Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Renata Ovenhausen Albernaz”.

1. Patrimônio cultural – Proteção – Jaguarão (RS). 2. Centros históricos – Jaguarão (RS). I. Título.

CDU: 719(816.5)(043.3)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Thiago Lopes da Silva Wyse - CRB 10/2065



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aluno	20104267 - NICOLLI BUENO GAUTERIO		
CPF	02003747028	Nacionalidade	BRASILEIRA
Naturalidade	RIO GRANDE		
Ingresso	SELEÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO - 2020/1		
Programa	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL		
Curso	7045 - MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	Nível	MESTRADO ACADÊMICO
Modalidade	PRESENCIAL		

Dados pessoais dos membros da banca examinadora

Nome completo	Documento	Nasc	Titulação		
			Área	Local	Ano
SIDNEY GONÇALVES VIEIRA	41141164000	1962	GEOGRAFIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	2003
RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ	932.191.489-72	1973	DIREITO	UFSC	2008
ARISTON AZEVEDO MENDES	405.963.703-34	1967	SOCIOLOGIA POLÍTICA	UFSC	2006
ALAN DUTRA DE MELO	6063842337	1977	MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURA	UFPEL	2018

Membros da banca examinadora	Título	Assinatura
41141164000 - SIDNEY GONÇALVES VIEIRA	DOUTORADO	
932.191.489-72 - RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ	DOUTORADO	
405.963.703-34 - ARISTON AZEVEDO MENDES SUPLENTE	DOUTORADO	
6063842337 - ALAN DUTRA DE MELO	DOUTORADO	

Ao(s) 30 dia(s) do mês de setembro de 2022 os membros acima nomeados para a defesa da DISSERTAÇÃO do estudante NICOLLI BUENO GAUTERIO matriculado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL, consideram APROVADA estabelecendo o título definitivo da DISSERTAÇÃO como sendo: Patrimonialização de centros históricos - estudo de caso da construção da narrativa do dossiê do tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão e estabelecendo um prazo máximo de 30 dia(s) para as correções e entrega da versão definitiva.

Eu, _____, atesto que o(s) membro(s) da banca listado(s) acima sem assinatura participou/aram da sessão de forma remota e/ou por parecer.

Presidente da Banca

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos Orixás que me protegem, ao Povo da Rua e todas energias que movimentam a cidade.

Agradeço à comunidade de Jaguarão-RS pelo carinho ao recepcionar uma criança curiosa, que nos anos 1990 percorria a cidade de bicicleta em busca de pistas do Bicho-Papão (pois em Rio Grande, onde nasci e vivi, ele nunca foi avisado). Agradeço também por recepcionar a pesquisadora curiosa que hoje, aos 30 anos, segue buscando desvendar as narrativas jaguarenses.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural por receber a psicóloga que se entende interdisciplinar. São aventuras como essas, que me permitem compreender as pessoas para além da poltrona e paredes do consultório. Meus agradecimentos especiais para os membros da banca de defesa, Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira e Prof. Dr. Alan Dutra de Melo, pela generosidade em qualificar este trabalho.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Renata Ovenhausen Albernaz por me acolher e orientar em todos desafios que surgiram durante o trabalho. Agradeço também aos acolhimentos e orientações que atravessam outras esferas da minha vida em momentos tão conturbados.

Aos meus pais, Vanda e Robert por receberem no mundo esta filha curiosa e desafiadora. Me ensinaram a agradecer, a receber acolhimento e ter também a coragem de ouvir “não” e seguir tentando. Márcia, por sempre cuidar tanto de mim, criança ou menos criança como agora. Cuida também da minha escrita. Tia Ângela, por sempre trazer leveza e coragem, para romper e recontar as memórias familiares.

Agradeço Jovi por se fazer presente mesmo quando tão longe. Companheire de vida e de escrita. Me ensinou a andar de bicicleta - sem rodinhas – e desvendar as narrativas mal assombradas que se ~~escondem~~ são escondidas no espaço urbano. Às pessoas especiais que se fizeram contantes durante todo o processo de pesquisa. Dani e Laiana, suas vozes romperam o silêncio do Word em branco.

Aos amigos que me inspiram tanto: Nicole, Rosiane, Gabriel, Luiz, Marina e Amanda. Por sempre me acompanhar mesmo quando sem rumo.

À Jana. A carta O Mundo nunca me fez tanto sentido, obrigada por ter acreditado em mim. Hoje também acredito.

GAUTÉRIO, Nicolli Bueno. **PATRIMONIALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS: Estudo de caso da construção da narrativa do dossiê de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

RESUMO

O Patrimônio Cultural Edificado, no Brasil, envolve uma intervenção de narrativa oficial sobre um território, observa-se, também, que ele apresenta, enquanto fato social, assim como o próprio território, diversas expressões e camadas de significação sócio-histórica, em certos casos, conflituosas entre si, que podem se manifestar ou não para compor essa narrativa oficial. O presente estudo se insere nas temáticas que discutem as relações entre a noção de espaço urbano e a construção de narrativas patrimoniais acerca dos centros históricos, quando entendidos como patrimônios materiais edificados. Tem o objetivo de evidenciar quais foram os sujeitos erigidos como fontes autorizados de informação e valoração do patrimônio centro histórico jaguareense, apresentados nas fontes de consultas de informação e nos dossiês elaborados para o Processo de Tombamento do Centro Histórico de Jaguarão (2008-2013). Para isto, a metodologia utilizada foi o estudo de caso com interesse instrumental, a fim de desenvolver uma análise de conteúdo. A análise foi realizada através dos dados documentais juntados ao processo de tombamento do centro histórico de Jaguarão. Esses foram interpretados a partir de novos dados e informações coletadas sobre: a perspectiva dos sujeitos envolvidos; o contexto a que se referem tais documentos; o olhar dos intelectuais locais e regionais. No processo de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico da cidade de Jaguarão houve a seleção da memória social a ser preservada, e que a precariedade na participação social plural e efetiva sobre a construção de narrativas patrimoniais no caso do centro histórico de Jaguarão pode ter sido uma das causas disto. Percebeu-se a ausência de grupos sociais além das esferas: política, academicista e midiática. Na análise de conteúdo, fica evidente que os interesses elencados por estes grupos justificam-se pelas linguagens arquitetônicas, a integralidade e conservação do conjunto, o interesse econômico em relação ao turismo cultural e representatividade cultural de uma cidade fronteira com o Uruguai. Logo, há lacunas no que tange o interesse dos agentes para uma participação social plural e efetiva nas decisões que ativam e legitimam o patrimônio cultural de Jaguarão-RS.

Palavras-chave: Políticas Patrimoniais. Tombamento. Centros Históricos. Jaguarão.

ABSTRACT

The Built Cultural Heritage in Brazil comprehends an intervention of the official narrative on a territory, one can also observe that it exposes, as a social fact, as well as the territory itself, several expressions and layers of socio-historical significance in certain cases, conflictive among each other, which may or may not manifest to compose this official narrative. This study is situated as part of the topics that discuss the relationship between the notion of urban space and the construction of heritage narratives about historic centers, when comprehended as built material heritage. Its objective is to show who were the subjects elected as authorized sources of information and valuation of the historic center of Jaguarão-RS, featured in the sources of information consultations and in the dossiers prepared for the Historic Center of Jaguarão Land Listing Process (2008-2013). For this purpose, the methodology employed was a case study with instrumental interest in order to develop a content analysis. The analysis was conducted through the collection of documentary data added to the process of heritage protection the historic city center of Jaguarão. They were interpreted based on new data and information collected on: the perspective of the subjects involved; the context to which such documents refer; and the gaze of local and regional intellectuals. In the process of listing the historic and scenic center of the city of Jaguarão, there was a selection of the social memory to be preserved, and the lack of plural and effective social participation on the construction of heritage narratives in the case of the historic center of Jaguarão may have been one of the causes for that. One noticed the absence of social groups beyond these spheres: politics, academics and media. In the content analysis, it became evident that the interests listed by these groups are grounded in the architectural languages, the integrality and conservation of the heritage set, the economic interest in relation to cultural tourism, and cultural representation of a city on the border with Uruguay. Therefore, there are gaps regarding the agents' interest for a plural and effective social participation in the decisions that activate and legitimize the cultural heritage of Jaguarão-RS.

Keywords: Heritage preservation policies. Heritage protection. City centers. Jaguarão.

Lista de Figuras

Figura 1	Incidência de pedidos de tombamento de conjuntos urbanos e arquitetônicos (1970-1990)	55
Figura 2	Agência dos Correios em Jaguarão	55
Figura 3	Identificação do processo de tombamento	72
Figura 4	Linguagens arquitetônicas encontradas em Jaguarão	74
Figura 4.1	Linguagens arquitetônicas encontradas em Jaguarão (cont.)	75
Figura 5	Panorâmica da paisagem da Praça Alcides Marques	76
Figura 6	Vista de cima da cidade em contexto residencial próximo a enfermaria	77
Figura 7	Contextualização Paisagística	77
Figura 8	Mapa de Diretrizes do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	78

Lista de Tabelas

Tabela 1	Marcos Históricos no Desenvolvimento de Jaguarão	80
Tabela 2	Agentes patrimoniais no andamento do processo	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Depam – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MNRU - Movimento Nacional da Reforma Urbana

PCH - Programa de Cidades Históricas

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PRIJ – Programa Revitalização Integrada de Jaguarão

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESPAÇO SOCIAL URBANO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HUMANA E DO DIREITO À CIDADE	19
2.1	Geografia crítica e suas noções de espaço social e território usado	19
2.2	Características da Formação do Espaço Urbano no Brasil	25
2.3	O Direito à cidade: coincidências e afastamentos a esse padrão moderno-desenvolvimentista?	30
3	O PATRIMÔNIO CULTURAL E CONJUNTOS URBANOS NO BRASIL	33
3.1	Patrimônio cultural como narrativa oficial de memória	41
3.2	O Processo de tombamento como construção de narrativas oficiais de patrimonialidade de bens edificados	48
3.1	Conjuntos e centros históricos urbanos: um patrimônio com várias camadas de tempo e de vivências sociais	53
3.1.1	Programas de Financiamento e apoio técnico da conservação de conjuntos ao longo da política patrimonial brasileira	59
3.1.2	Metodologias atuais para a seleção e conservação de conjuntos.....	63
3.1.3	Participação social e patrimônio cultural: um resgate antropológico ao patrimônio cultural	64
4	ESPAÇO SOCIAL URBANO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JAGUARÃO – RS	69
4.1	Breve análise histórica de Jaguarão	69
4.2	O Processo de Tombamento do Centro Histórico-Paisagístico de Jaguarão	75
4.2.1	O espaço material do conjunto patrimonializado	76
4.2.2	Desenvolvimento do Espaço Urbano e camadas de tempo	81
4.2.3	O espaço simbólico no conjunto histórico-paisagístico de Jaguarão nas justificativas do dossiê de tombamento	83
4.2.4	Os agentes patrimoniais envolvidos e citados	84
5	MÉTODO E ANÁLISE DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO	96
	Categoria 1 – espaço simbólico no tombamento: os significados na narrativa patrimonial	98
	Categoria 2: Relações sociais destacadas no processo de patrimonialização	105
	Categoria 3 - Participação social e direito à cidade	107
	Categoria 4 – Ativação e legitimação do patrimônio cultural em Jaguarão	110
6	JAGUARÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL NO PRESENTE	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
8	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Ao perceber que o Patrimônio Cultural Edificado, no Brasil, envolve uma intervenção de narrativa oficial sobre um território, observa-se, também, que ele apresenta, enquanto fato social, assim como o próprio território, diversas expressões e camadas de significação sócio-histórica, representativa de seus vários sujeitos e grupos usuários, algumas delas, em certos casos, até conflituosas entre si, e que podem se manifestar, ou não, para compor essa narrativa oficial.

O Patrimônio Material, no Brasil, como em vários outros países, seguindo Choay (2017), faz parte de uma narrativa que se difunde a partir da era moderna por meio da construção de ideias como nação, herança e seus significados de pertencimento. A maior ou menor aderência desse Patrimônio Cultural à memória coletiva depende, segundo Gonçalves (1996), do quanto essa memória é ou não fabricada através de ícones informacionais, selecionando-se aqueles que estão autorizados ou validados para participar dessa narrativa nacional construída sobre os bens do patrimônio, mas que faz restar memórias esquecidas ou alijadas nesse processo.

Portanto, o presente trabalho se debruça nas temáticas que discutem as relações entre a noção de espaço urbano e a construção de narrativas patrimoniais acerca dos centros históricos, quando entendidos como patrimônios materiais edificados. Ele visa fazer compreender tais relações entre o território urbano e o patrimônio cultural, no caso do conjunto histórico de Jaguarão – RS, através da análise da construção da narrativa patrimonial a partir da seleção e da interpretação das fontes de informação nos dossiês de tombamento, principal instrumento de legitimação e preservação mediado pelo Estado. Para isso, os objetivos específicos contemplados foram: descrever as perspectivas do Patrimônio Cultural como dimensões da memória e como construção de narrativas, valores e significados aos bens culturais; descrevermos as perspectivas da Geografia Crítica, bem como as teorias de Espaço Urbano e redes de poder que se relacionam com as dimensões expressas pelo Patrimônio Material; e assim, foi possível discutir as relações entre Espaço Social e Patrimônio Cultural edificado, no caso do Conjunto

Histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS, bem como as narrativas de interesse expressas pelos grupos sociais autorizados no processo de tombamento.

Desta forma, destaca-se, aqui, a questão problema: Dentre os diversos usuários, identidades e vivências que circulam e habitam no território urbano onde se manifesta o patrimônio cultural edificado de tipo centro histórico, quais tipos de sujeitos contribuíram (e com que incidência) com informações validadas nas construções das narrativas oficiais do Estado, nos dossiês de tombamento do centro histórico de Jaguarão - RS? Quais grupos participaram (agentes patrimoniais, fontes de decisão e fontes de informação, etc.) nos discursos e a quais grupos da cidade eles representam, considerando a seleção arquitetônica dos bens que compõe o conjunto?

A escolha do objeto de pesquisa justifica-se devido Jaguarão, cidade com População estimada em 26.327 habitantes (IBGE, 2021) e está situada na região sul do estado gaúcho, na zona fisiográfica da Encosta do Sudeste ser significativa no que tange aos processos de se firmar como uma sociedade de fronteira, marcada por uma complexidade, ainda maior, de relações e interesses (do Estado de defesa nacional, em firmar seus limites, dos moradores que se mesclam com estrangeiros, do comércio internacional etc.) e de ser marcado, como outros municípios brasileiros, pela tentativa de entrar no modelo de modernização por meio do seu conjunto construtivo histórico, restando uma narrativa que pode não representar os diversos tipos de sujeitos que vivem ou viveram na cidade e seus usos dela. Outro motivo para a escolha de Jaguarão fundamenta-se no vasto acervo de bens tombados no conjunto e por ter sido seu tombamento efetuado em 2011, ou seja, em uma fase em que, em tese, estaria em curso uma nova postura acerca de tais tipos de seleções a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em um impulso de democratização patrimonial (ALBERNAZ, 2021).

Para a carreira profissional da autora - graduada em psicologia e especialista em saúde pública – o presente estudo proporcionou a ampliação da perspectiva de saúde coletiva, vislumbrando-se os encontros que emergem das disputas narrativas no espaço urbano, os símbolos sacralizados na memória coletiva e as lacunas que não são contidas pelas instituições. De forma objetiva, ser psicóloga, atuante tanto na saúde pública quando na

academia, em pesquisas como o trabalho em tela, possibilita aproximações nas discussões sobre saúde mental e a participação e ocupação de espaços públicos, a valorização das diversas memórias e identidades e a percepção dos atores sociais em suas pluralidades: sujeitos que não apenas adoecem, mas que vivem e transformam a cidade.

Pela natureza do problema de pesquisa, esse estudo se inclui nas discussões sob o paradigma da geografia crítica e os métodos e fontes de informação histórica nos processos de patrimonialização de centros históricos, incluindo, como marcos teórico, os estudos de Milton Santos (2001, 2004, 2011, 2020a, 2020b) e Henry Lefebvre (2001), para a compreensão dos sentidos desse espaço, e os estudos de patrimônio como uma narrativa, marcada por conflitos de memórias e por pertencimentos, como o discute Choay (2017), Fonseca (2017), Tornatore (2010, 2017, 2018), Gonçalves (1996) e Sant'anna (2017), entre outros.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso com interesse instrumental, que para Stake (1995), ocorre nos casos em que pesquisador compreende a importância do estudo de caso para o entendimento de um fenômeno mais amplo ou para contrapor-se a uma generalização amplamente aceita. Ainda segundo o autor, o interesse instrumental se deve à importância de otimizar a compreensão dos fenômenos mais gerais através da interpretação do caso escolhido, o que não significa o interesse pela generalização dos resultados (STAKE, 1995). Logo, o estudo em tela é também caracterizado com uma abordagem qualitativa, com método de investigação hermenêutica, e método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), realizado através de coleta de dados documentais.

Considerando-se que o Patrimônio Material, no Brasil, faz parte de uma narrativa que se difundiu, inicialmente, através da construção de ideias de nação e de modernismo (CHUVA, 2003), e que a memória coletiva que ele representa passa a ser construída através de ícones informacionais que, nesse sentido, estão autorizados ou validados pelo Estado, restando memórias esquecidas ou alijadas nesse processo, tem-se por hipótese que essa validação ou esquecimento de memórias pela ideologia estatal do patrimônio se agrava no caso de bens complexos de vivências, como são os conjuntos

urbanos e que essa validação se evidencia nos dossiês de tombamento, na escolha de fontes de sua informação, nas perspectivas dos agentes patrimoniais e na narrativa nele construída. No contexto do estudo de caso em tela, verificar-se-á essa hipótese no processo de tombamento do centro histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão, onde a história e a memória dos grupos dominantes da cidade e dos interesses do próprio poder estatal predominaram na busca por afirmar modelos construtivos modernos, notoriamente os palacetes e na precariedade da participação social plural e efetiva sobre a construção dessas narrativas patrimoniais.

Essa hipótese se apresenta, porque, se em Jaguarão, desde as propostas do Projeto Jaguar, - projeto desenvolvido nos anos 80, com o objetivo de realizar um inventário que destacaria os bens arquitetônicos com valor histórico na região, sendo este, um dos primeiros movimentos em relação ao patrimônio de Jaguarão documentados- o objetivo da preservação patrimonial tinha intenção de “recuperar” a consciência comunitária dos habitantes da cidade, exaltando o seu processo de desenvolvimento e acervo arquitetônico, quando do Programa de Revitalização Integrada (cap. 4), que serviu como embasamento para os movimentos de preservação subsequentes, esse parece não ter sido forte em ações que efetivassem a participação social e a educação patrimonial neste processo. E nos documentos do processo de tombamento¹, isso se confirma, quando se nota que a atribuição de valor partia dos grupos mais intelectualizados, compostos por acadêmicos e agentes autorizados do IPHAN, sendo que, quando a comunidade é mencionada, ela não aparece como um grupo ativo, com interesses próprios.

E essa situação é que provocou esta pesquisa a problematizar as fontes de informação e as lacunas de sentidos no processo de patrimonialização de conjuntos e centros históricos urbanos como o de Jaguarão, tendo em vista uma noção mais ampliada de território urbano e seus sujeitos componentes, usuários e suas relações.

¹ Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (organizado por Ana Lúcia Costa de Oliveira, Evandro C. Chies Machado, Fernanda Albuquerque Monteiro, Marcelo Bento Terres e Maurício Borges Seibt, 1992); Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão (IPHAN, 2010)

Desta forma, elencamos como objetivo geral evidenciar quais foram os sujeitos erigidos como fontes autorizadas de informação e valoração do patrimônio centro histórico jaguareense, apresentados nas fontes de consultas de informação e nos dossiês elaborados para o Processo de Tombamento do Centro Histórico de Jaguarão (2008-2013) e quais as explicações dos agentes patrimoniais sobre essa validação. O olhar recairá sobre essa síntese sistêmica institucional (PIRES, 2014), ou seja, àquela feita pelos agentes estatais de patrimonialização, nos processos formais e oficiais de patrimonialização.

Para entender a cidade de uma forma sociológica, foi preciso se enveredar, no referencial teórico, pelas teorias da geografia crítica e humana, bem como sobre teorias da urbanização moderno-desenvolvimentista e seus reflexos na contextualização histórica do desenvolvimento urbano no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Jaguarão. Os marcos teóricos também perpassaram fenômenos da patrimonialização, como a ativação patrimonial, a sensibilidade patrimonial, as políticas patrimoniais brasileiras e seus instrumentos, com foco em conjuntos históricos, e a participação social em processos patrimoniais.

A pesquisa é construída a partir de três capítulos principais, iniciando pelo capítulo denominado como “As configurações do território urbano na perspectiva da geografia humana e o direito à cidade”. Neste, descreve-se as perspectivas da geografia crítica, explorando-se os conceitos de território e os processos de urbanização, através dos estudos de autores como Raffestin (1993), Lefebvre (2001) e Santos (2001, 2004, 2011, 2020a, 2020b), bem como as contribuições de Carlos (2009), Limonad (1999, 2008, 2011) e Haesbaert (2011a, 2011b), considerando a territorialização como o processo de significar e se apropriar dos sentidos produzidos no espaço e de como essa urbanização tem ocorrido no Brasil.

No capítulo “O Patrimônio Cultural e Conjuntos Urbanos no Brasil”, procura-se descrever as perspectivas do patrimônio cultural como dimensões da memória e como construção de narrativas, valores e significados aos bens culturais.

Por fim, apresenta-se o capítulo intitulado como “Território Urbano e Patrimonialização do Centro Histórico de Jaguarão – RS”, em que se contextualiza historicamente o processo de urbanização da cidade e a

construção de seu acervo arquitetônico. Logo após, descreve-se documentos e informações essenciais do processo de tombamento do conjunto urbano, considerando a organização cronológica desses documentos, e tentando-se apreender a metodologia de coleta, análise, interpretação e avaliação das fontes de informação expressas nesses documentos e a síntese dessas informações contidas no parecer de patrimonialização.

Diante o levantamento que mapeia o processo e nomeia os sujeitos envolvidos no decorrer dos trâmites legais, percebe-se a ausência de grupos sociais além das esferas: política, academicista e midiática. Na análise de conteúdo, fica evidente que os interesses elencados por estes grupos justificam-se pelas linguagens arquitetônicas, a integralidade e conservação do conjunto, o interesse econômico em relação ao turismo cultural e representatividade cultural de uma cidade fronteira com o Uruguai. Desta forma, observa-se lacunas no que tange o interesse dos agentes para uma participação social plural e efetiva nas decisões que ativam e legitimam o patrimônio cultural de Jaguarão-RS.

2 ESPAÇO SOCIAL URBANO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HUMANA E DO DIREITO À CIDADE

O território é compreendido de formas distintas, conforme a área de conhecimento e a abordagem em foco sobre esse conceito. No contexto urbano, marcado pelo encontro histórico intenso de vários grupos sociais e indivíduos e de múltiplos usos que se sobrepõe muito rapidamente, o território é implicado por um fluxo de diversas relações de atividades, identidades e produções de sentidos. Para compreendê-lo enquanto tais produções, neste estudo, estar-se-á fundamentando o território urbano a partir de abordagens críticas que privilegiam a análise destas relações, em referências como a de Raffestin (1993), Lefebvre (2001) e Santos (2011, 2020a, 2020b), Carlos (2009), Lemonad (2008, 2011) e Hesbaert (2011), sendo, também, a partir dessas referências que se traz as discussões postas sobre o processo de urbanização no contexto brasileiro, gaúcho e jaguareense.

2.1 Geografia crítica e suas noções de espaço social e território usado

Quando consideramos o patrimônio material como uma das formas de simbolizar e materializar as relações que estão implicadas no urbano, evidenciamos que este está implicado e contextualizado em um sistema de relações sociais que se articulam no espaço. Logo, torna-se relevante partir do conceito de Espaço (SANTOS, 2020; LEFEBVRE 2001) para a compreensão do conceito de território.

O presente estudo será pautado nas ideias dos autores com ênfase nas perspectivas que contemplam as dimensões socio-históricas enquanto produtoras do território urbano. Primeiramente, destaca-se, para a formulação deste tipo de abordagem, o paradigma da Geografia denominada como Geografia Política, que teve em Ratzel (1844-1904) um dos seus principais percursores. Segundo Raffestin (1993), Ratzel pode ser classificado como tendo seu pensamento situado entre as correntes naturalista e sociológica,

tendo focado seus estudos nos conceitos espaciais e de posição, esses considerados conceitos fundamentais da geografia política; ele considerava como sendo esse “político” da geografia, o Estado, ou seja, a instituição que concentraria o poder de organizar o espaço e como o fazia. Mesmo que em seus textos o território ainda não apareça com esta denominação de Geografia Política, Ratzel percebeu, em seus estudos, que existe uma ligação intrínseca entre o solo e o Estado. (RAFFESTIN, 1993).

Os estudos ratzelianos, apesar de fundamentais para o desenvolvimento das ideias articuladas, hoje, sobre território e poder, ainda apresentavam um caráter unidimensional, pois que, restringindo a noção de poder ao Estado, a sua análise espacial dedicava-se apenas a este nível de ação coletiva. A Geografia do poder, então, segundo Raffestin (1993), partindo da base da abordagem ratzeliana, complexifica a análise do território para alcançar outros níveis e classes de poder determinantes do espaço, e desta forma, busca uma geografia multidirecional. Pelo viés da geografia apresentada por Raffestin (1993), acredita-se que o poder não se concentra apenas no Estado ou em outras instituições “oficiais”, mas também está diluído entre outros atores sociais e instituições que fundam e definem questões espaciais. A partir de um fundamento da microfísica do poder foucaultianas, que admite que o poder não seja adquirido, mas explicita-se enquanto é exercido, essa geografia multidirecional destacam que o território se constitui, justamente, através de uma "multiplicidade de poderes", esses que se aplicam tanto na definição das escalas e relações sociais de umas pessoas e grupos com os outros, quanto no escopo de possibilidade de realizar, ou não, certas ações, marcadas em um projeto espacial (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

Para a compreensão de como funcionaria a análise por esta ótica, o autor apresenta definições básicas do que seria a problemática relacional que a define, e esclarece que “se optamos por uma problemática relacional, é porque pensamos que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (RAFFESTIN, 1993, p.31).

Em suma, o poder poderá ser exercido na forma em que se organiza a estrutura física e as próprias formas em que o fluxo da cidade funciona: a planta da cidade, a arquitetura que será adotada nas principais construções

entre outros determinantes materiais para o fluxo da sociedade neste espaço. Raffestin (1993) aponta que o formato de malha em que o Estado recorta o espaço, por exemplo, serve para que ele possa “ver” o todo e analisar como o sistema urbano está funcionando, exercendo, assim, de forma otimizada, sua função de controle e normalização social.

Além disso, é importante ressaltar os aspectos simbólicos que estas escolhas do Estado privilegiarão, afetando, desta forma, também, a experiência dos que circulam no espaço e as maneiras com que estarão se relacionando com o espaço físico, as pessoas e os recursos naturais (o território). São exemplos de recursos materiais simbólicos o uso de monumentos, obras de arte e o próprio patrimônio cultural sacralizado, além das informações que circulam sobre o espaço, nos meios de comunicação. Desta forma, na Geografia do Poder, conclui Raffestin (1993), o território se forma a partir da ação conduzida por um ator sintagmático que se apropria de e que define um espaço, de forma concreta ou abstrata, e nele estabelece um determinado conjunto de relações, a ele subordinadas, entre os sujeitos e entre eles e as coisas. Logo, ao se entender que as relações na sociedade não se estabelecem apenas de forma material, mas também com base em aspectos relacionais e simbólicos, a análise do poder em seus diferentes aspectos mostra-se como uma chave interpretativa para a compreensão dos sentidos de espaço social e território.

Através dos estudos de Milton Santos (2001, 2004, 2011, 2020a, 2020b), essa Geografia do Poder se soma a uma Geografia Crítica, onde o espaço geográfico - a natureza do espaço, em sua dimensão concreta de um conjunto indissociável do sistema de objetos e do sistema de ações - difere-se do espaço social, que, aqui, será enfocado, e cuja base de discussão vem dos estudos de Lefebvre (2001).

Para Santos (2020a), o espaço geográfico se dá como a “totalidade mundo”. É além do espaço concreto, pois é significado pela formação socioespacial que surge das relações de formas e conteúdos que são contidas pelo espaço geográfico:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. (SANTOS, 2020a, p. 12)

O espaço geográfico por esse viés pode ser entendido como as relações do espaço material e o social, como uma totalidade dinâmica permeada também pelas relações de poder e produção pelas diversas instituições e da sociedade que a constituem. Por uma perspectiva dialética, o espaço social é também definido por Lefebvre (2006) como um espaço produzido através das relações sociais de produção e reprodução. Nesta perspectiva, o espaço social é constituído das relações sociais expressas no espaço ao mesmo tempo em que são constituídas por esse espaço.

Assim, o espaço contém esses entrecruzamentos múltiplos, em lugares e praças assinalados. Quanto às representações de relações de produção, que envolvem relações de potência, elas também se efetuam no espaço, e o espaço contém as representações nos edifícios, nos monumentos, nas obras de arte. As relações frontais, por conseguinte, geralmente brutais, não impedem completamente os aspectos clandestinos e subterrâneos; não há poder sem cúmplices e sem polícia. (LEFEBVRE, 2006, p. 58).

Santos (2011), em sua noção de “território usado”, propõe uma nova perspectiva na área de estudos da geografia, buscando abranger ambos desses espaços, pois, para ele:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2011, p. 14)

Portanto, o autor (2011) valoriza as relações entre identidades, vivências e espaço e evidencia que “a organização política e a organização territorial da nação não podem ser consideradas como dados separados, mas devem ser

pensadas de forma unitária, como uma organização político-territorial” (SANTOS, 2011, p. 190). Assim, justifica que estes territórios seriam espaços com sobreposições de diversos processos históricos, econômicos e sociais. Para compreender tais sobreposições, Santos (2011) oferece uma metodologia que visa dividir as histórias locais por "períodos temporais". Em suma, essa divisão seria uma forma de contar a história de um determinado território a partir da análise das mudanças que ocorrem neste espaço, considerando-se marcadores como a complexificação das técnicas de produção adotadas pela sociedade, para se entender como e por quais motivos o território vai sendo usado, e de que forma, ao decorrer de sua história local.

Sobre esta metodologia, o autor justifica que somente a partir desses recortes de tempo se pode "enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 11). Tal divisão entre os períodos não pode ser inflexível, representando apenas uma forma de analisar os diferentes aspectos do território, de modo a contextualizar cada um deles de acordo com as formas de vida registradas nesse espaço, em cada época. E ela envolve tanto a dimensão material dos espaços nesses períodos, como a forma que a sociedade se organiza, no sentido da Geografia do Poder, acima discutida.

Esses períodos envolvem, segundo Santos (2004), no contexto brasileiro, três etapas: a que consiste nos chamados “meios naturais”², marcada pelos tempos lentos, onde a natureza comanda a ação humana de diversos grupos; o segundo período é o denominado de “meios técnicos”, cuja característica é a mecanização do espaço, e que engloba subfases distintas (as técnicas pré-máquina e as que são referentes à mecanização em si); e o período dos “meios técnico-científico-informacional”, da atualidade, intimamente ligado às atuais formas de globalização e de intenso uso da tecnologia na determinação da vida e dos usos e organização do espaço.

² Embora Santos (1996) considere que essa categoria engloba meios não técnicos, Milheira (2014), destaca que esta é uma perspectiva da historiografia tradicional, um pouco idealizada e até hoje bastante problematizada, pois coloca algumas populações como “habitantes de uma natureza intocada, os grupos indígenas, idílicos, romantizados e idealizados como elementos naturais” (MILHEIRA, 2014, p. 125).

Desta forma, se se considerar como parâmetro para a análise dos processos de territorialização as técnicas utilizadas pela sociedade, como sugere Santos (2004), percebe-se que as últimas décadas foram períodos de intensa mudança nas formas de produção e, assim, nas formas de relações na vida social, repercutindo nas formas de territorialização. Limonad (2011) elenca como sendo os principais marcadores dessa mudança, atualmente: as transformações intensas nos meios de comunicação e de transmissão de dados; as alterações nas formas de organização das atividades produtivas (em relação às demandas do neoliberalismo) e o desenvolvimento da bioengenharia. Assim, considerando esses marcadores, a análise do território urbano extrapola cada vez mais a análise da cidade enquanto aglomeração física de coisas, pois as relações de produção acabam por definir a materialidade, a imaterialidade (o simbólico), a virtualidade do fluxo intenso de informações do fenômeno da globalização, a intersubjetividade e a subjetividade, sendo que todos esses aspectos passam a permear também a noção de espaço social urbano, nessa perspectiva crítica.

As definições de “cidade” e de “urbano” são dadas por Lefebvre como distintas, embora atreladas entre si. Por este viés lefebvriano, a “cidade” representa uma materialidade, ainda que não se resume apenas neste aspecto, pois “se considerarmos a cidade como uma obra de certos 'agentes' históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu 'produto'” (LEFEBVRE, 2001, p. 54). Ou seja: tanto as ações dos atores sociais, quanto à cidade como produto destas relações entre atores e o espaço, funcionam de forma atrelada. E assim, ele considera a cidade como um “grupo de grupos”, com sua materialidade das relações sociais, e que ela não se define puramente como um “habitat”, pois há a habitação, mas também há os espaços simbólicos que desempenham funções institucionais e de encontro, como praças, monumentos, edificações e demais equipamentos que sustentam e projetam a vida social como manifestações do fluxo. Já a noção do “urbano” é considerada como um fenômeno do cotidiano que expressa às relações entre os sujeitos e com as estruturas sociais, revela a dinâmica das relações de poder e de ação entre atores sociais que afetam as funções e estruturas da cidade. Por isto, não é expresso de forma material, tal como é a

cidade, mas processual e de funcionamento. Logo, o “tecido urbano” é definido pelo autor, não como uma morfologia, uma estrutura arquitetônica, mas sim como um suporte de um modo de viver, próprio ser desta “sociedade urbana”.(LEFEBVRE, 2001).

Através desses conceitos de território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2011a, 2011b; SANTOS, 2004, 2011), do urbano e das problemáticas próprias da cidade (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 2009), pode-se considerar que a cidade se faz território urbano a partir dos processos que surgem nas relações que são tecidas entre os grupos sociais, em um percurso histórico de técnica, de produção e seus reflexos na urbanização e na materialização do espaço.

2.2 Características da Formação do Espaço Urbano no Brasil

Como foi definido anteriormente, para entender um espaço, na perspectiva da Geografia crítica e do poder, é necessário levar em conta os aspectos sócio-históricos e a rede de poder estabelecida entre os sujeitos que produzem esse território. Mesmo que Limonad (2008) advirta que, nas questões da urbanização na América Latina, deva-se evitar a tendência de homogeneizá-las, seja dentro de supostos dois grandes blocos - a cidade nos países cêtricos e a nos países em desenvolvimento – seja, no caso desses últimos, de tratá-las como se todas as cidades funcionassem de formas coerentes e coetâneas em termos de crescimento urbano e demográfico, perda das identidades rurais e ascensão das desigualdades sociais, aqui, algumas questões gerais sobre esse processo serão destacadas, por terem afetado e imposto padrões a essa urbanização no continente e no Brasil, sem, no entanto, negar-se que cada cidade os tenha recepcionado de formas diferenciadas.

Milton Santos (2020a), por exemplo, nessa análise geopolítica mais generalista, observa que enquanto no polo dos países cêtricos o crescimento das cidades estava sempre relacionado ao processo de desenvolvimento econômico e tecnológico de suas sociedades, nos países do Sul Periférico, o processo de urbanização era pautado pelo aumento demográfico e pela

necessidade de acumulação de mão de obra. Em seus estudos na década de 90, Milton Santos (2020a) criticava ao que se chamava movimento “desurbanistas”, esse que, com base nos dados de recenseamento de 1991, acreditava – alegremente – em uma suposta “desurbanização”, por conta da redução do índice de aumento populacional de São Paulo, pois que os defensores desse movimento não percebiam que eram as taxas populacionais nas zonas rurais as que estavam em mais profundo decrescimento. Segundo Santos (2020a, p. 125), “estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”, como sendo “a difusão mais ampla, no espaço, das variáveis e dos nexos modernos”, pois, onde havia a dicotomia cidade X campo, passou-se a ter as denominações: “regiões agrícolas”, que seriam as zonas rurais com cidades em seus territórios, e as “regiões urbanas” propriamente ditas.

Para explicitar estas questões, Santos (2020a) divide o processo de significação das metrópoles brasileiras em quatro momentos: primeiramente, o Brasil enquanto arquipélago, quando as regiões não se comunicavam entre si; o segundo momento foi o demarcado pelos esforços de um mercado único, com a integração territorial entre sul e sudeste; o terceiro, que foi quando realmente se constituiu um mercado único no país e; o quarto e último momento, demarcado por um ajustamento, “primeiro à expansão e, depois, à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com o apoio do Estado.” (SANTOS, 2020a, p.99). O autor destaca que este último momento, que se caracteriza pela troca de informações de forma facilitada pela concentração dos meios de intercâmbio no sentido material e imaterial em São Paulo, foi aquele onde o trabalho e, conseqüentemente, o capital, concentrou-se nessa metrópole, seja de forma física, em empresas, seja em outras formas de trabalho, como as que surgiram a partir da urbanização exacerbada e em trabalhos intelectuais sofisticados que comandavam tais setores de trabalho no resto do país. Assim, a partir de São Paulo, Santos (2020b) percebe que a noção de lugar e de território modificam-se, pois a mesma metrópole estaria

difundindo seus meios e atuando presente em todo o território nacional, manipulando as dinâmicas de trabalho, a forma de vivenciar o tempo – onde todos os que lá chegavam teriam que obedecer aos ritmos e às demandas da metrópole – e, conseqüentemente, de ter os seus espaços urbanos determinados por essa difusão e manipulação.

Portanto, as formas de territorialização do espaço, a partir do momento em que a urbanização é acelerada, passam a ter como um dos seus principais marcadores os meios técnicos-científicos, que, no Brasil, envolveram novas formas de intercâmbio entre diversas regiões e uma reorganização do trabalho a partir da otimização das trocas de informações e dos recursos, e que esses processos passam a acontecer com cada vez maior fluidez e capilaridade, conforme avançam os fluxos no transporte e nos modos de comunicação. Nessas transformações, também os sujeitos passam a ter outras demandas e diferentes formas de significar o espaço que não são apenas considerá-lo como referentes de si e de seu grupo no lugar em que estão vivendo, no sentido de habitação.

Daí, continua Santos (2020a), essas novas configurações do território são explicadas como incluindo:

1) O recorte horizontal do espaço, o qual se caracteriza por uma mesma atividade ou um conjunto de atividades desenvolvidas na região e que são interligadas em função do próprio processo de produção; e

2) o recorte vertical, onde as atividades são organizadas em função de demandas políticas (de capital, informações, ordens) e são demarcadas pela regulação da produção. Ou seja, neste segundo caso, as atividades desenvolvidas nas regiões são organizadas conforme as demandas das grandes corporações, bem como as atividades passam a interligar diferentes regiões nestes processos de produção, como ocorre no caso de São Paulo, mas que se capilariza por outras regiões que operariam em função das demandas destas empresas.

Mas há que se destacar que o ímpeto desenvolvimentista de ocupar e modificar os lugares inóspitos e ordenar as outras regiões a fim de intensificar as condições para essa industrialização do sul e sudeste também afetou a urbanização em outras regiões. Neste período, adverte Viegas (2020), houve

um intenso investimento técnico-científico, entre eles, a criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que coletava dados sobre a realidade econômica e social para subsidiar essas intervenções de poder nos territórios segundo essa macropolítica desenvolvimentista. Neste sentido, Viegas (2020) observa que:

A regionalização do território emerge como uma das categorias no qual o autoritarismo e o desenvolvimentismo vão se locupletar: colonização, desbravamento de matas, construção de estradas e diminuição de distâncias foram os principais tópicos da agenda nacional de planejamento no período em tela. Entre as principais decorrências, figuram definições precisas de zonas de acordo com critérios econômicos; a massiva coleta de dados, enquanto meio de conhecimento e, portanto, controle; e inúmeras desapropriações, usualmente para fins industriais e não sociais. (VIEGAS, 2020, p. 17)

Fonseca (2015) denomina tal forma de urbanização do Brasil como sendo a eivada pela abordagem desenvolvimentista, que se trata da confluência de três fatores na organização das cidades: 1) a existência de uma estratégia que tem por objetivo o desenvolvimento nacional; 2) uma intensão consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar tal projeto, e por fim; 3) o fato de que este projeto se debruça na industrialização - focada na produtividade e na divisão do trabalho e, conseqüentemente, do território como um caminho para a aceleração industrial e comercial (FONSECA, 2015), Santos (2020a) também identifica que o sistema urbano foi modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, que frequentemente possuíam influências junto ao Estado e que assim, “terminavam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade a sua imagem (...), levando a mudanças rápidas e brutais nos sistemas territoriais em que se inseriam” (SANTOS, 2020a, p. 55).

Assim, a problemática do desenvolvimentismo urbano vai para além da do crescimento das cidades ou do desenvolvimento da indústria, mas envolvem a forma com que estes fatores se organizaram em função das urgências das demandas capitalistas produtivas. Nesse foco, a abordagem desenvolvimentista (FONSECA, 2015) impactou de forma a acentuar as desigualdades sociais, visto que tais projetos não privilegiavam a esfera social, e suas necessidades, que seriam singulares conforme cada lugar, mas apenas

o desenvolvimento econômico convergente às necessidades de seu centro nacional, constituindo, assim, uma territorialização ditada pela economia política nacional e seus principais atores. E, mais, tais desigualdades aceleraram o processo de vulnerabilidades territoriais criado com essa economia política, já que, como afirmam Ribeiro e Santos Junior (2003),

A manutenção, por longo período, de um grande contingente de pobres, aliada à mudança das dinâmicas sócio territorial (autossegregação das camadas superiores, expansão do mercado imobiliário no território da cidade, diversificação social dos espaços periféricos, esgotamento dos processos de loteamento populares) e política (substituição da política clientelística pela filantropia política e pela política neocorporativa) das grandes cidades no Brasil, tem se repercutido nos antigos espaços populares, com a criação de “bolsões” de miséria, especialmente nas antigas favelas, e a emergência de verdadeiros acampamentos com o surgimento de “novas favelas” caracterizadas por fortes precariedade e destituição. (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2003, p. 86)

Desta forma, tanto o desenvolvimento industrial quanto agrário produziu discontinuidades no que diz respeito aos outros aspectos essenciais para as demandas das comunidades envolvidas nos territórios, já que “as mudanças nos âmbitos técnicos e administrativos não foram acompanhadas de reformas sociais e agrárias” (VIEGAS, 2020, p. 18). A isso, ainda, somam-se a concentração de terras a gerar evasões populacionais constantes para as periferias das metrópoles e a diversidade étnica e cultural espalhada pelo território brasileiro e que, algumas vezes, resiste a essa formatação territorial do processo de industrialização desenvolvimentista. Portanto, ao tratar sobre o território urbano no contexto brasileiro é necessário levar em conta também os espaços que não se caracterizam, propriamente, enquanto cidade, mas que se ligam a sua lógica por perfazerem a rede de fatores ligados ao projeto desenvolvimentista moderno e aos poderes que ele firma na esfera econômica e social.

2.3 O Direito à cidade: coincidências e afastamentos a esse padrão moderno-desenvolvimentista?

Em oposição à lógica moderno desenvolvimentista, que só considera, no planejamento urbano, a participação dos diversos grupos sociais presentes no tecido urbano no que está orquestrado aos interesses e demandas do mercado, Lefebvre (2001) destaca outra dimensão do direito à cidade, ao nele englobar os direitos à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar (LEFEBVRE, 2001). Logo, também estão implícitos o direito à participação no espaço urbano, tanto na circulação quanto na produção deste espaço, pelos diversos atores sociais que o permeiam. Trata-se de um conceito que tem como objeto a crítica aos aspectos de modernização e urbanização que ocorrem com ímpetos exclusivamente desenvolvimentistas, recuperando os sentidos da produção do espaço conforme as necessidades, vivências múltiplas e desejos dos seus viventes.

Por isso, é importante destacar que o Direito à Cidade não é um conceito estático, definido em si mesmo, mas um conjunto de possibilidades que visam uma maior democratização do espaço público nas cidades, e que, assim, é mais compatível com a ideia de território usado (SANTOS, 2011), exposta anteriormente, pois:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro o permite. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social desta realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. (LEFEBVRE, 2001, p. 117)

Ou seja, trata-se do direito a práticas que envolvem a participação social e a democratização das relações entre os diversos sujeitos e a cidade. Isto implica, não apenas o acesso às condições materiais para a circulação nos espaços públicos ou acesso à moradia, mas, principalmente, ter o respaldo de um aparato institucional do Estado que suporte as demandas da população em

geral, para além do interesse meramente privado ou de grupos mais dominantes. Isto se revela em oposição ao exclusivismo desenvolvimentista, não em relação à industrialização ou ao crescimento das cidades em si, mas ao sistema de exploração que possibilita, na cidade, o seu “crescimento quantitativo sem o desenvolvimento qualitativo” (LEFEBVRE, 2001, p. 137).

No Brasil, o debate sobre o direito à cidade através da reforma urbana teve início na década de 1960, e foi acentuado pelas atividades do Movimento Social Pela Reforma Urbana (MNRU), na década de 1980 (MARICATO, 2015; SAULE JUNIOR e UZZO, 2010). Segundo Maricato (2015), o movimento reunia arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais, entidades sindicais, lideranças de movimentos sociais, pesquisadores, professores, ONGs, entre outros. Pela atividade do MNRU, foram criadas comissões parlamentares, eleitas algumas de suas representações como prefeitos e vereadores e houve estudos nas políticas e instrumentos de planejamento urbano das cidades. Além disto, a atividade do MNRU culminou na inclusão do capítulo sobre a Política Urbana na Constituição de 1988, que localiza nos poderes municipais as decisões acerca do desenvolvimento urbano e a forma com que serão realizadas as funções sociais da cidade na prática, através da legislação (CAFRUNE, 2016).

O Estatuto da cidade, lei federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, foi também um dos resultados desta trajetória da luta pela democratização das cidades, e é um dos principais instrumentos jurídicos para que, no Brasil, o direito à cidade seja materializado e regulado, visto que este conceito do “direito à cidade”, é um “guarda-chuva” que abrangeria inúmeras necessidades e demandas gerais e locais. Embora a existência de uma legislação não seja uma garantia efetiva desta democratização, considerando a estrutura desigual do país, e que o direito à cidade extrapola a mera legislação do tema, ele instiga à participação social nos temas da organização urbana, pois, para Saule Júnior e Rolnik (2001):

O desafio lançado pelo Estatuto incorpora o que existe de mais vivo e vibrante no desenvolvimento de nossa democracia, a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios. Audiências públicas, plebiscitos, referendos, além da obrigatoriedade de implementação de orçamentos participativos são assim mencionados como instrumentos que

os municípios devem utilizar para ouvir, diretamente, os cidadãos em momentos de tomada de decisão sobre sua intervenção sobre o território. (SAULE JÚNIOR e ROLNIK, 2001, p. 7)

Para isto, o Estatuto da Cidade define como objetivo desta política urbana o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, incluindo diretrizes gerais de garantia do direito a cidades sustentáveis, "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2001, p. 17)³. A participação da população na formulação, execução e acompanhamento nos projetos de desenvolvimento urbano, condicionados nessa lei, pode manifestar o que existe de "mais vivo" na cidade e na reforma urbana (SOULE e ROLNIK, 2001). Assim, o Estatuto avaliza a cidade democratizada, de modo a mitigar o exclusivismo teleológico do design espacial ditado pelo modelo urbano moderno desenvolvimentista e suas correspondentes especulação imobiliária e cidade não inclusiva e socialmente segmentada.

Porém, devido à sedimentação espacial das vulnerabilidades geradas no modelo econômico desenvolvimentista, as garantias previstas no Estatuto da Cidade nem sempre já podem ser identificadas, total ou mesmo parcialmente, na prática das cidades brasileiras. Isto também será revelado na forma em que ocorre a gestão do patrimônio cultural edificado e tombado em conjuntos urbanos, que será debatido a seguir, alicerçando-se nos afastamentos e nas aproximações destas políticas em relação ao ideal de direito à cidade e às práticas que condizem com o território usado.

³ BRASIL, 2004. Estatuto da cidade. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf> Acesso em: 14/08/2021.

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL E CONJUNTOS URBANOS NO BRASIL

Considerando a territorialização urbana como o processo de significar e se apropriar dos sentidos produzidos no espaço (SANTOS, 2020a; HAESBAERT, 2011b), este capítulo rebate essa discussão para o tema do patrimônio material edificado, e sua expressão, nesse sentido de territorialização, aplicada à representação do tempo, em memórias sociais e suas identidades no espaço urbano.

Também enseja-se, aqui, que as significações do patrimônio e as suas políticas revelam disputas de poder memorial nos suportes edificados nas cidades entre os múltiplos atores nele envolvidos, percebe-se que o Estado e suas instituições são importantes mediadores e reguladores destes conflitos, o que não o imuniza de, no cumprimento dessa tarefa, algumas significações que importam a certos grupos sejam privilegiadas, e que isso produza outros conflitos ou o desconhecimento social do bem cultural. Como no modelo desenvolvimentista, muitas vezes o patrimônio também pode ser marcado pelos interesses econômicos que permeiam as narrativas patrimoniais e territoriais. Mas, deve-se convir que a sua complexidade é maior do que a limitação a esses interesses econômicos, entende-se o patrimônio cultural, tal como o território, como suporte vivo da sociabilidade no tempo, e que nele estão submersos, em seu funcionamento dialético, estratégias de poder e de resistência.

O termo Patrimônio é considerado como um “conceito nômade” (CHOAY, 2017, p. 11), pois pode ser adjetivado de diversas formas, a depender da realidade a que se aplica, havendo um patrimônio cultural, histórico, natural, paisagístico, material ou imaterial, edificado, isolado ou de conjunto, industrial, naval, subaquático, da humanidade, transnacional, nacional, local entre outras classificações possíveis. Atualmente, a noção de patrimônio cultural é instituída dentro do escopo da expressão da apropriação simbólica coletiva dos bens, principalmente atrelada ao princípio de função social da propriedade (art. 216, da Constituição Federal), pois produto da

construção da memória coletiva, da cultura e da identidade de um grupo, comunidade, sociedade ou humanidade.

Na origem das Políticas Patrimoniais e de Preservação, em especial do patrimônio edificado na esfera urbana, está à necessidade de proteção do passado em face dos atos insurgentes de uma modernidade que pressagiava um novo futuro, mas que esse se faria a partir da demolição dos resquícios do passado, da revolução nos modos de vida, e assim, dos objetos de vida que os compunha, insurgência expressada, em seu ápice de conclamação, a partir dos ideais da Modernidade, em suas revoluções e funcionamentos institucionais. O Patrimônio Cultural passa, a partir daí, para uma inflexão, segundo Poulout (2009), deslocando-se das artes dos relicários para a percepção da fragilidade dos bens materiais dos testemunhos da sociabilidade passada. Poulout (2009) considera que, na Revolução Francesa, houve uma hipertrofia da consciência histórica e uma mudança de direção na noção de inscrição memorial, e que foram esses os processos que construíram a tradição patrimonial ocidental que hoje permeia a maioria dos países do ocidente.

Tendo a instituição “patrimônio cultural” escapado do sentido de propriedade meramente privada da antiguidade clássica (CHOAY, 2017) e passado a ser envolvida na representação de um suporte de memória coletiva e de cidadania, ela passa a exercer, como qualquer instituição, certas funções sociais, sendo elas, especificamente: reforçar a noção de cidadania e de pertencimento; tornar visível a entidade “nação” e sua propriedade sobre os recursos de seu território e sobre sua produção artística e intelectual nacional; e representar provas do mito de origem e pertencimento que sustentavam a coesão de um povo (CHUVA, 2003, 2014). Tais bens, passam a ser, além disso, pragmaticamente instituídos como patrimônio enquanto ícones que não só espelham, mas também interferem nas produções de memórias e na demarcação de identidades valorizadas na esfera pública, seja de forma material ou simbólica. (CHOAY, 2017). E vão mais longe, pois, em sua tese, Silva (2019) explica que,

[...] ao longo do século XX, o patrimônio foi incorporando uma série de problemáticas que desafiam o olhar antropológico sobre esse fenômeno, uma vez que ele passou a estar presente no campo simbólico do Estado, no campo político da administração do território, no campo científico com o aperfeiçoamento de profissionais para classificá-lo e qualificá-lo e também no campo econômico, enquanto recurso para a indústria do turismo. Reconhecendo-se a patrimonialização como um processo, um elemento culturalmente construído e derivado de relações sociais estabelecidas em determinados lugares (RAUTENBERG, 2003, *apud* SILVA, 2019, p. 45).

Sabe-se, porém, que esses valores, e suas identificações pelos atores sociais com os seus símbolos evocados pelo patrimônio, podem se revelar distintos. Tornatore (2010), por exemplo, exalta essas diferentes significações (feitas pelo Estado, pela Nação ou pela comunidade usuária do bem) e, assim, as distintas "sensibilidades patrimoniais", em vários de seus estudos (TORNATORE, 2007, 2010, 2017, 2018). Em um desses estudos, o autor francês (2010) analisa o caso do incêndio que destruiu parte de um castelo em Luneville, que era dotado de um tipo de valor histórico para a França, por ter recepcionado fatos da Revolução Francesa, e de outro, para os moradores de Luneville, que "aprenderam a andar no gramado daquele Castelo". O autor observou que essas significações geraram diferentes sensibilidades, demonstradas quando do incêndio do Castelo, já que "não se chorava pelo mesmo objeto perdido" (TORNATORE, 2010, p. 9), pois que havia a emoção "estético-histórica", nos discursos dos sujeitos que identificavam os valores históricos e a riqueza cultural que se perdia, e uma emoção "sócio-biográfica", dos que identificavam o bem como um suporte de práticas individuais ou coletivas, em seus usos populares. Para Tornatore (2010), portanto, haveria, na sensibilidade patrimonial, uma "presença praticada" do patrimônio, pois:

[...] o objeto da emoção não é apenas o castelo em si, o monumento da história que constrói a mobilização política; ele é também sua lembrança, quer dizer, o castelo na lembrança das pessoas que ali viveram algum acontecimento (TORNATORE, 2010, p. 10).

Percebe-se, portanto, que a relação que os sujeitos constroem com a ideia de patrimônio e com os seus usos não é, necessariamente, unânime ou consensual. Aliás, em seus estudos sobre a memória e a identidade, Candau (2019) afirmava que a memória não é literalmente compartilhada, pois que ela

é dependente da realidade de cada sujeito e do sentido de pertencimento ao patrimônio ditado pela própria noção de cultura. E, apesar de não se poder negar o que afirmava Halbwachs (1990), quando destacava os “quadros sociais” da memória, afirmando que não haveria uma memória meramente individual, visto que o sujeito estaria atrelado às relações coletivas do meio em que vive e que sua memória seria profundamente permeada pelas produções memoriais construídas nestes laços sociais, Candau (2019) alerta que os indivíduos de um mesmo grupo podem compartilhar os mesmos marcos memoriais, mas não, exatamente, as mesmas representações do passado, Pollak (1989) aguça essa discussão, quando, no limiar entre memória oficial e coletiva, destaca a existência de “memórias subterrâneas”. Para o autor as memórias subterrâneas são aquelas narradas pelos grupos minoritários, e que em oposição à memória oficial, que se atém a meios institucionalizados ou à mídia, elas são ressaltadas através, principalmente, da memória oral. O autor parte de uma perspectiva construtivista para a compreensão da memória coletiva, considerando que os fatos sociais não são “coisas” em si a serem analisadas, mas sim, o objeto de análise é identificado como “o que” culmina nos fatos sociais, e por quais grupos isso ocorre. Nesse sentido, a memória subterrânea não se trata de uma memória passiva, oprimida pela memória coletiva nacional, mas está sempre em disputa, resistindo, insurgindo-se e “aflorando” em momentos de crise. Por isso, “a clivagem entre memória oficial e dominante e as memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil” (POLLAK, 1989, p. 3).

Poulout (2009) desenvolve os conceitos de “patrimonialização” e de “patrimonialidade” quando percebe a existência de um processo de legitimação na instituição desses valores de memória e artísticos que são aderidos aos bens do patrimônio, sendo a patrimonialidade a construção social de discursos que passa a ser simbolizada e materializada em forma de patrimônio, sacralizando tais valores e elevando tal bem a um dispositivo de representação nas comunidades, e a patrimonialização, o processo ou o ato que oficializa esses valores.

A ativação patrimonial (PRATS, 1998; 2005) também se refere a essa construção discursiva do patrimônio, considerado como sistemas simbólicos que fazem parte dos “processos de representação e legitimação simbólica de ideologias” (PRATS, 1998, p. 116), envolvendo o processo de valoração das memórias, por parte das comunidades e também por parte do Estado. Prats (1998) considera o patrimônio como “uma invenção e uma construção social”, que embute certos valores e significados na realidade a partir de uma afirmação discursiva construída pelos poderes político, econômico e científico, mas que constrói ressonância e se legitima através da assimilação social. Ele (2005) sugere, assim, que para evitar que essa construção do patrimônio, ativada a partir desse sincretismo dos três poderes, feito pelo Estado, seja desconectada com o resto da sociedade, seria necessário:

a) A instalação de uma crítica patrimonial na esfera pública, onde os valores e as chaves interpretativas do patrimônio estivessem sempre em disputa e;

b) A adoção de um viés mais “antropológico” do patrimônio cultural, que priorize mais o humano do que as pedras e as coisas em si;

Sem isso, percebe-se que os repertórios ativados, como se refere Prats (1998), corresponderiam às visões ideológicas das identidades e memórias compreendidas como oficiais, ou ideais, e atreladas aos grupos que se destacam na hierarquia de poder no território. Desta forma, a seleção e patrimonialização constroem uma “zona semântica”, ou seja, a dos significados da narrativa patrimonial. Riegl (1992) também explica as relações entre os sujeitos e os objetos, dizendo que tais relações são como uma rede que funciona através do discurso simbólico dos bens articulado pelas referências a valores, em noções de história e de arte.

Para o caso do Patrimônio Cultural Edificado no território urbano, tema deste estudo, tal patrimônio é ainda mais ativado desta forma, já que ele pode ser enquadrado no que Choay (2017) denomina como “monumento histórico”, ou seja, aquele cujo processo de legitimação passa por categorias ocidentalizadas de análise, envolvendo seleções de bens que não foram necessariamente construídos com destino memorial, mas que olhares técnicos

institucionalizados, com vieses científicos, passam a legitimá-los enquanto dotados de valor histórico.

Contribuindo nessas discussões, Gonçalves (1996) identifica a relação do Brasil com o patrimônio, desde a primeira metade do século XX, como uma “retórica da perda”, ou seja, a sua preservação sempre foi justificada em contraponto ao “desaparecimento” e à “destruição” do patrimônio. Além disso, a postura do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em seu início, foi de uma defesa do patrimônio que se incluía na identidade nacional, empreendimento, assim, "no sentido de reestabelecer ou defender a integridade e a continuidade de valores supostamente ameaçados” da Nação (GONÇALVES, 1996, p. 63), seguindo, porém, a estrutura ocidental de legitimar-se através de uma identidade nacional homogênea. O autor (1996) explica isso, ao afirmar que a construção de identidade, antropologicamente falando, é um processo não linear, apesar das narrativas patrimoniais, historicamente, tentarem reiterar uma identidade universal de cidades modernas. Este é um ponto chave no que o autor compreende como uma objetificação cultural, o qual ancora a discussão sobre os processos de invenção de culturas e tradições a partir da "materialização imaginativa de realidades humanas em termos de discurso teórico baseado no conceito de cultura” (GONÇALVES, 1996, p. 12).

A invenção de tradições é explicada por Hobsbawn (1997) como sendo "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com um passado histórico apropriado" (HOBSBAWN, 1997, p. 9). Sendo assim, o autor (1997) destaca que o fator de repetição torna-se um elemento importante para essas práticas, como uma tentativa de tornar imutável tais aspectos da vida social do passado que se interessa que permaneçam no momento presente. O autor completa que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWN, 1997, p. 21).

Como ressalta Poulout (2009), para além dos interesses memoriais, existem outros interesses políticos e financeiros contemplados no patrimônio, de modo que o mercado e o desenvolvimento urbano também acabam por disputar a narrativa do patrimônio e das memórias que ele simboliza. Estas investidas tendem a fortalecer os valores de uma “cultura dominante”, enquanto base simbólica para as práticas sociais e que é estabilizada a partir da solução dos conflitos sociais em mecanismos ideológicos culturais hegemônicos (CHAUÍ, 2009, 2008).

No sentido dessas discussões, pode-se considerar como uma hipótese a de que a tentativa de unificar as memórias representadas nos bens, ainda mais em bens tão complexos e convívidos como são os conjuntos urbanos, pode representar-se em alguns atos de violência simbólica, no sentido desvendado Bourdieu (2001), evidenciando, no território urbano, mais as relações de poder nele implicadas e a prevalência do Estado e de suas instituições em legitimá-las, do que as representações fiéis do complexo memorial que permeia tais bens. É claro, que se fala de predominância de significação patrimonial, e não de exclusividade a favor das memórias dos grupos dominantes, pois, no contexto do patrimônio, a memória oficial é composta de partes das memórias coletivas compartilhadas e de memórias subterrâneas, mesmo porque vários grupos são co-atores da realidade social e só se pode ter as memórias sociais compreensíveis a partir da totalidade de suas relações sociais no passado.

Considerando, portanto, o “poder simbólico” do patrimônio, Fonseca (2017) evidenciou a construção desses valores, e, conseqüentemente, a constituição do patrimônio cultural brasileiro, a partir de suas expressões institucionais; e considerou, ainda, que, enquanto forma de comunicação social, além da heterogeneidade dos bens que integram os patrimônios históricos, artísticos e nacionais, cada um deles cumpre funções diferentes (econômicas e sociais), tornando-os, assim, também um discurso de segundo grau, de tons funcionalistas.

Portanto, é importante reforçar que “a patrimonialização ou a monumentalização procede de um trabalho de imaginação no sentido da produção de uma imagem do patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 12). Ou seja, o patrimônio é uma narrativa sobre o valor atribuído ao bem, que o sacraliza.

Esse valor, em regra, precede, preexiste à patrimonialização do bem, mas também pode construir esse patrimônio, que é instituído a partir desse processo de ativação⁴.

Apesar dessa construção, porém, ela não representa uma calcificação desse bem cultural e de seus valores, pois, como defende Tornatore (2010), o "patrimônio é vivo" tem a sua sacralidade permeável a ser ressemantizada por novas gerações, pela incidência de novos valores, significados e interpretações que se alteram ao longo do tempo. Haveria, assim, sempre disputas patrimoniais na construção dessas narrativas (PRATS, 2005), e a intervenção estatal que constitui tal narrativa oficial, apesar de imprescindível a identificação e preservação do patrimônio enquanto agente da síntese entre esses poderes e a sociedade, precisa estar sempre sendo submetida à problematização e a crítica. E isso é ainda mais importante nos casos de conjuntos urbanos, aqui tratados.

Isso porque, segundo explica Meneses (2006), a própria cidade é um bem cultural que se manifesta em três dimensões: enquanto artefato, por ser uma "coisa fabricada" que resulta das relações sociais desenvolvidas neste espaço, mas que também faz parte da produção destas; como espaço síntese do "campo de forças", relacionado às tensões e conflitos de interesses que demarcam as relações urbanas e, por fim; enquanto representação social, onde são produzidas e reproduzidas as relações de memória e identidade, completando, ela, que:

Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fator psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. (MENESES, 2006, p. 37)

Logo, torna-se indispensável o debate em relação ao acesso e aos modos de uso do patrimônio cultural dos centros e conjuntos urbanos, já que

⁴ Também a patrimonialização pode constituir a sensibilidade patrimonial. Tornatore (2010) relata uma outra situação, a do Auto-forno de Uckange, em que foi o processo de patrimonialização, a partir de uma intervenção artística no objeto, que levou a seu destaque, na comunidade e na região, acerca de seu valor patrimonial, ativando memórias e ações de proteção e sensibilização.

“os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar 'ressonância' junto a seu público.” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Essa ressonância diz respeito à relação dos sujeitos com os usos do patrimônio, quando compreendido como uma dimensão material e imaterial das relações dos diversos grupos sociais que fazem parte do fluxo da cidade, e com o como estes patrimônios estão permeando e sendo permeados pelas vivências destes sujeitos.

3.1 Patrimônio cultural como narrativa oficial de memória

Na origem das Políticas Patrimoniais e de Preservação, em especial do patrimônio edificado na esfera urbana, está à necessidade de proteção do passado em face dos atos insurgentes de uma modernidade que pressagiava um novo futuro, mas que esse se faria a partir da demolição dos resquícios do passado, da revolução nos modos de vida, e assim, dos objetos de vida que os compunha, insurgência expressada, em seu ápice de conclamação, a partir dos ideais da Modernidade, em suas revoluções e funcionamentos institucionais. O Patrimônio Cultural passa, a partir daí para uma inflexão, segundo Poulout (2009), deslocando-se das artes dos relicários para a percepção da fragilidade dos bens materiais dos testemunhos da sociabilidade passada. Poulout (2009) considera que, na Revolução Francesa, houve uma hipertrofia da consciência histórica e uma mudança de direção na noção de inscrição memorial, e que foram esses os processos que construíram a tradição patrimonial ocidental que hoje permeia a maioria dos países do ocidente.

Tendo a instituição “patrimônio cultural” escapado do sentido de propriedade meramente privada da antiguidade clássica (CHOAY, 2017) e passado a ser envolvida na representação de um suporte de memória coletiva e de cidadania, ela passa a exercer, como qualquer instituição, certas funções sociais, sendo elas, especificamente: reforçar a noção de cidadania e de pertencimento; tornar visível a entidade “nação” e sua propriedade sobre os recursos de seu território, sobre sua produção artística e intelectual nacional; e representar provas do mito de origem e pertencimento que sustentavam a

coesão de um povo (CHUVA, 2003, 2014). Tais bens passam a ser, além disso, pragmaticamente instituídos como patrimônio enquanto ícones que não só espelham, mas também interferem nas produções de memórias e na demarcação de identidades valorizadas na esfera pública, seja de forma material ou simbólica. (CHOAY, 2017). E vão mais longe, pois, em sua tese, Silva (2019) explica que,

[...] ao longo do século XX, o patrimônio foi incorporando uma série de problemáticas que desafiam o olhar antropológico sobre esse fenômeno, uma vez que ele passou a estar presente no campo simbólico do Estado, no campo político da administração do território, no campo científico com o aperfeiçoamento de profissionais para classificá-lo e qualificá-lo e também no campo econômico, enquanto recurso para a indústria do turismo. Reconhecendo-se a patrimonialização como um processo, um elemento culturalmente construído e derivado de relações sociais estabelecidas em determinados lugares (RAUTENBERG, 2003, *apud* SILVA, 2019, p. 45).

Sabe-se, porém, que esses valores, e suas identificações pelos atores sociais com os seus símbolos evocados pelo patrimônio, podem se revelar distintos. Tornatore (2010), por exemplo, exalta essas diferentes significações (feitas pelo Estado, pela Nação ou pela comunidade usuária do bem) e, assim, as distintas "sensibilidades patrimoniais", em vários de seus estudos (TORNATORE, 2007, 2010, 2017, 2018). Em um desses estudos, o autor francês (2010) analisa o caso do incêndio que destruiu parte de um castelo em Luneville, que era dotado de um tipo de valor histórico para a França, por ter recepcionado fatos da Revolução Francesa, e de outro, para os moradores de Luneville, que "aprenderam a andar no gramado daquele Castelo". O autor observou que essas significações geraram diferentes sensibilidades, demonstradas quando do incêndio do Castelo, já que "não se chorava pelo mesmo objeto perdido" (TORNATORE, 2010, p. 9), pois que havia a emoção "estético-histórica", nos discursos dos sujeitos que identificavam os valores históricos e a riqueza cultural que se perdia, e uma emoção "sócio-biográfica", dos que identificavam o bem como um suporte de práticas individuais ou coletivas, em seus usos populares. Para Tornatore (2010), portanto, haveria, na sensibilidade patrimonial, uma "presença praticada" do patrimônio, pois:

[...] o objeto da emoção não é apenas o castelo em si, o monumento da história que constrói a mobilização política; ele é também sua lembrança, quer dizer, o castelo na lembrança das pessoas que ali viveram algum acontecimento (TORNATORE, 2010, p. 10).

Percebe-se, portanto, que a relação que os sujeitos constroem com a ideia de patrimônio e com os seus usos não é, necessariamente, unânime ou consensual. Aliás, em seus estudos sobre a memória e a identidade, Candau (2019) afirmava que a memória não é literalmente compartilhada, pois que ela é dependente da realidade de cada sujeito e do sentido de pertencimento ao patrimônio ditado pela própria noção de cultura. E, apesar de não se poder negar o que afirmava Halbwachs (1990), quando destacava os “quadros sociais” da memória, destacando que não haveria uma memória meramente individual, visto que o sujeito estaria atrelado às relações coletivas do meio em que vive e que sua memória seria profundamente permeada pelas produções memoriais construídas nestes laços sociais, Candau (2019) alerta que os indivíduos de um mesmo grupo podem compartilhar os mesmos marcos memoriais, mas não, exatamente, as mesmas representações do passado, Pollak (1989) aguça essa discussão, quando, no limiar entre memória oficial e coletiva, destaca a existência de “memórias subterrâneas”. Para o autor as memórias subterrâneas são aquelas narradas pelos grupos minoritários, e que em oposição à memória oficial, que se atém a meios institucionalizados ou à mídia, elas são ressaltadas através, principalmente, da memória oral. O autor parte de uma perspectiva construtivista para a compreensão da memória coletiva, considerando que os fatos sociais não são “coisas” em si a serem analisadas, mas sim, o objeto de análise é identificado como “o que” culmina nos fatos sociais, e por quais grupos isso ocorre. Nesse sentido, a memória subterrânea não se trata de uma memória passiva, oprimida pela memória coletiva nacional, mas está sempre em disputa, resistindo, insurgindo-se e “afiorando” em momentos de crise. Por isso, “a clivagem entre memória oficial e dominante e as memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil” (POLLAK, 1989, p. 3).

Poulout (2009) desenvolve os conceitos de "patrimonialização" e de "patrimonialidade" quando percebe a existência de um processo de legitimação na instituição desses valores de memória e artísticos que são aderidos aos bens do patrimônio, sendo a patrimonialidade a construção social de discursos que passa a ser simbolizada e materializada em forma de patrimônio, sacralizando tais valores e elevando tal bem a um dispositivo de representação nas comunidades, e a patrimonialização, o processo ou o ato que oficializa esses valores.

A ativação patrimonial (PRATS, 1998; 2005) também se refere a essa construção discursiva do patrimônio, considerado como sistemas simbólicos que fazem parte dos "processos de representação e legitimação simbólica de ideologias" (PRATS, 1998, p. 116), envolvendo o processo de valoração das memórias, por parte das comunidades e também por parte do Estado. Prats (1998) considera o patrimônio como "uma invenção e uma construção social", que embute certos valores e significados na realidade a partir de uma afirmação discursiva construída pelos poderes político, econômico e científico, mas que constrói ressonância e se legitima através da assimilação social. Ele (2005) sugere, assim, que para evitar que essa construção do patrimônio, ativada a partir desse sincretismo dos três poderes, feito pelo Estado, seja desconectada com o resto da sociedade, seria necessário:

c) A instalação de uma crítica patrimonial na esfera pública, onde os valores e as chaves interpretativas do patrimônio estivessem sempre em disputa e;

d) A adoção de um viés mais "antropológico" do patrimônio cultural, que priorize mais o humano do que as pedras e as coisas em si;

Sem isso, percebe-se que os repertórios ativados, como se refere Prats (1998), corresponderiam às visões ideológicas das identidades e memórias compreendidas como oficiais, ou ideais, e atreladas aos grupos que se destacam na hierarquia de poder no território. Desta forma, a seleção e patrimonialização constroem uma "zona semântica", ou seja, a dos significados da narrativa patrimonial. Riegl (1992) também explica as relações entre os sujeitos e os objetos, dizendo que tais relações são como uma rede que

funciona através do discurso simbólico dos bens articulado pelas referências a valores, em noções de história e de arte.

Para o caso do Patrimônio Cultural Edificado no território urbano, tema deste estudo, tal patrimônio é ainda mais ativado desta forma, já que ele pode ser enquadrado no que Choay (2017) denomina como "monumento histórico", ou seja, aquele cujo processo de legitimação passa por categorias ocidentalizadas de análise, envolvendo seleções de bens que não foram necessariamente construídos com destino memorial, mas que olhares técnicos institucionalizados, com viéses científicos, passam a legitimá-los enquanto dotados de valor histórico.

Contribuindo nessas discussões, Gonçalves (1996) identifica a relação do Brasil com o patrimônio, desde a primeira metade do século XX, como uma "retórica da perda", ou seja, a sua preservação sempre foi justificada em contraponto ao "desaparecimento" e à "destruição" do patrimônio. Além disso, a postura do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em seu início, foi de uma defesa do patrimônio que se incluía na identidade nacional, empreendimento, assim, "no sentido de reestabelecer ou defender a integridade e a continuidade de valores supostamente ameaçados" da Nação (GONÇALVES, 1996, p. 63), seguindo, porém, a estrutura ocidental de legitimar-se através de uma identidade nacional homogênea. O autor (1996) explica isso, ao afirmar que a construção de identidade, antropologicamente falando, é um processo não linear, apesar das narrativas patrimoniais, historicamente, tentarem reiterar uma identidade universal de cidades modernas. Este é um ponto chave no que o autor compreende como uma objetificação cultural, o qual ancora a discussão sobre os processos de invenção de culturas e tradições a partir da "materialização imaginativa de realidades humanas em termos de discurso teórico baseado no conceito de cultura" (GONÇALVES, 1996, p. 12).

A invenção de tradições é explicada por Hobsbawn (1997) como sendo, "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade com um passado histórico

apropriado" (HOBSBAWN, 1997, p. 9). Sendo assim, o autor (1997) destaca que o fator de repetição torna-se um elemento importante para essas práticas, como uma tentativa de tornar imutável tais aspectos da vida social do passado que se interessa que permaneçam no momento presente. O autor completa que "toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal" (HOBSBAWN, 1997, p. 21).

Como ressalta Poulout (2009), para além dos interesses memoriais, existem outros interesses políticos e financeiros contemplados no patrimônio, de modo que o mercado e o desenvolvimento urbano também acabam por disputar a narrativa do patrimônio e das memórias que ele simboliza. Estas investidas tendem a fortalecer os valores de uma "cultura dominante", enquanto base simbólica para as práticas sociais e que é estabilizada a partir da solução dos conflitos sociais em mecanismos ideológicos culturais hegemônicos (CHAUÍ, 2009, 2008).

No sentido dessas discussões, pode-se considerar que a tentativa de unificar as memórias representadas nos bens, ainda mais em bens tão complexos e convívias como são os conjuntos urbanos, só pode representar em alguns atos de violência simbólica, no sentido desvendado Bourdieu (2001), evidenciando, no território urbano, mais as relações de poder nele implicadas e a prevalência do Estado e de suas instituições em legitimá-las, do que as representações fiéis do complexo memorial que permeia tais bens. É claro, que se fala de predominância de significação patrimonial, e não de exclusividade à favor das memórias dos grupos dominantes, pois, no contexto do patrimônio, a memória oficial é composta de partes das memórias coletivas compartilhadas e de memórias subterrâneas, mesmo porque vários grupos são co-atores da realidade social e só se pode ter as memórias sociais compreensíveis a partir da totalidade de suas relações sociais no passado.

Considerando, portanto, o "poder simbólico" do patrimônio, Fonseca (2017) evidenciou a construção desses valores, e, conseqüentemente, a constituição do patrimônio cultural brasileiro, a partir de suas expressões institucionais; e considerou, ainda, que, enquanto forma de comunicação social, além da heterogeneidade dos bens que integram os patrimônios

históricos, artísticos e nacionais, cada um deles cumpre funções diferentes (econômicas e sociais), tornando-os, assim, também um discurso de segundo grau, de tons funcionalistas.

Portanto, é importante reforçar que “a patrimonialização ou a monumentalização procede de um trabalho de imaginação no sentido da produção de uma imagem do patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 12). Ou seja, o patrimônio é uma narrativa sobre o valor atribuído ao bem, que o sacraliza. Esse valor, em regra, precede, preexiste à patrimonialização do bem, mas também pode construir esse patrimônio, que é instituído a partir desse processo de ativação⁵.

Apesar dessa construção, porém, ela não representa uma calcificação desse bem cultural e de seus valores, pois, como defende Tornatore (2010), o “patrimônio é vivo” tem a sua sacralidade permeável a ser ressemantizada por novas gerações, pela incidência de novos valores, significados e interpretações que se alteram ao longo do tempo. Haveria, assim, sempre disputas patrimoniais na construção dessas narrativas (PRATS, 2005), e a intervenção estatal que constitui tal narrativa oficial, apesar de imprescindível à identificação e preservação do patrimônio enquanto agente da síntese entre esses poderes e a sociedade, precisa estar sempre sendo submetida à problematização e à crítica. E isso é ainda mais importante nos casos de conjuntos urbanos, aqui tratados.

Isso porque, segundo explica Meneses (2006), a própria cidade é um bem cultural que se manifesta em três dimensões: enquanto artefato, por ser uma “coisa fabricada” que resulta das relações sociais desenvolvidas neste espaço, mas que também faz parte da produção destas; como espaço síntese do “campo de forças”, relacionado às tensões e conflitos de interesses que demarcam as relações urbanas e, por fim; enquanto representação social, onde é produzida e reproduzida as relações de memória e identidade, completando, ela, que:

⁵ Também a patrimonialização pode constituir a sensibilidade patrimonial. Tornatore (2010) relata uma outra situação, a do Auto-forno de Uckange, em que foi o processo de patrimonialização, a partir de uma intervenção artística no objeto, que levou a seu destaque, na comunidade e na região, acerca de seu valor patrimonial, ativando memórias e ações de proteção e sensibilização.

Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fator psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. (MENESES, 2006, p. 37)

Logo, torna-se indispensável o debate em relação ao acesso e aos modos de uso do patrimônio cultural dos centros e conjuntos urbanos, já que “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público.” (GONÇALVES, 2005, p. 19). Essa ressonância diz respeito à relação dos sujeitos com os usos do patrimônio, quando compreendido como uma dimensão material e imaterial das relações dos diversos grupos sociais que fazem parte do fluxo da cidade, e com o como estes patrimônios estão permeando e sendo permeados pelas vivências destes sujeitos.

3.2 O Processo de tombamento como construção de narrativas oficiais de patrimonialidade de bens edificados

Os processos de tombamento são fontes importantes para a análise de como se constituem, tanto as políticas patrimoniais em determinado período histórico, quanto as diferentes narrativas sobre os bens edificados. Neles, percebe-se que “os processos de tombamento constituem espaços de expressão de conflitos, onde se podem captar as várias vozes envolvidas na questão da preservação e sua influência na condução dos processos” (FONSECA, 2017, p. 193). Outro ponto que constitui as narrativas patrimoniais nos tombamentos é forma com que os instrumentos são utilizados pelos agentes patrimoniais ou acessados pela comunidade. Tais formas de utilização dos instrumentos mudam conforme se alteram as demandas sociais dos grupos que participam das políticas de salvaguarda e tem tendido, no Brasil, a um movimento para a busca de ampliar a participação e o controle sociais sobre o patrimônio, enriquecendo-o em seus sentidos e repertórios de bens tombados (ALBERNAZ, 2021).

O tombamento, no Brasil, aliás, é um dos mais antigos instrumentos de identificação e proteção do patrimônio, tanto que, na atividade desenvolvida pelo Sphan, desde 1937, a prática de tombamento era confundida como o próprio sentido de patrimônio. Nesta primeira fase do Sphan, motivada por “denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um ‘tesouro da nação” (FONSECA, 2017, p.83), os padrões técnicos de pureza estilística arquitetônica do patrimônio de “pedra e cal” e, em alguns casos, de valor histórico, avaliados segundo cânones modernistas e clássicos, predominavam. Além disto, o trabalho nos moldes europeus, com uma tradição cultural sedimentada e de alcance universal, “marcadamente cultural e aparentemente apolítico” (FONSECA, 2017, p.126), era um objetivo em comum entre a maior parte dos membros da instituição neste período. Isso fez com que a concepção de patrimônio estivesse longe de representar a diversidade cultural do Brasil, restando uma visão elitizada e colonial do acervo desses bens, como bem denunciam Domingues e Funari (2009), Lima (2014), Marins (2016), Guran (2017), Campos (2017), Carvalho (2004) e Ferreira e Santos (2018).

Essa perspectiva só começa a mudar a partir dos anos 1970, na chamada fase moderna do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (Fonseca, 2017), quando: a) inclui-se bens de uma diversidade social que escapava ao legado lusitano e ao barroco colonial; b) valoriza-se o critério histórico; c) ampliou-se as noções de valores artísticos para incluir os traços ecléticos e os ornamentos autônomos nas marcações de memórias; d) buscou-se essas expressões nas mais diversas identidades brasileiras e; e) ingressam, no corpo técnico do IPHAN e do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, mais historiadores e, principalmente, antropólogos, sugerindo novas perspectivas de análise e novos métodos. Ocorreu ainda nessa fase, um impulso de descentralização da função estatal das práticas patrimoniais, ampliando o campo institucional para proteções de bens locais em estados e municípios, gerando certa divergência e instabilidade na percepção, até então sólida dada pelo IPHAN, de quais seriam as obras dotadas de valores nacionais, já que se passou a considerar os valores locais de onde os órgãos de cada uma destas instâncias (municipais, estaduais e federais) passaram a

atuar. (SANT'ANNA, 2017). Estas mudanças se tornam mais perceptíveis a partir dos anos 1980-1990, quando as políticas patrimoniais passam a ter “uma nítida conotação política”, na medida em que à ideia de diversidade se sobrepunha a de “desigualdade”, que o popular e o étnico começam a disputar espaço com o erudito (FONSECA, 2017, p.167), e que a participação da comunidade na construção e na gestão do patrimônio cultural começa a ser defendida nos organismos internacionais.

Durante este processo, os conjuntos urbanos também fazem parte dessa mudança nas modalidades de tombamento, passando a ser mais justificados pelos valores de representatividade da vida e da organização social de um povo em um determinado período de sua sociabilidade (“cidades documentos”), do que como “cidades monumentos” (SANT'ANNA, 2017), distinção que será trabalhada adiante.

Atualmente, no Brasil, o processo de tombamento é organizado pela Portaria 11/1986, elaborada pelo então SPHAN, a partir das regras do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Neste documento, define-se que a inscrição de bens nos Livros do Tombo é feita mediante um processo, que tem início a partir de uma proposta que pode ser provocada por qualquer pessoa física ou jurídica. A portaria tem o objetivo, assim, de estabelecer os procedimentos adequados para a realização dos pedidos de tombamento. Destaca-se a necessidade de que, no caso dos bens materiais, haja uma descrição minuciosa com as informações referentes ao bem e de seu entorno e que se destaquem seus aspectos de valor de cultural. No site do IPHAN, declara-se que se deve “partir do pressuposto de que o IPHAN deve garantir a preservação dos aspectos necessários para a leitura dos valores atribuídos ao sítio e que motivaram seu tombamento”⁶ (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p.10).

O tombamento é, segundo Miranda (2006), ato administrativo, logo, Estatal, que expressa o reconhecimento dos valores culturais em relação à

⁶ Apesar da força deste instrumento, existem outras formas de proteção que também são efetivas. Os inventários, por exemplo, destacam-se como uma destas formas de proteção que podem ser promovidas por entes públicos ou privados e que criam estudos e documentação que são fundamentais para a elaboração e acompanhamento de políticas culturais. (SOARES, 2009).

memória, identidade e história do lugar em que se situam estes bens e dos atores sociais que contribuíram para a sua produção. Sobre o processo em si, Albernaz e Peres dos Santos informam que o tombamento:

[...] é ato administrativo que declara um bem como de valor cultural e constitui, para ele, um novo regime jurídico; depois do devido processo, ele implica no registro de um bem (móvel ou imóvel) no respectivo Livro do Tombo [...], alterando seu regime jurídico, de um bem meramente privado, para um bem cultural de interesse público; em tal processo, constam documentos e estudos técnicos que atestam a relevância do bem, para fins de conservação, e chama-se o proprietário para contestar ou aquiescer ao tombamento; durante este processamento, o bem se encontra em tombamento provisório [...]; em sendo positivo o parecer, o IPHAN [...], após deferimento do Conselho Consultivo [...], assinará o ato de tombamento e o submeterá à homologação do Ministro da Cultura; em seguida, o tombamento é inscrito, de forma definitiva, no livro do tomo federal respectivo, e, após, averbado nos registros do bem imóvel. [...] Nesta mudança de regime, atesta Miranda (2006, p. 123), o bem continua na propriedade do particular (salvo se desapropriado), mas se impõe a ele obrigações de reparar e manter o bem, o dever de respeitar o direito de preferência, na alienação, ao poder público, o dever de suportar a fiscalização e as restrições de uso, gozo, alteração e disposição do bem e o direito de indenização, se as restrições impostas inviabilizarem qualquer uso econômico do bem; além disso, o ato pode impor obrigações aos proprietários dos bens vizinhos [...] e à população em geral; e, ainda, o poder público tem o dever de fiscalizar, de aplicar penalidades aos lesionadores do bem, além de arcar com obras de conservação, quando o proprietário não puder fazê-las [...] (ALBERNAZ e SANTOS, 2013, pp. 155-156).

Soares (2009) destaca que o tombamento “tem duas vertentes muito claras: a cultural e a de ser o instituto que possibilita a intervenção concreta do Estado na propriedade privada” (SOARES, 2009, p. 293). Ou seja, o Estado também garante a proteção destes bens pela constituição de seu tomo em relação aos proprietários, modificando os direitos de propriedade e impondo limitações sobre o bem em si e sobre seu uso, em alguns casos.

Especificamente à metodologia de tombamento de conjuntos utilizada pelo IPHAN, ela consiste em uma determinação, através de linhas poligonais, de quais seriam os “entornos” destes centros. O documento publicado pela instituição em 2010, intitulado como “Normatização de Cidades Históricas - orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para

áreas urbanas tombadas” deixa explícito que, apesar de não existirem diretrizes específicas às poligonais, na legislação que rege o tombamento do patrimônio cultural no país, “tradicionalmente o IPHAN tem trabalhado com a delimitação de poligonais de tombamento e entorno para o caso de sítios e conjuntos urbanos ou conjuntos arquitetônicos.” (IPHAN, 2010, p. 11).

As poligonais são delimitações feitas por linhas retas, que cercam a área a que pertence o conjunto de bens a ser tombado, sendo cada uma apresentada com um formato e tamanho singular, que depende das decisões de que bens serão tombados em cada caso. As poligonais podem ser classificadas como: poligonais de tombamento ou poligonais de entorno. O documento difere-as, demonstrando que “a poligonal de tombamento deve abarcar os espaços necessários à compreensão do que está motivando o tombamento da área, enquanto a poligonal de entorno deve englobar os espaços necessários ao resguardo da percepção e ambiência da área tombada” (IPHAN, 2010, p. 30).

Para se chegar à definição de como serão apresentadas as poligonais, são analisados os aspectos relativos tanto à história do bem quanto à relação do bem com a história do lugar onde ele se situa. No documento, o IPHAN define a ambiência como um dos elementos priorizados para a composição de uma poligonal, em que os bens que compõe a mesma poligonal possuem alguma relação entre si: de ambiência ou de interligação espacial. (IPHAN, 2010, p. 12). Por isto, caso os bens não possuam estas identificações entre si, podem ser tombados individualmente, em vista de que os bens que não estão dispostos próximos uns dos outros, mas que possuem características que configurem uma relação entre si e com outros bens dispostos na cidade, podendo participar da mesma poligonal, como ocorre no caso de Jaguarão, que é citado nesse mesmo documento.

Entende-se que há uma dificuldade em determinar “até onde” iriam estes conjuntos a serem preservados, bem como quais seriam os limites de seus entornos (IPHAN, 2010). Esta dificuldade se justifica, pois estes bens de entorno fazem parte da paisagem do conjunto e, embora não sejam eles bens tombados, também devem seguir alguns padrões e regras, a fim de não se destacarem para além dos bens tombados ou de prejudicarem a ambientação

do conjunto (IPHAN, 2010). Portanto, o tombamento dos conjuntos segue particularidades que serão mais bem exploradas no tópico a seguir.

3.1 Conjuntos e centros históricos urbanos: um patrimônio com várias camadas de tempo e de vivências sociais

Os Centros históricos, para Vieira (2020), assim como o restante das malhas urbanas, em rápido desenvolvimento e suscetíveis a diversas modificações, passam por transformações que atualizam a paisagem de forma acelerada. Uma busca para a manutenção desses núcleos históricos das cidades são as modalidades de preservação em forma de conjuntos. Mas, como Vieira (2020) alerta:

O patrimônio histórico não pode ser reduzido a um monumentalismo sem sentido. Sua real e verdadeira importância está na capacidade histórica e identitária que possui e, portanto, o Centro Histórico tem que ser visto como algo mais que simplesmente uma obra de arquitetura singular e isolada. Até mesmo porque existe também importância na obra anônima que não se filia a uma determinada escola ou padrão, mas que igualmente tem valor por atestar sua integração econômica e social e compor o conjunto da cidade. (VIEIRA, 2020, p. 151)

Logo, no caso dos estudos sobre os conjuntos urbanos, além de uma vasta variedade de bens que compõe seus inventários, eles podem demonstrar, a partir dos critérios de seleção na narrativa gerada pelo dossiê de tombamento, a qualificação mais geral da vida naquele espaço e os usos: sociais, econômicos e históricos aos quais se dedicam os bens. Assim, também atesta Peixoto (2003):

Essa metalinguagem do patrimônio, de que a expressão “centro histórico” faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana. (PEIXOTO, 2003, p. 213)

Entende-se que, desta forma, as cidades históricas relatam duplamente os aspectos do desenvolvimentismo urbano: em sua construção e sacralização.

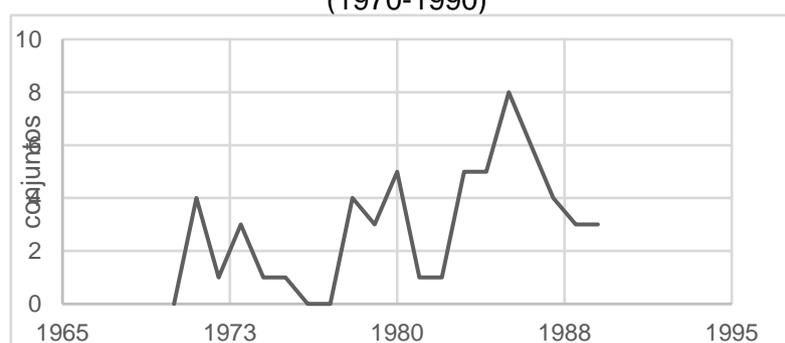
Os centros históricos revelam a essência destas construções materiais e narrativas, que se colocam conforme os interesses dos grupos que a legitimam. Portanto, os conjuntos urbanos são definidos por seleções de bens que não são, necessariamente, monumentais, mas que, em conjunto, descrevem aspectos de cidades que podem ser consideradas como tradicionais da cultura brasileira. O IPHAN, na citada cartilha, define as Normatizações de cidades históricas, e considera que, embora não haja a pretensão de uma homogeneidade nesse tipo de seleção, a maioria das cidades tombadas pela instituição, em seus primeiros anos de atuação, possuíam as mesmas origens. Mas, a Instituição destaca que:

A excepcionalidade, nesses casos, estaria simplesmente no fato de sua estagnação econômica ter permitido sua preservação e evitado que seus acervos fossem substituídos, o que ocorreu com a maioria das cidades coloniais brasileiras após 1950, em especial aquelas nas quais a terra urbana passou a ter um elevado valor no mercado, dentro do modelo de desenvolvimento em curso à época e atualmente. De qualquer modo, para as cidades economicamente estagnadas, preservava-se a homogeneidade do conjunto urbano, enquanto sua população moradora perdia perspectivas e capacidade econômica para, inclusive, propiciar a manutenção adequada aos imóveis tombados. (IPHAN,2013,p.9)

Os conjuntos eram tombados pelo SPHAN, continua a cartilha, em função destes valores de excepcionalidade. Aliás, nos primeiros anos do IPHAN, referentes à primeira fase do estatuto do tombamento, os intelectuais responsáveis pelas determinações da salvaguarda do patrimônio demonstravam certa inflexibilidade quanto aos valores artísticos merecedores de proteção, e as ações de conservação das áreas tombadas no território urbano também eram organizadas de forma padronizada, segundo uma unidade estética. Sant'anna (2017) considera que estes primeiros casos de centros urbanos protegidos sob tal rigidez técnico-artística produziram uma noção de "cidade-monumento", onde os padrões que eram priorizados representavam os estilos arquitetônicos do período colonial, sendo eliminados os elementos julgados como não pertencentes à tradição luso-brasileira, e provendo medidas de deixar esse conjunto quase que intocável. Mas isso também colaborou para criar uma noção de conjunto entendida como um

apanhado de bens que, juntos, formavam uma narrativa estética e, depois, histórica, da cidade. (SANT'ANNA, 2017) A mudança dos paradigmas do IPHAN, principalmente a partir da década de 1980, refletiu-se na forma de preservação dos conjuntos, já que também eles passaram a ser valorizados em função de seus aspectos históricos. Logo, as novas seleções permitiram que algumas edificações – que até então não eram valorizadas, em função de seus aspectos estilístico-artísticos – passassem a ser reconhecidas como documentos que narravam à história e a dinâmica da cidade, erigindo-se a noção de “cidade-documento” (SANTANA, 2017). Neste período, de acordo com o gráfico abaixo (e tabela em anexo), percebe-se um aumento nas solicitações de abertura de processos de tombamento de conjuntos.

Figura 1. Incidência de pedidos de tombamento de conjuntos urbanos e arquitetônicos (1970-1990)



Fonte: a autora⁷

Sant'anna (2017) salienta que esta mudança nas formas de seleções de bens e legitimação dos valores históricos também ocasionou mudanças nas regras de conservação, “colocando-se em xeque a prática de restauração corrente e reivindicando-se uma intervenção respeitosa dos diversos estratos históricos presentes nos monumentos, o que também facilitou sua inserção em dinâmicas de uso atuais” (SANT'ANNA, 2017, p.31). Além disso, até mesmo os conjuntos já tombados passaram a receber outra estratégia de preservação, que não a da calcificação das cidades monumentos.

⁷ Gráfico produzido através da seleção e organização das informações anexadas em Fonseca (2017, p. 281), catalogadas como “Anexo V”. Na tabela citada, a autora apresenta um relatório de pedidos de tombamentos entre os anos 1970 a 1990, fornecidos pela Copedoc/Iphan em 2017. Para a construção do gráfico, foram selecionados apenas os referidos a conjuntos arquitetônicos e urbanos.

Destacam-se, aqui, apenas em termos ilustrativos, alguns casos emblemáticos que exemplificam tal trajetória das políticas de preservação dos conjuntos, começando pelo caso do Centro Histórico de Ouro Preto – MG, que foi a primeira cidade brasileira considerada como Monumento Nacional, seguindo a lógica apresentada como “cidades-monumento” (SANT’ANNA, 2017) e cujo foco da sua preservação, nos primeiros anos de seu tombamento, valorizava a arquitetura colonial. Embora houvesse a perspectiva de valores históricos nos monumentos selecionados, “de acordo com a visão dominante no Serviço naquele momento, Ouro Preto possuía, acima de tudo, valor artístico, expresso em suas construções barrocas e coloniais, daí sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes” (AGUIAR, 2016, p. 92).

Aguiar (2016) destaca, e também é visto no relato de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1938), que os intelectuais envolvidos no processo de preservação das cidades, naquele tempo, não entendiam a salvaguarda como “um ato isolado”, pois haveria “naturalmente”, o interesse da comunidade nas suas preservações em virtude do apego às tradições, expressas nos centros históricos. Mas, continua o autor (2016), desde o início das ações preservacionistas na cidade, houve desafios, como a dificuldade na aquisição de verbas para as restaurações e também conflitos acerca do protagonismo de narrativas entre atores sociais, buscando-se identificar quais teriam sido os percursos das ações de salvaguarda. Com o desenvolvimento urbano e populacional, surgiu a necessidade de adoção de novos critérios e formas de gestão do patrimônio da cidade histórica:

A partir de mudanças nas concepções de patrimônio nos fins da década de 1970, novas práticas na preservação do conjunto histórico foram adotadas, em um esforço para criar novos canais de comunicação com a população e desenvolver atividades de educação. No entanto, mantiveram-se muitas das práticas de preservação a partir de critérios puramente estéticos e arquitetônicos. (AGUIAR, 2016, p.103)

Villaschi (2014) também aponta que a cidade, ao ser “redescoberta” pela vanguarda modernista, nos anos 20, foi alvo de recomposições, remoções e demolições de aspectos que não contemplavam o ímpeto de “cidade monumento”. O autor considera que estas práticas hegemônicas que buscavam esconder e refazer os aspectos julgados como atrasados e menos

valorizados produziram "Frankensteins Arquitetônicos" na paisagem do centro histórico de Ouro Preto. Nesse sentido, Villaschi considera, em seu estudo, que: "Nem a consagração do patrimônio histórico em âmbito nacional ou internacional ou os títulos atribuídos à cidade [...] encontra eco em parte significativa da população moradora atual, que não conhece ou reconhece os valores atribuídos à cidade" (VILLASCHI, 2014, p. 29). Segundo o autor, este afastamento da população em relação aos sentidos deste patrimônio se deve tanto ao fato de que as pessoas não se identificam com o legado histórico relacionado aos grupos dominantes coloniais, seja por não ter havido uma participação social nos processos de tombamento do conjunto.

Salvador é outro exemplo de centro histórico que se destaca por ter sido ela a cidade mais antiga do país, fundada em 1549, servindo como sede do governo geral do Brasil, criada por Portugal. Conhecida como a "cidade de dois andares", Salvador foi planejada com duas repartições. Uma delas é a "cidade baixa", que é caracterizada como a parte litorânea. Já a "cidade alta", em uma altitude superior, é onde se encontra o Pelourinho – centro histórico da cidade – que teve seu reconhecimento nas primeiras fases do IPHAN, assim como Ouro Preto:

As prerrogativas do IPHAN neste período incidiam no tombamento de partes do conjunto arquitetônico do Pelourinho na tentativa de manter "os traços da sua fisionomia colonial" frente ao intenso processo de descaracterização e degradação das edificações, acentuadas na segunda metade do século XX. O critério estético e fachadista foi predominante na seleção e valorização dos bens tombados, tendo o patrimônio edificado como sua principal expressão. O tombamento de todo o conjunto urbano do Pelourinho deu-se apenas em 1984, um ano antes do reconhecimento desta mesma área como Patrimônio da Humanidade. (CIFELLI, 2012, p.129)

Apesar dos avanços no sentido de ampliação dos valores a serem atribuídos aos conjuntos, estes processos, nos estudos de Cifelli (2012) e de Aguiar (2016) demonstram incompatibilidades entre o ideal de pluralidade e democratização entre os valores patrimoniais e a carência de participação social nas decisões. No caso de Ouro Preto, esta problemática ocorreu de forma a contradizer discursos que associavam a participação da comunidade aos interesses de salvaguarda do patrimônio. Já no caso de Salvador,

identificou-se um processo de exclusão de classes mais vulneráveis do centro histórico, em um nítido caso de gentrificação (ESPINHEIRA, 2005). Esta expropriação facilitaria a transformação do bairro em um local turístico⁸, restaurado por ser erigido a Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

Em contrapartida aos casos mencionados acima, em que o tombamento de conjuntos parte de uma perspectiva que, por muitas vezes, poderia alijar a população local do processo de participação e de decisão sobre a patrimonialização do bem – afastando-as de um princípio democrático em que se propõe a ideia de direito à cidade – destacam-se casos como o do tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de Iguape, município do interior de São Paulo. Nascimento e Scifoni (2015), em estudo que narra à experiência na participação da elaboração da proposta de patrimonialização, destacam que um dos aspectos inovadores deste tombamento, realizado entre 2007 e 2009, foi o comprometimento com as políticas de inclusão da comunidade local – identificada como uma pluralidade que inclui caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e imigrantes – enquanto protagonista no processo, e que esse contempla o desenvolvimento econômico da cidade (NASCIMENTO e SCIFONI, 2015).

O estudo que culminou na proposta, segundo Nascimento e Scifoni (2015), teve como uma de suas bases o conceito de cidade-documento, que justificou a compreensão dos processos históricos da formação urbana da cidade como ponto de partida para os estudos dos bens que seriam preservados. Mas, para a construção da proposta de tombamento teve-se como elemento-chave a participação social, estimulada através de ações de educação patrimonial que visaram à construção coletiva - entre técnicos e a comunidade – das noções de que objetos deveriam estar inclusos na prática de preservação e em seus significados. Para isto, foram realizadas oficinas em que a população desenvolveu, juntamente aos técnicos, um mapa da cidade, que reunia as memórias de eventos marcantes acerca da sua história e que

⁸ Tal ímpeto de mercadorização pelo turismo no Pelourinho marcou a preservação não apenas a arquitetura, mas também tornou fetiches certos comportamentos, vestimentas, identidade e expressões culturais dos moradores, esses que também passam a fazer parte do circuito turístico. (COLLINS, 2011)

resultou em uma ampliação do que até então estaria sendo compreendido como edificações a serem legitimadas pelo tombamento:

Outras edificações e lugares foram citados como representativos da memória coletiva: as ruínas de uma antiga fábrica de beneficiamento de arroz, a orla junto ao Mar Pequeno e o porto marítimo, o Morro da Espia e a Fonte do Senhor, o porto fluvial, o cemitério e o Valo Grande, além de outros mais, cuja importância para a compreensão histórica de Iguape já foi abordada anteriormente. (NASCIMENTO e SCIFONI, 2015, p. 35).

Para além disto, o relato afirma que, após o tombamento, as iniciativas em formatos de rodas de conversas, oficinas e caminhadas na cidade – chamadas de roteiros sensoriais – seguiram em andamento, aproximando comunidade e técnicos (NASCIMENTO e SCIFONI, 2015). Com isso, a prática percebida em Iguape mostra potencialidades que podem ser exploradas tanto por agentes do IPHAN, em futuros tombamentos, quanto por pesquisas como a que se apresenta em tela, confirmando, na prática, o que as teorias atualizadas do campo do patrimônio e os conceitos de direito à cidade vislumbram.

3.1.1 Programas de Financiamento e apoio técnico da conservação de conjuntos ao longo da política patrimonial brasileira

Uma fonte importante relacionada à preservação dos conjuntos históricos foram os Programas de Financiamento e apoio técnico de sua Conservação. Ainda sob uma perspectiva mais isolacionista dos monumentos, um desses mecanismos de proteção foi o Programa de Cidades Históricas - PCH9, que tinha por objetivo geral preservar os monumentos tombados e torna-los economicamente viáveis para um uso turístico, fazendo o patrimônio trabalhar como uma fonte de renda para as regiões. Ele é um programa cujo financiamento é Estatal, onde os municípios passam a ter uma maior

⁹ Segundo informações do Dicionário do Patrimônio Cultural, do IPHAN, "O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com vistas à recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil". Além disso, buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área.

participação nas decisões. Para Chuva e Lavinias (2009), o PCH faz parte da rede de relações e de poder próprias das políticas culturais desta época, dentro do processo desenvolvimentista citado anteriormente. As autoras percebem uma naturalização da associação entre cultura e turismo no programa, e destacam:

Ao nos debruçarmos sobre as políticas culturais dos anos 1970 que englobavam o PCH, três evidências se colocaram: o recorrente uso da palavra democracia em documentos oficiais do regime militar, inclusive na Política Nacional de Cultura: Diretrizes; a identificação da reincidência dos erros ocorridos no desenvolvimento do PCH em programas públicos subsequentes de natureza similar, como o Programa Monumenta e o recente Programa de Aceleração do Crescimento em Cidades Históricas - PAC, ambos analisados por Márcia Sant'Anna; e o apagamento do papel desempenhado pelo arquiteto Renato Soeiro, sucessor de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Iphan, cargo que ocupou por 10 anos. (CHUVA e LAVINAS, 2016, p. 77).

A partir de uma visão mais integrada, o Programa Monumenta foi expressivo e "passou por fortes inflexões desde o momento de sua concepção, no final da década de 1990", sendo "a partir de 2003 que se estabeleceu como fundamental encontrar um modelo capaz de interagir com as realidades locais e funcionar como uma ação de desenvolvimento urbano para as cidades sob proteção federal" (IPHAN/Monumenta, 2009). Ele durou até 2012, quando foi substituído pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Cidades Históricas, e foi um marco importante na análise das políticas de preservação das cidades históricas no país, consistindo em um plano estratégico, com objetivos, para além da preservação do patrimônio, de desenvolvimento econômico e social das cidades históricas. Para isso, ele se utilizava de financiamentos - em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o apoio da UNESCO – que eram organizados entre o Ministério da Cultura, governos locais e as superintendências do IPHAN, apesar de estimular, em tese, a participação da comunidade para a articulação do plano de ação (VILLAS BOAS, 2019). Apesar dessa iniciativa, Villas Bôas (2019) destaca que, em alguns casos, como ocorreu na própria cidade de Jaguarão – RS, esta participação não foi efetivada, ficando restrito aos agentes do IPHAN e demais órgãos. Portanto, percebe-se, com Fridman, Araújo e Daibert (2019),

que, nesses Programas, apesar de eles serem concebidos em uma visão mais vanguardista de conservação de centros históricos, contemplando participação social e usos socio-bio-sustentáveis, o turismo acabou por homogeneizar os interesses dos agentes municipais envolvidos, ou, pelo menos, por predominar nas estratégias de preservação e de gestão dos centros históricos. Sobre esta problemática da criação de “bolsões patrimoniais”, Choay (2017) descreve que:

A “embalagem” que se dá ao patrimônio urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser ele um alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas, e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas (CHOAY, 2017, p. 227).

Um marco na história da preservação dos conjuntos urbanos, no sentido de superar essas falhas da cidade monumento e da cidade mercadoria, foi a Carta de Petrópolis¹⁰, documento elaborado no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Nesta Carta, são ressaltados os aspectos de preservação e a compreensão da importância do Patrimônio fazer parte da vida da sociedade no território urbano, sendo ressaltado que este tenha uma real função na vida das pessoas. Também, considerou-se, em consonância com as diretrizes mais atuais do direito à cidade, que a preservação deve fazer parte do planejamento urbano, sendo uma ação permanente de revisão, participação e controle social.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, publicada também em 1987 (ICOMOS, 1987)¹¹, após a sua elaboração na 8ª Assembléia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, em Washington, também descreve orientações importantes acerca da valorização de cidades enquanto patrimônio. Os valores destacados no documento são os de cunho histórico, visto que a carta explicita a expressão

¹⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.1995. Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>> , acesso em 16/ 08/2021.

¹¹ A carta tem a intenção de complementar a "Carta Internacional sobre a Conservação e o restauro dos Monumentos e Sítios", publicada em Veneza em 1964.

material da diversidade das sociedades que é percebida nas cidades. E, assim, descreve como principais aspectos a serem preservados: a forma urbana; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; o aspecto dos edifícios; a relação da cidade com seu ambiente, natural ou criado pelo homem e por fim, as vocações diversas das cidades.

Considera-se, atualmente, a partir dos próprios princípios que marcam o direito ambiental e os direitos coletivos correlatos (MIRANDA, 2006), que os tombamentos e os planos de conservação de conjuntos urbanos devem envolver a participação de múltiplos atores sociais e agentes patrimoniais – e incluir os valores que são caros aos múltiplos grupos sociais envolvidos, mas que também contemplem as imposições legais, ambientais, econômicas e sociais. Em função destes aspectos, o tombamento, no caso dos conjuntos urbanos, depende de trabalhos ainda mais complexos, devido à pluralidade dos territórios urbanos, por conta da diversidade social e cultural no país, e das demandas e especificidades das gestões locais.

Conforme a já citada "Normatização de Cidades Históricas" (IPHAN, 2010), até a data da formulação do documento que explicita a metodologia para a construção de normas de salvaguarda dos conjuntos, em 2010, apesar de já se ter 94 conjuntos tombados até àquele momento, menos de 10% das áreas tombadas dispunham de normas capazes de nortear as intervenções em tais conjuntos. O documento ainda destaca que os quadros técnicos nem sempre correspondem às demandas urbanas, visto que o ritmo do desenvolvimento urbano no país, e a ausência de regras efetivas, acabariam facilitando, por falta de fiscalização, a descaracterização dos monumentos e a queda da qualidade urbana. Logo, declara-se a importância de outras normatizações e ações que ofereçam respaldo para a proteção dos conjuntos, pois, nesses casos, "o trabalho não termina com o tombamento, na realidade ele apenas começa." (IPHAN, 2010, p. 3).

O material que serviu de fonte para essas normatizações dos conjuntos urbanos foi formulado pelo IPHAN a partir de experiências prévias, como algumas elaborações efetuadas em 2007, pelo Depam (Departamento de Patrimônio e Material) juntamente com as superintendências locais de alguns sítios tombados, e a partir de uma reunião realizada, em 2009, entre as

diversas superintendências para debater o tema, na qual, inclusive, foi realizado um exame crítico das experiências de projetos relacionados ao programa Monumenta. Portanto, compreende-se que o desenvolvimento das orientações metodológicas para a elaboração de normas de preservação das áreas tombadas foi estipulado a partir de necessidades e experiências práticas durante os processos de acautelamento dos conjuntos urbanos, visando uma melhor gestão de tais áreas nos períodos pós-tombamentos.

3.1.2 Metodologias atuais para a seleção e conservação de conjuntos

Para auxiliar as superintendências na construção de normativas para a salvaguarda de seus respectivos locais, a referida Normatização indica uma metodologia que estrutura, passo a passo, as atividades técnicas que serão importantes para a construção dos documentos finais de salvaguarda (IPHAN, 2010). Estas indicações são fontes importantes, neste estudo, pois indiciam as prioridades da instituição na salvaguarda de conjuntos, além de levar à compreensão de como são realizadas as várias práticas de proteção dos conjuntos.

Resumidamente, as ações dessa metodologia são divididas em cinco passos. O primeiro trata-se da compreensão acerca do sítio em questão e dos motivos que levam ao seu tombamento.

Na cartilha, os autores destacam que é necessária, além desta compreensão, a investigação de quais são as medidas já exercidas pelos órgãos correspondentes ao planejamento urbanístico e pela secretaria de cultura da região, a fim de se estabelecer medidas de proteção que sejam próprias para a realidade e que venham a se somar com as perspectivas já adotadas pelos órgãos locais.

O segundo passo dessa metodologia visa o conhecimento de quais dos elementos, historicamente, representam quais significados existentes acerca do território onde o conjunto está inserido e como eles revelam a identidade urbana do local. Também, indicam a verificação de elementos naturais que favoreceram a implementação da cidade no espaço em que se localiza e quais são os referenciais urbanos simbólicos para a comunidade.

Em seguida, parte-se, no terceiro passo, para uma análise técnica acerca da arquitetura, investigando quais são os estilos encontrados e em que áreas ocorrem, observando-se, também, as tendências atuais de uso de tais edificações entre o setor imobiliário.

Por fim, a partir da construção detalhada desta investigação sugerida, institui-se a caracterização de diretrizes definidas por setores. O conjunto é setorizado conforme as especificidades encontradas nessa metodologia, estabelecendo-se a seleção de bens que possuem critérios em comum para a preservação de forma similar entre as edificações presentes no mesmo setor. Logo, “as poligonais devem refletir, de maneira clara, a motivação do tombamento, incluindo todos os elementos a que foram atribuídos valores e que justificam a proposta de tombamento federal.” (IPHAN, 2013, p. 12).

A Cartilha também orienta que as poligonais podem representar diversas zonas distintas de tombamento, e incluir bens que não estão nas mesmas áreas físicas, mas que são identificados com características similares aos que estão na área selecionada para a proteção. Desta forma, em relação a cada uma das poligonais, podem ser sugeridas metodologias e necessidades de preservação diferentes, dependendo das prioridades da narrativa patrimonial em vigência. E, a partir disto, são elaborados os planos de ação e normas que serão vinculadas ao conjunto e, se necessário, em cada setor com prioridades distintas.

3.1.3 Participação social e patrimônio cultural: um resgate antropológico ao patrimônio cultural

Os patrimônios edificados fazem parte da construção social do território urbano, e tomando como foco de análise os centros e conjuntos históricos, com seus múltiplos usos, desde suas construções até as suas sacralizações e readaptações, entende-se que múltiplos também são os aspectos estruturais no campo social para que esta vivência ampla da cultura e de sua produção seja, de fato, processada, acessada e acessível ao público.

Para que essas produções e vivências possam fazer parte do repertório discursivo e de uso dos conjuntos urbanos, processos de participação social na

patrimonialização e nos planos de gestão desses bens culturais são essenciais. Aliás, Porta (2011) verifica que a participação social passou a ser a tônica do IPHAN, notadamente por influência da criação dos Registros dos Bens Culturais Imateriais, pelo Decreto 3551/00, sendo que tal participação também repercutiu, a partir de então, na patrimonialização e na gestão dos bens culturais materiais.

A relação entre a participação social no patrimônio cultural e suas implicações no espaço urbano justifica-se ao se considerar que a produção dos objetos em suas dimensões materiais e imateriais correspondem às necessidades dos sujeitos implicados na rede de relações estabelecidas no espaço. Para Carlos (2018):

[...] o homem também age a partir de uma representação social que o localiza no mundo, caracterizando uma sociedade, organizando as relações entre os homens, desenvolvendo a troca social, transformando-se e transformando a natureza das necessidades e desejos. Assim, a produção revela-se em suas especificidades históricas e se complexifica ao longo do processo histórico, contemplando a produção do mundo e do próprio homem. (CARLOS, 2018, p. 15)

Desta forma, quando se discute a participação social no patrimônio cultural, esta-se falando sobre estas relações dialéticas entre: os sujeitos produtores do espaço; a construção dos sentidos e a organização dos grupos no espaço urbano e; uma perspectiva antropológica da cultura, onde, segundo Freire (1986), Chauí (1995) e Botelho (2001), a cultura é vista como produzida pela e na interação social, por meio de construções múltiplas de valores, práticas, identidades, estéticas e memórias.

Entre as condições que possibilitam o acesso e a participação na preservação do patrimônio, destaca-se, também, a educação patrimonial. A Recomendação de Paris (UNESCO, 1964), uma das cartas patrimoniais mais importantes, desenvolvida em 1964, já previa a importância destas ações de educação patrimonial, destacando-a no âmbito de uma colaboração internacional para que todos pudessem beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade. Assim, a Recomendação deixa explícito o papel da ação educativa na proteção do patrimônio, e que “tal ação deveria ser empreendida pelos serviços competentes em cooperação com serviços educativos, com a

imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais” (UNESCO. 1964, p. 5).

No Brasil, o fomento à participação social e à educação patrimonial está disposto no artigo 27, do Decreto n.º 80.978, de 12 de dezembro de 1977:

Artigo 27.

1. Os Estados Partes na presente Convenção procurarão por todos os meios apropriados, especialmente por programas de educação e de informação, fortalecer a apreciação e o respeito de seus povos pelo patrimônio cultural e natural definido nos Artigos 1 e 2 da Convenção.

2. Obrigar-se-ão a informar amplamente o público sobre as ameaças que pesem sobre esse patrimônio e sobre as atividades empreendidas em aplicação da presente Convenção.

Artigo 28.º - Os Estados Partes na presente Convenção que receberem assistência internacional em aplicação da Convenção tomarão as medidas necessárias para tornar conhecidos a importância dos bens que tenham sido objeto dessa assistência e o papel que esta houver desempenhado.

Em 2011, o projeto Mais Educação pretendia também estender as ações em Educação Patrimonial, uma vez que entendia:

A Educação Patrimonial no Mais Educação propõe uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio cultural de sua região e, a partir dessa ação, ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com a formação de cidadania, identidade cultural, memória e outras tantas coisas que fazem parte da nossa vida mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são. (IPHAN, 2011, p. 4)

Embora se perceba a importância de tais práticas no ambiente escolar, sendo esta uma forma de atingir direta ou indiretamente a comunidade, entende-se que o processo de participação social e de educação patrimonial devem acontecer também de formas não centralizadas na educação formal. De acordo com as orientações do IPHAN, em seu material produzido, em 2014, sobre o tema,

[...] o que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local (IPHAN, 2014, p.20).

No contexto de Jaguarão, cenário que abrange o estudo em tela, algumas atividades que visam à educação patrimonial na formação pedagógica são descritos por Ribeiro e Machado (2013). A experiência narrada foi constituída através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, e as atividades foram executadas por estudantes do curso de história da Universidade Federal do Pampa. O trabalho foi desenvolvido no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo, com o objetivo de que os bolsistas pudessem desenvolver habilidades e competências conforme as diretrizes curriculares. As atividades visaram desenvolver a sensibilidade patrimonial dos alunos.

Neste sentido, Machado, Ribeiro e Ribeiro (2020) relatam uma atividade mais atual, seguindo o mesmo viés de educação patrimonial. Neste projeto, relatam as relações da Praça da Matriz de Jaguarão com os conceitos de lugar de memória desenvolvidos por Pierre Nora (1993), destacando os conflitos, negociações e vivências cotidianas que envolveram a praça na memória e identidade dos habitantes da cidade. Portanto, os autores oferecem atividades pedagógicas, que através da revisão histórica, dados cartográficos, compreensão da geometria da praça e os elementos da flora e fauna locais, exploraram, também, as necessidades de conservação patrimonial na cidade. Os autores consideram que “ao lado da capacitação dos professores para interagir com a atualidade, a educação patrimonial vem contribuir tanto com o ponto de vista da educação escolar formal, quanto informal” (MACHADO, RIBEIRO e RIBEIRO; 2020 p. 93).

Assim, em termos gerais, e também no caso da participação social em Jaguarão, a educação patrimonial deve ser um processo colaborativo entre os diferentes grupos do espaço urbano, formando uma rede de saberes e apropriação dos significados produzidos entre estas relações. Aos agentes patrimoniais, também caberia tornar acessíveis os saberes técnicos necessários para a formalização e elaboração das vontades de memória da

comunidade, em inventários ou outros processos específicos. Além disto, a participação social diz respeito às formas que estes patrimônios irão assumir, seus usos e seus significados, afetando, assim, o espaço social como acima discutido.

4 ESPAÇO SOCIAL URBANO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JAGUARÃO – RS

4.1 Breve análise histórica de Jaguarão

Para a análise das relações entre os diversos sujeitos que vivenciam e provocam o fluxo urbano na cidade de Jaguarão - RS e o Patrimônio Cultural edificado da cidade são importantes à compreensão do processo de urbanização próprio da cidade, considerando as questões históricas, políticas e socioculturais deste território discutidas no referencial teórico desta pesquisa.

Nesse rumo, anteriormente à colonização, relatam Schmitz (1976) e Milheira (2014), o local onde se encontra, atualmente, a cidade de Jaguarão era habitada por grupos chamados Cerriteiros: pescadores-caçadores-coletores que habitaram a região do pampa e o litoral do Rio Grande do Sul, Uruguai e o nordeste argentino¹². Até então, ainda segundo Schmitz (1976) e Milheira (2014), os conflitos pelo espaço se deram entre Cerriteiros e os povos Guaranis, esses que, por sua vez, visavam apropriar-se dos entornos da Laguna dos Patos e passar a habitar o litoral Sul do Brasil em geral. Foi só no século XIX, que houve o contato desses povos com imigrantes europeus, motivados pela localização fronteiriça com recursos fluviais em abundância (VILLAS BÔAS, 2019). A partir deste momento, o confronto entre os interesses de dominação ibéricos pela exploração da força de trabalho, das matérias primas, do território e as vidas de diversas etnias que habitavam o espaço foi intenso, de tal modo que, “assassinados, aprisionados, aldeados e culturalmente ameaçados ao longo da História, os grupos Guarani e as demais populações indígenas da região resistiram através de diferentes estratégias”, mas acabaram por se esvaecer e perder suas unidades sociais em prol do modo de vida do colonizador (MILHEIRA, 2014, p. 12). E essas disputas de poder precisam ser levadas em conta na compreensão da construção de um espaço urbano e social em Jaguarão.

¹² As construções chamadas de “Cerritos” seriam, portanto, montículos de terras construídos em tais regiões alagadiças, datados de 2.500 A.P. até 200 A.P. (SCHMITZ, 1976, MILHEIRA 2014)

No século XVII, enquanto Rio Grande do Sul e Uruguai estavam entre o espaço disputado por espanhóis e bandeirantes portugueses, ambos motivados pela busca exploratória de riquezas e pela escravização de pessoas indígenas, começou-se o processo de Fundação da Colônia do Sacramento, em 1680 (MARTINS, 2001). Após diversos conflitos entre as coroas espanhola e portuguesa, em 1777, é assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que consistia em definir a solução de zonas em que as partes ocupantes não chegavam a um acordo como “campos neutrais”, ou seja, na prática, terra de ninguém. E um destes territórios situava-se no entorno próximos à Lagoa Mirim e o rio Jaguarão” (MARTINS, 2001, p. 25). Essa decisão intensificou o comércio “clandestino” na região, quando, nas guerras entre as duas coroas, portugueses passaram a se apropriar dessa porção do continente que se estende até onde se encontra, hoje, Jaguarão.

Novamente, estabelecem-se meios de controle no estabelecimento de limites de fronteira, com a instauração da Guarda do Serrito e da Lagoa, que segundo Villas Bôas (2019), era composta tanto de militares quanto de seus familiares e comerciantes, e que se firmaram naquela região. Após isso, houve um período de "paz", segundo Franco (2007), onde os militares passaram a se dedicar também ao comércio e à atividade pastoril, três atividades mercantis que se tornam destaque constante na história da região.

Logo após este período, começaram as divisões territoriais aos modos como conhecemos hoje a região; em 1811, formam-se as Freguesias: Jaguarão, Pelotas e Canguçu (PLÁ, 2018, p.18). Com isto, começava a surgir o interesse por uma ordenação do espaço, e assim, através da Resolução Régia de 1813, foram definidos os espaços das futuras construções residenciais, para promover certa ordem nas construções e territorial no espaço. Daí adveio, em 1815, a primeira planta baixa do povoado como produto deste propósito de povoação sistemática, em uma preocupação de urbanizar a cidade nos moldes modernos europeus. Tais interesses em uma ordenação tanto das edificações quanto no eixo de organização social tomam forma também com a Implementação da Câmara de Vereadores, em 1832, quando a freguesia se eleva à condição de vila. Villas Boas (2019) destaca a Igreja Matriz do Divino

como o primeiro prédio público de grande porte a ser construído, em substituição à Capela anterior, construída em 1847.

As festividades, que eram bastante vívidas no local, também compuseram os motivos dessa organização das futuras construções do centro da cidade. Entre os eventos, havia espetáculos teatrais que tinham a região como parte do seu roteiro, pois, antes da existência do Teatro Esperança, que teve sua obra iniciada em 1887, Villas Boas (2019) verificou que já ocorriam apresentações em um estabelecimento denominado pelos jornais da época como “teatrinho”. De acordo com Melo (2018), o primeiro clube de festas, a Sociedade Recreação Familiar, teve sua inauguração em 1852, sendo considerado, inclusive, na época, como sendo uma obrigação coletiva, imposta pela Igreja Católica, que as pessoas estivessem envolvidas em atividades de recreação legitimadas pelos símbolos religiosos ou pagãos que passavam a colonizar o imaginário local. O autor (2018) aponta o aspecto barroco, luxuoso e romantizado que tais festividades produziam. O tradicional Carnaval de Jaguarão teve seu início em 1881, através de um evento da Sociedade de Recreação Familiar “Bailante”. Melo (2018) destaca uma coluna do jornal “Atalaia do Sul”, onde fica evidente o impacto do evento na cidade e descreve evidências de que ele representava o desejo por símbolos de desenvolvimento e “civilização”:

O carnaval assinala uma nova fase em nossa vida social, como que está operando uma evolução em nossos costumes, em nossa vida intelectual e moral, como a chamada a novos destinos nos caminhos da civilização (Atalaia do sul 10 de março de 1881, apud. MELO 2018).

Finalmente, em 1855, Jaguarão é elevada à condição de cidade. A partir de então, há um crescimento econômico devido às atividades pastoris. Porém, a epidemia de cólera que acometeu a Província provocou instabilidade no seu desenvolvimento. Em uma estimativa registrada por Barão de Muritiba, presidente da província, Jaguarão estaria em quarto lugar entre o número de mortos do país, com 329 registros (WITTER, 2007, p. 86). A epidemia durou aproximadamente um ano, e apesar das dificuldades, a cidade volta ao seu ritmo de desenvolvimento econômico, nos anos a partir de 1860.

Em 1865, outro evento marcante na região é motivado pela invasão do exército uruguaio, período onde havia alta porcentagem de pessoas escravizadas em relação ao total de habitantes da cidade, o que justificava a preocupação que Maestri F^o (1984) relatou, ao encontrar nos jornais da época:

A proclamação do general Basílio afirmava que os uruguaios vinham para "dar liberdade aos desgraçados homens de cor que gemem. Um velho temor senhorial era que os escravos optassem pelos inimigos do 'Brasil'": Quando do ataque uruguaio, o presidente da Província imediatamente procurou pôr em "segurança" os negros cativos de Santa Isabel, centro charqueador sobre o canal São Gonçalo, a 18 léguas de Jaguarão. As primeiras exageradas informações estampadas nos jornais de Rio Grande sobre o assalto à fronteira explicitam igualmente a preocupação dos senhores com os cativos. Os uruguaios teriam arrebatado milhares de cavalos e quase uma centena de cativos. (MAESTRIF, 1984, p. 89).

Os grupos que representavam o poder na época resistem ao evento, sendo este fato o motivo de festividade para a Sociedade Recreação Familiar em comemoração ao ato "heroico". Neste ano, concluiu-se a construção do Mercado Público, complexo comercial importante para o contexto urbano, assim como a edificação de olarias que viriam, juntamente ao Código de Posturas de 1871, a consolidar as expectativas de modernização da cidade. A partir deste momento, as edificações a serem construídas passam a ser de alvenaria, diferentemente das construções de palha e madeira que havia ali, até então. (PLÁ, 2018; MELO, 2018). Percebe-se como foi significativo o período em mudanças nos valores culturais e sociais, atrelado à queda do Império.

No ano de 1882, é inaugurada a Sociedade Emancipadora Jaguareense, essa que passa a oferecer eventos culturais e a promover a difusão da ideologia emancipatória, contando, inclusive, com apresentações do Circo Uruguaio, que apoiava o movimento produzido por pessoas em situação de escravidão e de seus aliados. Durante o mesmo período, também se percebem avanços econômicos na região, com a dragagem do "baixio", denominado "periquito", obra complementar às realizadas no Sangradouro da Lagoa Mirim, e que possibilitaria um livre trânsito à cidade durante todo o ano. Os benefícios são atribuídos também às charqueadas, estando elas em processo de restauro,

principalmente as que teriam sido abandonadas anteriormente devido às dificuldades de navegação e à cólera.

O período aqui analisado apresenta uma dicotomia entre a cidade que se apresenta com uma arquitetura exuberante - indicando uma narrativa de progresso - apesar das limitações da época em termos de saneamento básico e coleta de lixo, por exemplos, e a cidade como um todo. Tal dicotomia também é aparente nas edificações que não são pertencentes à elite, sendo casas que forjam uma fachada como de palacetes, mas que possuem o resto de sua estrutura bem precarizadas, se comparadas com as construídas pela elite econômica, que residia no centro da cidade. (VILLAS BÔAS, 2019). Embora houvesse o desejo de construir-se a cidade segundo o modelo de estrutura urbana positivista que representasse progresso, não havia o interesse em desenvolver a economia de outras formas que não a pecuarista, estimulando também a população em continuar seu modo econômico e de vida rural, predominante.

Já em 1918, é criado o Clube 24 de Agosto, que viria a ser um referencial sócio-cultural, político e afetivo para a população negra da cidade. O associativismo dos coletivos negros organizados como clubes sociais representava uma das formas de busca por cidadania. Segundo Lima (2013), o Clube 24 de agosto incluía, além de atividades de lazer, atividades educacionais e outras de interesse político da comunidade, sendo expressivo no cruzamento entre políticas de salvaguarda patrimonial e de reconhecimento de coletivos minoritários negros, tendo sido reconhecido enquanto Patrimônio estadual, em 2012. Nunes (2016) também expõe a relação do clube com a Sociedade Operária de Jaguarão, sendo o clube fundamental para a formação da cidadania negra jaguareense na primeira metade do século XX, representando um marco de liberdade e resistência.

Já entre as décadas de 30 e 40, em função de um impeto por desenvolvimento e uma arquitetura despojada, nos entornos do núcleo original da cidade começam as rupturas com a paisagem eclética do centro histórico iniciando o que seria futuramente um movimento modernista. Conforme Villas Boas (2018), a construção de tais prédios, como o caso da agência dos correios de acordo com a imagem 2, representava um contraste em relação ao

núcleo eclético da cidade, pois demarcava uma estética de progresso, enquanto o centro eclético passava a ser entendido como estagnação econômica e temporal.

Figura 2 Agência dos Correios em Jaguarão.



Fonte- Villas Bôas (2018, p. 06).

O período referente ao golpe militar no Brasil demarca uma política de planejamento urbano que modificou a dinâmica econômica de algumas cidades. Jaguarão neste período estava sob vigência de Rubens Gonçalves Marques, o qual teria alinhamento com tais ideologias do poder militar. Segundo Villas Bôas (2019), a cidade representava uma função de fornecimento de insumos aos centros industrializados, o autor completa:

Ao regime militar interessava o fortalecimento da elite rural do município de Jaguarão através de subsídios financeiros por órgãos governamentais na forma de construção de prédios para sediarem instituições bancárias, agências estas que realizavam o financiamento de produtores rurais. O principal banco que fazia este serviço era o Banco do Brasil, o qual resolveu construir um novo prédio para sua agência em Jaguarão. (VILLAS BÔAS, 2019, p. 22)

O novo prédio do Banco do Brasil foi inaugurado nos anos 70, com uma estética arquitetônica contemporânea, demarcando uma ruptura na paisagem. Seu entorno é composto de uma estética arquitetônica eclética, fruto dos esforços do séc XIX destacados anteriormente, onde a cidade desenvolvia-se

enquanto uma estética elitizada em busca de demonstração de progresso. Nesse caso, novamente justifica-se o compromisso pelo desenvolvimento econômico e demonstração de progresso na paisagem.

Eventos como este motivaram os movimentos preservacionistas que se iniciam nos anos 80, através de estudos e projetos que estarão documentados e analisados no capítulo 4.2.4 e 4.2.5.

4.2 O Processo de Tombamento do Centro Histórico-Paisagístico de Jaguarão

A partir das discussões teóricas e da contextualização histórica a respeito do processo de urbanização da cidade de Jaguarão apresentadas até a atual fase de estudo, parte-se para uma análise sobre o processo de tombamento do centro histórico e paisagístico de Jaguarão.

O processo de tombamento foi organizado e disponibilizado para acesso público¹³ pela Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação – Arquivo Central do IPHAN - em forma de “volumes”. Cada volume é iniciado com uma capa que identifica o processo através de informações como: número do processo de tombamento, título que identifica o conjunto de bens ao qual o processo se compromete com o tombamento, requerente, data e hora de abertura, assim como a descrição de seu conteúdo, conforme na imagem a seguir:

¹³ Disponível em <http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>, processo nº 1569-T-08. Acesso em 09 de set de 2022.

Figura 3 – Identificação do processo de tombamento



COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN

PRÓCESSO DE TOMBAMENTO Nº 1569-T-08 VOLUME 1

“CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO, NO
MUNICÍPIO DE JAGUARÃO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
Controle de Processos e Documentos - CPROD

Nº PROTOCOLO: 01512.000089/2008-62 DATA/HORA ABERTURA: 14/03/2008 - 16:00:26

INTERESSADO:
1 - SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN, RIO GRANDE DO SUL - RS

PROCEDÊNCIA:
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO GRANDE DO SUL - RS

ASSUNTO/DESCRIÇÃO:
INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO/TOMBAMENTO DA CIDADE DE JAGUARÃO/RS



165510



Fonte: IPHAN (2008-2013).

4.2.1 O espaço material do conjunto patrimonializado

O tombamento que legitima o conjunto Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão como um Patrimônio a nível Nacional foi realizado no ano de 2011 (através de pesquisas que se constituem desde os anos 80), como será apresentado posteriormente na análise do processo, destaca-se em função do vasto acervo, com bens caracterizados por diversas linguagens arquitetônicas - conforme a tabela a seguir. Segundo Dossiê de tombamento (IPHAN, 2011, p. 159), “verificou-se que Jaguarão ainda conta com um dos mais extensos e bem preservados conjuntos arquitetônicos do Brasil, que além do acervo eclético, conta com exemplares de várias linguagens arquitetônicas, representando as transformações decorrentes dos diversos períodos históricos e econômicos pelos quais a cidade passou”.

Figura 4 - Linguagens arquitetônicas encontradas em Jaguarão.

Linguagem		Definição
Luso-brasileira		Caracterizada pela horizontalidade dos prédios e singeleza das fachadas. Apresentam cobertura em telhas cerâmicas com amplos beirais, janelas em guilhotina ou de abrir com postigo, portas relhadas ou almofadadas, vergas em arco abatido, arco pleno ou retas.
Eclética Século XIX		Caracterizam-se pela imponência. Algumas apresentam porões altos, janelas de abrir com postigo, gradis nas sacadas, portas de acesso a um hall de entrada antes do interior (paravento). Quanto aos ornamentos e variações, aparecem diferentes tipos de platibandas (fechadas ou vazadas), elementos de linguagem neoclássica (como frontões triangulares e colunas clássicas) ou neo-renascentistas (linhas curvas, arco pleno, guirlandas) e ornamentos superiores como vasos, compoteiras, pinhas e estátuas.
Eclética Século XX		Caracterizadas pela simplificação e geometrização dos elementos decorativos das fachadas, com destaque para as platibandas cegas. Aparecem na composição dos ornamentos da fachada elementos de linguagem neogótica (como arcos ogivais simples ou trilobulados), <i>art-nouveau</i> (como formas assimétricas e delgadas, derivadas da natureza) e <i>art-déco</i> (como formas geométricas)

Fonte: IPHAN (2011, p. 160)

Figura 4.1- Linguagens arquitetônicas encontradas em Jaguarão

Eclética simplificada		Semelhante às edificações ecléticas do século XIX e XX, mas apresentando pouca ou nenhuma ornamentação. Pertencem a essa categoria ainda as edificações ecléticas que tiveram seus ornamentos retirados ou alterados.
Neocolonial		Se configuram como uma colagem de soluções da arquitetura colonial, como cobertura em telha tipo capa e canal com beirais, torresões, frontões curvos, vergas de arco abatido, treliças, painéis de azulejos decorados e a própria pedra de alicerce reforçando alguns detalhes construtivos.
Proto-moderna		Caracterizada pela adoção simultânea de vertente classicista e de uma atitude moderna coincidente com a difusão do concreto armado e maior racionalização na construção. Apresentam plantas simétricas ou quase simétricas, volumes compactos, distribuição interna compartimentada. Elementos curvos, marquises e pestanas de janelas em concreto armado evidenciam o desenvolvimento tecnológico, que convivem com elementos como cobertura em telhas cerâmicas.
Vernacular		Edificações com elementos de fachadas e esquadrias simplificados, apropriando-se de alguns elementos dos casarões e casas de maior poder aquisitivo de diversas linguagens, mas sem preocupação com proporções ou coerência de linguagem entre os elementos.

Fonte: IPHAN (2011, p. 161)

Segundo Plá (2010), a paisagem urbana – principalmente entre o núcleo que conta com o acervo mais antigo de bens – é horizontal, formada por bens de um ou dois andares, destacando-se na silhueta urbana as torres das igrejas que a constituem; além disso, “o traçado urbano da cidade segue com o reticulado característico da ocupação espanhola na região, com algumas diferenças no gabarito viário de acordo com o período em que foram construídos” (PLÁ, 2020, p. 37). As imagens a seguir, produzidas no primeiro momento da pesquisa, dedicado ao reconhecimento do conjunto que

protagoniza o tombamento estudado no trabalho em tela, ilustram os aspectos citados acerca da silhueta da paisagem:

Figura 5 - Panorâmica da paisagem da Praça Alcides Marques



Fonte: Acervo da autora

Assim como a próxima figura, o registro da vista contemplada a partir das Ruínas da Enfermaria Militar revela a perspectiva da paisagem de bairros residenciais da cidade. Tais imediações não são consideradas como local com prioridade para preservação, embora as ruínas da enfermaria militar sejam consideradas parte do acervo do núcleo mais antigo, porém, contextualiza a dinâmica do espaço urbano que o conjunto tombado representa.

Figura 6 - Vista da cidade a partir das Ruínas da Enfermaria Militar



Fonte: Acervo da autora

Na imagem 7, a seguir, intitulada “contextualização paisagística”, utilizada na apresentação do dossiê de tombamento - documento que será melhor descrito ao longo do trabalho em tela – demonstram-se, ainda mais, as características da silhueta da paisagem e também revela a orientação geográfica do núcleo principal da cidade.

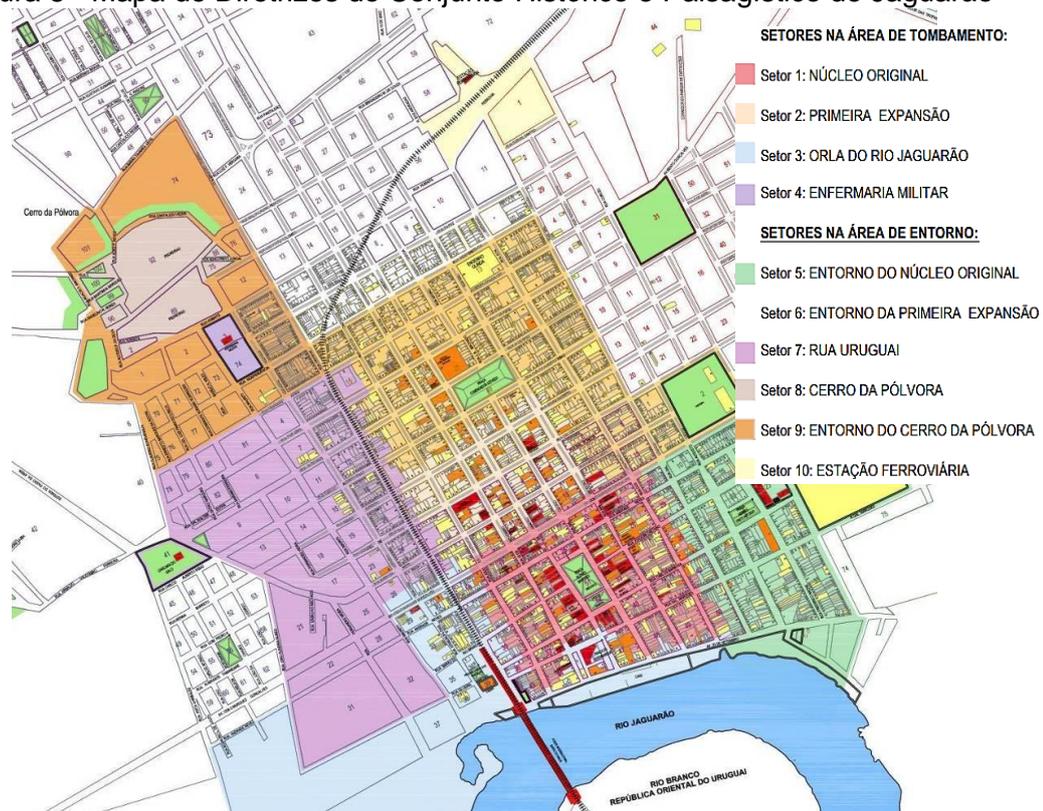
Figura 7 - Contextualização Paisagística



Fonte: IPHAN (2022)

Conforme exposto no capítulo 3.2, a metodologia para os tombamentos de conjuntos, adotada pelo IPHAN (2010) e explicitada na Normatização de Cidades Históricas, consiste no zoneamento das áreas de interesse de preservação, limitadas por poligonais. Assim, na cidade de Jaguarão foram estabelecidas duas poligonais: a de tombamento, dividida entre Setor 1 – Núcleo Original, Setor 2 – Primeira Expansão, Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão, Setor 4 – Enfermaria Militar. A outra poligonal é de entorno, ou seja, composta por bens que embora não sejam legitimados em relação aos critérios de valoração para o tombamento, fazem parte da paisagem que envolve os bens preservados e devem ser mantidos conforme as características que contextualizam a área tombada e funciona como “área de transição entre a área protegida e o restante da cidade” (IPHAN, 2011, p. 213). Esta poligonal compreende os setores: Setor 5 – Entorno do Núcleo Original; Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão; Setor 7 – Rua Uruguai; Setor 8 – Cerro da Pólvora; Setor nove – Entorno do Cerro da Pólvora e Setor 10 – Estação Ferroviária. Conforme a imagem a seguir:

Figura 8 - Mapa de Diretrizes do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão



Fonte: IPHAN (2011, p. 211).

Outro aspecto importante a ser mencionado ao apresentar os elementos materiais do espaço no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão – RS é o fato de que a cidade, fronteira com o Uruguai, possui características: no sentido de diversidade cultural na dinâmica social da comunidade que o vivencia tanto no espaço brasileiro quanto no uruguaio; nas codependências econômicas que surgem nestas relações; na passagem de turistas por Jaguarão que têm como destino o Uruguai. Os aspectos arquitetônicos, desde o início do processo de construção da cidade são permeados pela relação com o país vizinho, no sentido de que a cidade se ergueu como proteção ao país vizinho em tempos de disputa, e após nos sentidos de compartilhamento de referenciais estéticos e nas relações de materialidade e imaterialidade que os aspectos mencionados anteriormente passam a também refletir na estrutura da cidade, como por exemplo, a construção de hotéis para atender à demanda turística.

4.2.2 Desenvolvimento do Espaço Urbano e camadas de tempo

Na década de 80, surge o Projeto Jaguar. O Jaguar tratava-se de um projeto de revitalização cultural, dos anos 1980, e que tinha como objetivo levantar os bens arquitetônicos considerados históricos e aproximá-los da comunidade através de ações de educação patrimonial (VILLAS BOAS, 2020). O projeto teve como objetivo manter características arquitetônicas da cidade e, assim, recuperar a consciência comunitária da cidade acerca do seu passado. Para isso, realizou-se um levantamento das características neoclássicas de 600 bens da malha urbana, para, após, identificar o valor estético dos bens e possíveis medidas de preservação para este acervo (PLÁ, 2018).

Destacam-se, também, os objetivos do Projeto Jaguar com tons de ativação e de legitimação patrimonial (PRATS, 1998; 2005), ratificando que consistiam em recuperar a consciência comunitária dos habitantes da cidade acerca do processo de desenvolvimento de Jaguarão e de seu acervo arquitetônico, através da legitimação do mesmo enquanto patrimônio cultural. O Programa oferece uma divisão em períodos históricos, elaborados a partir de uma marcação histórica da cidade, para efetuar, posteriormente, a classificação e contextualização da malha urbana da cidade. A divisão dos períodos, que aqui passa a complementar a revisão histórica do processo de urbanização da cidade de Jaguarão, apresentamos a seguir:

Tabela 1: Marcos Históricos no Desenvolvimento de Jaguarão

Identificação do Período	Ano aproximado de início	Evento que demarca seu início	Ano aproximado de término	Evento que demarca o término
Colonial	1790	Requerimentos de sesmarias na costa de Jaguarão e Lagoa Mirim	1822	Independência do Brasil e desagregação do sistema colonial
Imperial 1ª Fase	1822	Destaca-se a independência como uma mera transformação política, pois a estrutura escravocata continuaria operando para a acumulação de riquezas.	1845	Paz de Ponche Verde, Duque de Caxias presidente da província.

Imperial 2ª Fase	1850	Câmara Municipal de Jaguarão compra o terreno para a construção da atual Prefeitura.	1890	Ilegível no documento
Republicano 1ª Fase	1890	Ilegível no documento	1930	Revolução de 30, Getúlio Vargas passa a ser presidente e inauguração da ponte Mauá em Jaguarão.
Republicano 2ª Fase	1930	Ditadura Vargas	1945	Fim da Guerra, Vargas é Deposto.
Republicano 3ª Fase	1945	1ª Constituição Social do Brasil	1968	Ato institucional nº 5 – Fechamento do Congresso *época marcada por torturas e perseguições políticas

Fonte: Oliveira et al. (1992)

A exposição da divisão de períodos históricos considerada no desenvolvimento do programa oferece informações importantes acerca de quais eventos são considerados um marco para a equipe em determinados momentos históricos, em construção similar à pensada por Santos (2011), do desenvolvimento das cidades brasileiras em meio natural, técnico e técnico-científico. No contexto do presente estudo, esses marcos, além de revelar os acontecimentos que construíram o território urbano de Jaguarão, também compõe expressões da percepção dos agentes patrimoniais acerca das camadas de tempo contempladas no conjunto, para que, ao decorrer do documento, quando mencionadas às arquiteturas correspondentes aos determinados períodos históricos, tenhamos ciência de que sentidos estes períodos significam em tal estudo.

Ainda, para Villas Bôas (2020), o Projeto Jaguar “teve como base conceitual o trabalho de arquitetos que vinham desenvolvendo ações no campo

da preservação do patrimônio cultural, como Albano Volkmer e Nestor Torelly Martins” (p. 198), sendo um dos seus pressupostos o de que "esse patrimônio serviria como atrativo turístico para o fluxo de pessoas que transitava na fronteira, o que poderia alavancar uma possibilidade de desenvolvimento econômico” (p. 200).

4.2.3 O espaço simbólico no conjunto histórico-paisagístico de Jaguarão nas justificativas do dossiê de tombamento

O dossiê de tombamento foi construído entre 2009 e 2010, através de uma pesquisa elaborada por uma equipe multidisciplinar de profissionais egressos da UFPel, contratados pelo IPHAN. Através de tal instrumento foi possível verificar os avanços da perspectiva patrimonial dos agentes em relação ao acervo de Jaguarão – RS e, conforme as análises anteriores, verificar os aspectos relacionados à territorialização, participação social e afirmação de identidades no espaço urbano que abrange o conjunto tombado. Além disso, procuramos identificar as dinâmicas de poder entre os diferentes grupos sociais que se envolveram no processo.

O documento é organizado, primeiramente, com uma parte dedicada à apresentação do documento, que é identificado como uma proposta de tombamento, fundamentado em pesquisas multidisciplinares. O texto que introduz o documento expõe como sendo o seu objetivo o de “compreender como se deu a ocupação dessa região, envolvendo tensões internas decorrentes de fatores econômicos e políticos”. Logo, o estudo também propõe “contextualizar a cidade nos processos de formação política e social do Sul do Brasil” bem como as relações com os países vizinhos. Justificam, também, ressaltando o recorte economicista das relações sociais representadas nesse patrimônio, que a série de bens “forma uma espécie de rede, onde, a partir da produção pecuária, processamento da carne para produção de charque e exportação do produto, explicam a ocupação da região e dão sentido às dinâmicas econômicas e sociais estabelecidas ao longo da história, e que ainda hoje são perceptíveis” (IPHAN, 2008-2013, p. 1). Posteriormente, nesse mesmo sentido de desenvolvimento histórico, são expostos, no processo: 1)

uma contextualização geral sobre a fronteira platina; 2) uma análise do território após a independência das colônias; 3) a reestruturação econômica do Rio Grande do Sul, a estruturação do território, a formação e desenvolvimento de Jaguarão e a estruturação urbana de Jaguarão. Logo após, é feita uma análise morfológica da malha urbana e, então, é exposta a justificativa para o tombamento, seguida de um plano de proteção.

4.2.4 Os agentes patrimoniais envolvidos e citados

Conforme o explicitado no tópico de apresentação do processo, destaca-se que o mesmo se trata de um compilado de diversos documentos que atestam, segundo os agentes patrimoniais, a importância do conjunto histórico tombado. Para compreender os caminhos percorridos pelo processo, tanto no sentido de encadeamento de argumentos e lógica narrativa que o defende, quanto por quem os documentos foram organizados, foi realizado o mapeamento do processo.

Listamos aqui, os agentes patrimoniais que aparecem na articulação dos memorandos, desde os dedicados às decisões protocolares de arquivamento e andamento do processo quanto às movimentações decisivas para o tombamento em si. Entre eles, destacamos também os anexos que surgem no processo, lembrando que o mesmo não segue uma linearidade temporal e lógica em alguns momentos. A catalogação aqui construída justifica-se também pela natureza da pergunta de pesquisa do trabalho em tela.

Tabela 2: Agentes patrimoniais no andamento do processo

Nomes	Cargo	Assunto	Data
Volume I			
De Eduardo Hahn Para Ana Lucia Goelzer Meira	-Chefe da Área Técnica 12ªSr/IPHAN -Superintendente Regional da 12ª - SR	Abertura de processo- Instrução de tombamento de Jaguarão	29/02/2008
De Ana Lucia Goelzer Meira Para Dalmo Vieira Filho	- Superintendente Regional da 12a - SR Diretor do DEPAM	Solicitação abertura de processo de tombamento	23/09/2008
De Ana Elisa Finger Para Dalmo Vieira Filho	Arquiteta técnica DEPAN/IPHAN	Pedido de abertura de processo de tombamento	08/10/2008
De Dalmo Vieira	- Diretor do DEPAM	Abertura de processo de	08/10/2008

Filho Para Francisca Helena B. Lima	- Gerente de documentação Arquivista e Bibliográfica	tombamento	
✓ Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão			
✓ Planta Urbana			
✓ Descrição do Programa			
✓ Mapa de Jaguarão			
✓ Fotos que possivelmente sejam da assembleia, mas não está explicito. (p. 205)			
✓ Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão. 01 CD – R Processo 015120000/2008-62			
De Francisca Helena B. Lima Para Dalmo Vieira Filho	Gerente de documentação Arquivista e Bibliográfica - Diretor do DEPAM	Processo de Tombamento nº 1.569-T-2008	28/11/2008
De Leandra de Souza Antunes Para Anna Finger	Assistente técnica do Gabinete	Processo de Tombamento nº 1.569-T-2008 No documento citado acima foi acrescentado uma solicitação, de Dalmo Vieira Filho, para devidas providencias.	04/12/2008
De Ana Maria B. Beltrami. Para Anna Finger	Coordenadora Técnica – 12º - SR/RS - Arquivista do DEPAM	Documentação do Centro Histórico de Jaguarão - RS	04/08/2009
De José Claudio Ferreira Martins Para Anna Finger	Prefeito de Jaguarão	Carta do prefeito de Jaguarão com lei 4 692 de 10 de dez. de 2007.	01/06/2009
De Henrique Edmar Knorr Filho	Prefeito de Jaguarão	Institui Lei ° 4.682/2007 Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão	19/12/2007
✓ Anexo I- relação dos Imóveis de maior relevância histórica, arquitetônica a turística de Jaguarão.			
✓ Mapa de Jaguarão			
De José Claudio Ferreira Martins Para Dalmo Vieira Filho e José Lema Galvão Junior	Prefeito de Jaguarão	Ofício 269-09 GP Documentação acerca da atuação em relação ao Patrimônio Histórico	21/12/2009
✓ Recortes de Jornal para Dalmo Vieira Filho (em especial referente ao museu do pampa e o abraço as ruínas da enfermaria - recortes de jornal)			
De Ana Meira Para Anna Finger		Fotos de Jaguarão	24/05/2010
De Anna Finger Para Leandra de Souza Antunes	Coordenadora de gestão, normas e fiscalização, coordenação geral de cidades – DEPAM/IPHAN.	Encerramento de Volume I e abertura de volume II de processo 01512000089/2008- 62	30/08/2010
VOLUME II			
✓ Mapas mostrando as poligonais			
✓ Catálogo de fotos dos conjuntos Históricos e Paisagísticos de Jaguarão			

De José Albano Volkmer Para Subsecretario de Cultura	Coordenador do CPHAE	Memorando 08/86 CPHAE Abertura de processo – Enfermaria Militar de Jaguarão	03/10/1986
		Projeto Jaguar- NEAB- FAU/UFPel – dados históricos da Enfermaria Militar	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mapa do Rio Grande do Sul ✓ Mapa da cidade de Jaguarão ✓ Planta baixa da Enfermaria ✓ Esboços de azulejos ✓ Fotos antigas (Década de 80) da fachada interna da enfermaria ✓ Abóboda de tijolos necrotérios 			
De José Albano Volkmer Para Carlos (Delegado de Patrimônio da União- POA)	Coordenador do CPHAE	Oficio 130/86 CPHAE	13/10/1986
De José Albano Volkmer Para Eduardo Martinez	Coordenador do CPHAE	Parecer para apreciar e formular.	14/10/1986
De Eduardo Martinez Para José Albano Volkmer	Secretaria de Educação e Cultura - CREA	Ato declaratório – Abertura de processo de tombamento da enfermaria.	
✓ Recorte da Zero Hora – 23/02/84 – Vigília para salvar a velha enfermaria.			
De Eduardo Martinez	Secretaria de Educação e Cultura - CREA	Parecer técnico visando ao tombamento da Enfermaria Militar de Jaguarão	10/04/1987
✓ Fotos - Vistas das ruínas da Enfermaria			
De Eri Barlesa	Historiógrafa e arquivista	Informação nº 29/87 Solicitação oficial da Prefeitura Municipal de Jaguarão para o tombamento das ruínas da Enfermaria Militar.	06/04/1987
De Eduardo Martinez Para José Albano Volkmer	Secretaria de Educação e Cultura - CREA	Oficio 363/86 Abertura de processo de Tombamento do prédio da Enfermaria Militar	21/10/1986
De Fernando Gonçalves Barreiros	Vice Prefeito Municipal de Jaguarão	Continuação do Oficio 363/86 Abertura de processo de Tombamento do prédio da Enfermaria Militar- anexos	21/10/1986
De Fernando Gonçalves Barreiros Para: não definido	Vice Prefeito Municipal de Jaguarão	Justificativa da preservação da Enfermaria Militar.	22/10/1986
De Rita Helena Pimentel Patussi Para: não definido	Coordenado Interina da CPHAE	Parecer 04/90 Sobre o pedido de Tombamento da Enfermaria Militar.	02/07/1990
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mapa de localização da Enfermaria Militar ✓ Laudo de vistoria – 1986 – Engenheiro Dionísio Becher colvara, responsável técnico Rita Helena Pimentel Patussi. 			
De Carlos Jorge Appel	Secretário executivo do conselho estadual de desenvolvimento	Portaria 08/90 Tombamento da Enfermaria Militar	05/07/1990

	Cultural		
De Jorge (sem sobrenome)		Encaminhamento ao IPHAE todos os tramites decorrentes do processo de tombamento- Cumpridos	20/12/1990
De Anna Finger Para Chefe de setor de Protocolo (sem nome)	Coordenadora de gestão, normas e fiscalização, coordenação geral de cidades – DEPAM/IPHAN	Memorando nº 037/2010 Pedido de organização dos volumes do processo e anexos	05/10/2010
De Anna Finger Para Dalmo Vieira Filho	Coordenadora de gestão, normas e fiscalização, coordenação geral de cidades – DEPAM/IPHAN.	Análise do processo nº 1.569-T-08-conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão RS	05/10/2010
De Genésia Marta Alves Camelo e Fernanda Flávia Barbosa Freire	Ambas Procuradoras Federais PF/IPHAN	Distribuição do processo nº 01512.000089/2008-62	26/10/2010
De Fernanda Flávia Barbosa Freire Para Oscar José t. Monteiro de Barros	Procuradora Federal PF/IPHAN	Redistribuição do processo nº 01512.000089/2008-62-2-vol. e 1 anexo.	09/11/2010
De Oscar José t. Monteiro de Barros Para Ana Lúcia Goelzer Meira	Procurador Federal	Parecer 07/2010- PF/IPHAN /12SR Tombamento do conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS	23/11/2010
De Luiz Fernando de Almeida	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Minuta de notificação – Para o registro no livro do tomo histórico e no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (p. 671)	s/ d
Para Luiz Fernando de Almeida	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Minuta de aviso de notificação para ser publicada em jornal de grande circulação. (p.673)	s/d
De Anna Finger Para Dalmo Vieira Filho	Coordenadora de gestão, normas e fiscalização, coordenação geral de cidades – DEPAM/IPHAN.	Correção na poligonal de entorno proposta para a proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS	07/12/2010
De Hilário Pereira Filho	Arquivo Central IPHAN	Termo de encerramento de volume	15/03/2012
VOLUME III			
De Hilário Pereira Filho	Arquivo Central IPHAN	Termo de abertura de volume	15/03/2012
De Antônio Fernando Aves Leal Neri Para Gabinete da Presidência do IPHAN (sem nome)	Procurador – Geral / PF/IPHAN	Despacho nº 176/2010- PF/IPHAN/GAB	03/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação a respeito do Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	s/d

De IPHAN Para Luiz Fernando Almeida		Minuta de aviso de notificação a ser publicada em jornal de grande circulação (p.695)	s/d
De Luiz Fernando de Almeida Para Yeda Rorato Crusius (Governadora)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação s/nº/2010- GAB/PRESI	2010
De Luiz Fernando de Almeida Para José Claudio Ferreira Martins (Prefeito)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação s/nº/2010- GAB/PRESI	2010
De Luiz Fernando de Almeida Para Alexandra Reschke (Secretária da Secretaria do Patrimônio da União)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação s/nº/2010- GAB/PRESI	2010
De Luiz Fernando de Almeida Para Rose Carla Silva Correia (Superintendente da Superintendência do Estado do RS)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Ofício s/nº/2010-GAB/PRESI	2010
De Luiz Fernando de Almeida Para Ana Lúcia Goelzer Meira (Superintendente do IPHAN/RS)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Ofício s/nº/2010-GAB/PRESI	2010
De Luiz Fernando de Almeida Para: Proprietários	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação a respeito do Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão /RS – aos proprietários, prazo de 15 dias para anuir ou impugnar.	s/d
De Luiz Fernando de Almeida Para: Diário Oficial	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Diário Oficial da União – seção 3 (nº 235, quinta feira – 09/12/2010).	09/12/2010
De Ana Paula Almeida Castro Higino Para Coordenador- Geral de Logística/DPA	Assistente de Gabinete da presidência do IPHAN	Publicação de Aviso em jornal de grande circulação	09/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida Para: Proprietários	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Aviso de notificação a ser publicado em jornal de grande circulação - aos proprietários, prazo de 15 dias para anuir ou impugnar.	s/d
De Luiz Fernando de Almeida Para: Yeda Rorato Crusius (governadora)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação 64/2010- PRESI/IPHAN	13/12/2010

De Luiz Fernando de Almeida Para: Alexandra Rescke (Secretária da Secretaria do Patrimônio da União)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação 65/2010- PRESI/IPHAN	13/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida Para: José Cláudio Ferreira Martins (Prefeito de Jaguarão)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Notificação 66/2010- PRESI/IPHAN	13/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida Para: Superintendente do IPHAN/RS	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Memorando 63 – Dar ciência ao tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS	13/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida Para: Rose Carla Silva Correia	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	Ofício nº 839/2010- PRESI/IPHAN - Dar ciência ao tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS	13/12/2010
De Weber Sutti Para Ana Maria Barroso	Chefe de Gabinete	Despacho nº 439/2010- GAB/PRESI/IPHAN- referente ao processo 01512.000089/2008-62 e processo de tombamento nº 1.569-T-8 (02 volumes)	14/12/2010
Para: Rose Carla Silva Correia		AR do Ofício nº 839/2010- PRESI/IPHAN - Dar ciência ao tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS	16/12/2010
Para Ana Lúcia Goelzer Meira (Superintendente do IPHAN/RS)		AR do Memorando 63/2010- GAB/PRESI	16/12/2010
Para: Yeda Rorato Crusius (governadora)		AR da Notificação 64/2010- PRESI/IPHAN	17/12/2010
Para: José Cláudio Ferreira Martins (Prefeito de Jaguarão)	Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural /SBN	AR da Notificação 66/2010- PRESI/IPHAN	17/12/2010
De Weber Sutti Para Ana Maria Barroso	Chefe de Gabinete	Memorando nº 29 - Conjunto Histórico Paisagístico de Jaguarão/RS – Processo de Tombamento 1.596 – T- 08	s/d
De José Cláudio Ferreira Martins Para Luiz Fernando de Almeida	Prefeito de Jaguarão	Ofício nº 002/2011-GP Resposta da Notificação 66/2010- PRESI/IPHAN	05/01/2010
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Jornal Meridional - Jaguarão - 30/02/2010- p. 07- Tombamento do Centro Histórico de Jaguarão. ✓ Diário Popular- 29/12/2010- p. 07 – Em nome da preservação. 			

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diário popular- 29/12/2010- capa - Arquitetura: Patrimônio de todo o Brasil. ✓ Zero Hora – 29/12/2010 – p.43 – Centro de Jaguarão é preservado - Reportagem de Queria Ribeiro. ✓ CD de entrevista – Claudio e Alan – Radio Cultura Jaguarão/RS – 29/12/2010 			
De Prefeitura de Jaguarão	Prefeitura de Jaguarão	AR á Prefeitura Municipal de Jaguarão	s/d
De Prefeitura de Jaguarão Para Luiz Fernando de Almeida	Prefeitura de Jaguarão	SEDEX	14/01/2011
De Ana Maria Barroso Para Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès	Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural IPHAN	Oficio CC/IPHAN nº 03/11 Envio de processo para análise a parecer	01/04/2011
Para Presidente do IPHAN e conselheiros		Recebimento do Oficio sobre Tombamento	s/d
De Gustavo do Vale Fernandes Para a Coordenadora do Conselho consultivo do Patrimônio cultural	Chefe de gabinete Substituto	Memorando 404 – Processo 1570-T-09 – Tombamento da Ponte Internacional Mauá	12/05/2011
De Gilson Gruginskie Para Luiz Fernando de Almeida	Coordenados do setor de controle e produção de conteúdo do gabinete do governador.	CG nº 1094/11- 205- Conhecimento do Tombamento da Ponte Internacional Mauá	03/05/2011
Para Luiz Fernando de Almeida	Presidente do IPHAN	Recebimento – carta do gabinete do governador	11/05/2011
De Luiz Fernando de Almeida e conselheiros.	Presidente do IPHAN	Ata nº 67 – Lavrada por Ana Maria Barroso. Reunião do conselho consultivo do Patrimônio Cultural. Contou com representantes da sociedade civil, Ministério das Cidades, Instituto Brasileiro de Museus, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Associação Brasileira de Antropologia e do Conselho Internacional de Monumentos e sítios.	13/05/2011
De Ana Maria Barroso Para Weber Sutti	Coordenadora	Despacho	17/05/2012
De Weber Sutti Para Heliomar Alencar de Oliveira	Chefe de Gabinete	Despacho nº 247/2012/PRESI/IPHAN	23/05/2012
De Andrea Gomes Lacerda	Chefe de divisão	Termo de ressalva - ausência de uma folha nº 104 do processo 01512.000089/2008-62	23/05/2012
De Andrea Gomes	Chefe de divisão	Renumeração de folhas	24/05/2012

Lacerda			2
De Heriomar Alencar de Oliveira Para Genésia Marta Alves Camelo	Procurador geral substituto/PF/IPHAN	Despacho 247/2012/GAB/PRESI/IPHAN	23/05/2012
PF/IPHAN/SEDE#		Nota nº 048/2012 Homologação do tombamento	28/05/2012
De Genésia Marta Alves Camelo	Procuradora Federal	Atualização acerca do andamento do processo	s/d
De Heriomar Alencar de Oliveira	Procurador geral substituto/PF/IPHAN	Aprova Nota nº 048/2012	31/05/2012
De Rony Carlos Braga oliveira Para Joana D'ark Rolim; Silva Rodrigues Silva.	Auxiliar institucional da Presidência do IPHAN	AR SPU Notificação 65 Tombamento Jaguarão	28/05/2012
De Genésia Marta Alves Camelo Para Rony Carlos Braga oliveira	Procuradora Federal	Resposta: AR SPU Notificação 65 Tombamento Jaguarão- Recebimento pertinente à notificação nº 66/2010/PRESI/IPHAN, referente às páginas 367 e 368.	28/05/2012
De Maria (sem remetente, apenas com essa assinatura). Para Alexandra Reschke		Notificação 65 acerca do tombamento para que seja anuído ou impugnado	14/12/2010
De Luiz Fernando de Almeida Para Ana de Hollanda	Presidente do IPHAN	Minuta: Pedido de homologação	06/06/2012
De Luiz Fernando de Almeida Para Ana de Hollanda	Presidente do IPHAN	Ofício nº 625 Homologação do tombamento	15/06/2012
De Luiz Fernando de Almeida Para Ana de Hollanda	Presidente do IPHAN	Ciência da Homologação	s/d
De Marcus André Chagas Rocha e Luciene Ribeiro da Silva		Ausência de uma folha – termo de devolução de processos	08/06/2012
De Andrea Gomes Lacerda	Chefe de Divisão	Termo de ressalva – Irregularidade da ausência de folha foi sanada.	14/06/2012
De Maristela Ranghel Para Consultor jurídico	Chefe de Gabinete	Despacho Processo /IPHAN 01512.000089/2008-62 (3 volumes e 2 anexos) SAD/MinC nº 21290/2012	15/06/2012
De Luciene Ribeiro da Silva		Termo de renumeração Processo /IPHAN nº 01412.000089/2008-62	18/06/2012
✓ Protocolo de recebimento de processo na CONJUR/MINC; Processo 01512.000089/2008-62; 18/06/2012.			
De CGU/AGU Para Gabinete da Ministra (Gustavo		Parecer nº 470/2012/CONJUR-MINC/CGU/AGU Processo nº 01512.000089/2008-	20/06/2012

Alexandre Bertuci)		62 Portaria ministerial. Tombamento do conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, no município de Jaguarão, estado do RS.	
De Vitor Paulo Ortiz Bittencourt	Ministro de estado da cultura – Interino	Portaria 084 - Homologação do Tombamento	22/06/2012
Imprensa Nacional	Presidência da República	Recebimento de ofício 2098659 de Marcia Rubia Levy Miquette para publicação em Diário Oficial.	22/06/2012
✓ Publicação em Diário Oficial da União nº 121. Em 25/06/2012.			
De Maristela Rangel Para Luiz Fernando de Almeida	Chefe de gabinete	Ofício nº 813/2012/GM/MinC - Restituição do processo.	25/06/2012
De Rony Oliveira Para Andrey Rosenthal Schlee	Auxiliar institucional	Despacho nº 328/2012- PRESI/IPHAN Processo 01512.000089/2008-62 (3 volumes)	27/06/2012
De Anna Eliza Finger Para Andrey Rosenthal Schlee	Coordenadora – Geral OGCH/DEPAM/IPHAN	Memorando nº 231/12 OGCH/DEPAM Processo Tombamento nº 1.569-T-08-Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	29/06/2012
De Fernanda Flavia Barbosa Freira Para Genésia Alves Camelo	Coordenadora de assuntos administrativos PF/IPHAN	Despacho s/nº Processo 01512.000089/2008-62 Distribuição para análise e manifestação jurídica	04/07/2012
De Genésia Marta Alves Camelo	Procuradora Federal/IPHAN/SEDE	Nota nº 062/2012- PF/IPHAN/SEDE Inscrição do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão- RS nos livros do tomo.	13/07/2012
De Helomar Alencar de Oliveira	Procurador – Chefe Substituto do IPHAN	Despacho nº 194/2012- PF/IPHAN/GABI Aprovação da nota 062/2012- PF/IPHAN/SEDE	20/07/2012
De Weber Sutti Para Lia Motta	Chefe de Gabinete	Despacho nº 433/2012- PRESI/IPHAN Encaminhamento do processo referente à nota 062/2012- PF/IPHAN/SEDE para providencias de inscrição nos livros do tomo.	27/07/2012
De Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva Para Hilário Figueiredo Pereira Filho	Arquiteta do COPEDOC/DAF/RJ	Despacho nº 029/2012 Encaminhamento do processo 01512.000089/2008-62 referente para providencias de inscrição nos livros do tomo.	31/07/2012
De Hilário Figueiredo Pereira Filho Para Maria José Silveira Soares	Chefe do arquivo central do IPHAN/RJ	Despacho nº 029/2012 Encaminhamento do processo 01512.000089/2008-62 referente para providencias de inscrição nos livros do tomo.	10/12/2012
De Hilário Figueiredo Pereira Filho	Chefe do arquivo central do IPHAN/RJ	Despacho nº 003/2013 Solicitação da certidão de Tombamento e substituição das	09/01/2013

Para Ivan Carlos de Brito Sardinha		capas dos volumes que estão deterioradas.	
De Ivan Carlos Brito Sardinha Para Hilário Pereira Filho	Técnico III-A-3	Despacho 006/2013 Em resposta ao despacho nº 003/2013, foi emitida a certidão de Tombamento e substituído das capas dos volumes que estão deterioradas.	22/01/2013
Ivan Carlos de Brito Sardinha e Hilário Figueiredo Pereira Filho	Técnico III-A-3	Certidão do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS (6 páginas) Lavrada e assinada por Ivan Carlos de Brito Sardinha e revisado e assinado por Hilário Figueiredo Pereira Filho	17/01/2013
De Hilário Figueiredo Pereira Filho Para Geraldo de Azevedo Maia Neto	Chefe do Arquivo central do IPHAN-RJ	Memorando 018/2013 ACI COPEDOC-RJ Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	28/01/2013
De Geraldo de Azevedo Maia Neto Para Genésia Marta Alves Camelo	Procurador-Chefe	Distribuição	30/01/2013
De Jurema de Sousa Machado Para Coordenador do IPHAN (sem nome)	Presidente do IPHAN	Nota nº 012/2013-PF/IPHAN/SEDE Minuta de aviso de tombamento definitivo, a ser publicada no diário da união.	s/d
De Jurema de Sousa Machado Para Ana Lucia Goelzer Meira	Presidente do IPHAN	Ofício nº.../ 2013- GABI/PRESI. Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	s/d
De Jurema de Sousa Machado Para Rose Carla Silva Correia	Presidente do IPHAN	Ofício nº.../ 2013- GABI/PRESI. Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	s/d
De Jurema de Sousa Machado Para Patrik Araújo Carvalho	Presidente do IPHAN	Ofício nº.../ 2013- GABI/PRESI. Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	s/d
De Jurema de Sousa Machado Para José Carlos Ferreira Martins	Presidente do IPHAN	Ofício nº.../ 2013- GABI/PRESI. Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	s/d
De Jurema de Sousa Machado Para Tarso Fernando Herz Genrro	Presidente do IPHAN	Ofício nº.../ 2013- GABI/PRESI Tombamento definitivo do Conjunto Histórico de Paisagístico de Jaguarão / RS	s/d
De Heliomar Alencar de Oliveira Para Gabinete da Presidência	Coordenador de Assuntos de Patrimônio Cultural	Despacho nº 33/2013 Aprovação da nota nº 012/2013-PF/IPHAN/SEDE Minuta de aviso de tombamento	06/02/2013

		definitivo, a ser publicada no diário da união. De acordo: Geraldo Azevedo Maia Netto (Procurador-chefe) em 07/02/2013.	
De Jurema de Sousa Machado Para todos interessados	Presidente do IPHAN	Aviso de Tombamento definitivo	s/d
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Imprensa nacional recebe ofício eletrônico com a solicitação de publicação de aviso de Tombamento da cidade de Jaguarão: em 20/02/2013, por Joana D'Ark Rolin, ofício 2382576, data prevista para publicação no diário oficial 21/02/2013. ✓ Aviso de Tombamento definitivo - Diário oficial da União – seção 3 – Em 21/02/2013, p. 11. 			
De Jurema Machado Para Rose Carla Silva Correia	Presidente do IPHAN	Ofício 144/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo	28/02/2013
De Jurema Machado Para José Claudio Ferreira Martins	Presidente do IPHAN	Ofício 145/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo	28/02/2013
De Jurema Machado Para Patrick Araújo Carvalho	Presidente do IPHAN	Ofício 146/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo	28/02/2013
De Jurema Machado Para Tarso Fernando Herz Genro	Presidente do IPHAN	Ofício 147/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo	28/02/2013
De Jurema Machado Para Ana Lucia Goelzer Meira	Presidente do IPHAN	Memorando nº 144/PRESI Tombamento definitivo	01/03/2013
De Jurema Machado Para Ana Lucia Goelzer Meira	Presidente do IPHAN	AR- referente Memorando nº 144/PRESI Tombamento definitivo Recebido em 15/03/2013.	11/03/2013
De Jurema Machado Para José Claudio Ferreira Martins	Presidente do IPHAN	AR- referente Memorando nº 145/PRESI Tombamento definitivo Recebido em 15/03/2013.	11/03/2013
De Jurema Machado Para Tarso Fernando Herz Genro	Presidente do IPHAN	AR- Referente ao Ofício 147/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo Recebido em 19/03/2013	28/02/2013
De Jurema Machado Para Rose Carla Silva Correia	Presidente do IPHAN	AR- Ofício 144/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo Recebido em 18/03/2013	11/03/2013
De Jurema Machado Para Patrick Araújo Carvalho	Presidente do IPHAN	Ofício 146/2013- PRESI/IPHAN Tombamento definitivo Recebimento em 08/03/2013	08/03/2013
De Jurema Machado Para Lia Motta	Presidente do IPHAN	Despacho nº 236/2013- PRESI/IPHAN Processo de Tombamento definitivo para guarda e disponibilização ao público do Arquivo Noronha Santos.	14/05/2013
De Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva Para Hilário Figueiredo Pereira	Arquiteta da Coordenação Geral de pesquisa a documentação – COPEDOC DAF/RJ	Despacho nº 22/2013 Processo de Tombamento definitivo para guarda e disponibilização conforme despacho nº 236/2013-	22/05/2013

Filho		PRESI/IPHAN Recebido em 10/07/2013	
<p>✓ Em anexo o dossiê de tombamento “ O avanço da fronteira meridional- Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS”</p> <p>Pesquisa: Simone R. Neutzling Arquiteta e Urbanista/ Coordenadora da equipe de trabalho. Carlos Alberto Avila Santos Especialista em Arte-Educação e em Cultura Barroca, Mestre em Crítica de Arte e Doutor em Conservação e Restauro Claudia Daiane Garcia Molet Historiadora/ Mestranda em Ciências Sociais Ester Judite Bendjouya Gutierrez Arquiteta e Urbanista, Especialista em Educação e em Gestão do Patrimônio Cultural, Mestre e Doutora em História Equipe Técnica IPHAN Luis Fernando de Almeida Presidente do IPHAN Dalmo Vieira Filho Diretor do Depam Ana Lúcia Meira Superintendente do IPHAN no RS Ana Maria Beltrami Coordenadora Técnica do IPHAN no RS</p> <p>Elaboração do Dossiê de Tombamento Textos e organização: Anna Finger Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização do Depam</p> <p>Revisão: Ana Lúcia Meira</p> <p>Imagens: Eduardo Tavares, Anna Finger, Ita Kirsch</p>			

Fonte: a autora

Diante o levantamento apresentado que mapeia o processo e nomeia os sujeitos envolvidos no decorrer dos trâmites legais, percebe-se a ausência de grupos sociais além das esferas: política e acadêmica. Ou seja, aparecem ao decorrer dos documentos apenas sujeitos autorizados pelos poderes Estatais para a participação na ativação do patrimônio de Jaguarão. Isso se justifica também pela ausência de assembleias, audiências públicas anexadas ao processo ou qualquer tipo de movimento de consulta à comunidade local. Além disso, o documento carece de registros de manifestações espontâneas de grupos que representam a comunidade leiga que reivindicassem os aspectos de memória coletiva, pertencimento ao patrimônio ou mesmo opiniões públicas acerca do processo em andamento.

Logo, o levantamento mostrou-se de extrema importância para vislumbrarmos respostas para nossa pergunta de pesquisa, que se dedicou à compreensão de quais os grupos sociais que participaram do processo de tombamento do Conjunto-Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Desta forma, para melhor compreensão do andamento do processo e os motivos pelos quais o ato administrativo aqui analisado foi realizado entre os agentes aqui descritos, optamos por analisar o conteúdo das narrativas constituídas nos documentos listados.

5 MÉTODO E ANÁLISE DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO

É necessário ressaltar que, devido à pandemia de SARS-COV-2 e as adaptações emergenciais do Ensino Superior, o presente trabalho foi realizado inteiramente sob atividades remotas à emergência. Portanto, as explorações de metodologias que contemplam atividades em campo não se fizeram possíveis, mas a fins de maior aproximação com os bens e a subjetividade da cidade estudada, foi realizada uma visita por parte da pesquisadora com os devidos cuidados sanitários. As imagens (anexo A) produzidas nesta oportunidade foram realizadas através de técnicas de longa exposição (denominação para fotografias produzidas enquanto o obturador da câmera fica aberto por mais tempo, captando movimentos) com o intuito de demonstrar o ritmo da cidade, ou captando elementos específicos que transmitem tais significados.

Sendo assim, para o desenvolvimento da análise do objeto de pesquisa, optou-se pela metodologia de análise do conteúdo, desenvolvida por Bardin (2016). A escolha é justificada pela percepção de que os processos de tombamento são documentos que registram os aspectos pertinentes para a patrimonialização (POULOUT, 2009), assim como as expressões de patrimonialidade (ibidem) legitimadas pelo poder do Estado. E assim, e na combinação de diversos documentos, mensagens, emissores e perspectivas teóricas, que podemos perceber quem são os atores sociais e discursos que participam de tais práticas de valorização da memória no espaço urbano, assim como que direito à cidade como mencionado nos capítulos teóricos, pode ser tido como contemplado.

Portanto, de acordo com as orientações de Bardin (2016), a análise de conteúdo se estruturou em três grandes etapas: 1) A pré-análise; 2) A exploração do material; 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira etapa consistiu no reconhecimento do processo de tombamento, concomitante com o estudo da produção intelectual local através estudos de mestrado e doutorado e de publicações sobre o centro histórico de Jaguarão, produzidas por pesquisadores da Universidade do Pampa e Universidade Federal de Pelotas. Desta forma, a primeira etapa contou com uma leitura flutuante (BARDIN, 2016), a fim de reconhecer os documentos. Em

seguida, fez-se a organização e seleção dos documentos presentes no processo, esses que forneciam os conteúdos os quais a pesquisa objetivava analisar, pois segundo a autora (2016), através da “Regra de homogeneidade”, o *corpus* deve ser formado a partir de um mesmo tema (nesta etapa, os memorandos presentes no processo que se dedicavam às comunicações burocráticas entre os agentes e não em relatar sobre o caso em si, apenas dando seguimento aos trâmites do processo, foram descartadas do *corpus*). E, encerrando esta etapa inicial, foi feita a preparação do material resultante a ser analisado e elaborado o mapa do processo apresentado acima.

A segunda etapa do processo de análise de conteúdo dedicou-se à codificação (BARDIN, 2016), momento em que os dados que fazem parte do *corpus* de análise são agregados em unidades de registro, ou seja, recortes que são estabelecidos através do objetivo da pesquisa. Estas unidades podem ser classificadas na forma de: tema, palavra, acontecimento, entre outros. As unidades de registro fornecem dados objetivos a serem analisados, porém o método de Bardin (2016) também exige que se mantenha a contextualização destes fragmentos. Outro ponto indicado a ser especificado é a forma que as informações serão enumeradas na análise, que, de acordo com Bardin (2016), isso pode ser feito em relação a: presença ou ausência de certos elementos, frequência e intensidade de aparição, ordem, direção (negativo ou positivo) e co-ocorrência de duas unidades de registro em uma unidade de contexto.

No caso da pesquisa em tela, em que foram escolhidas como unidades de registro o que Bardin (2016) denomina como o objeto ou referente, são unidades destacadas de acordo com os temas-eixo (relacionados com a pergunta de pesquisa) ao redor dos quais o discurso se organiza.

Devido ao volume de informações contidas no documento analisado, bem como à diversidade de conteúdos compilados no mesmo - importantes para os trâmites legais, mas que nem sempre apresentam mensagens que correspondam com os interesses da pesquisa em tela – percebidos na etapa de pré-análise (BARDIN, 2016), a etapa de exploração do material (BARDIN, 2016) revelou-se de extrema importância para a posterior realização da interpretação concisa do objeto, conforme os objetivos elencados na introdução desta pesquisa.

A terceira fase é o momento de categorização, em que são agrupadas as unidades de registro em grupos ou categorias através de critérios semânticos, sintáticos, lexicais ou expressivos. As unidades de registro foram selecionadas de acordo com a temática dos discursos encontrados no processo, crivados a partir de nosso referencial teórico. Para estabelecer as categorias em que as unidades de registro foram agrupadas, a autora orienta que sejam respeitados os seguintes critérios: exclusão mútua (cada elemento deve pertencer apenas a uma categoria), homogeneidade (só há um único princípio de classificação), pertinência (de acordo com os interesses da investigação), objetividade e fidelidade (o material deve ser codificado sempre da mesma maneira) e produtividade (as categorias são validas quando fornecem dados exatos de acordo com a pergunta de pesquisa) (BARDIN, 2016). Portanto, nesta fase, estabeleceu-se como categorias: tombamento e seus agentes patrimoniais: a dimensão material e a simbólica do espaço social patrimonializado, a partir de suas narrativas de seleção, justificação e de significado aferido a esses bens; relações sociais e de poder manifestas no Conjunto Histórico; Participação da comunidade e seu direito ao espaço urbano.

Categoria 1 – espaço simbólico no tombamento: os significados na narrativa patrimonial

Conforme mencionado no capítulo 2, o tombamento é um ato administrativo que tem como objetivo reconhecer os valores culturais de um determinado espaço social, relacionados à memória e identidade que são simbolizados através da ideia de patrimonialização de bens que fazem parte dessas relações (memória, identidade, história) no espaço urbano. Logo, é um ato que além de determinar para o bem um novo regime jurídico – e assim, novos usos e direitos – também pode ser entendido como um registro documental dos discursos legitimados pelo Estado acerca de tais patrimônios materiais (MIRANDA, 2006; ALBERNAZ e SANTOS, 2013; SOARES, 2009).

Logo, no contexto do objeto de pesquisa, as discussões acerca dos valores atribuídos a este ato administrativo - o instrumento tombamento - corroboram para a investigação em tela, pois demonstram o que os agentes patrimoniais envolvidos no presente Estudo de Caso entendem por tombamento e como pretendem utilizar esta ferramenta para a proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Sendo assim, nesta categoria constam trechos em que se destaca a compreensão dos agentes patrimoniais que conduzem o processo acerca da ideia de tombamento, assim como acerca do tombamento do conjunto histórico de Jaguarão. A partir do exposto, segue a interpretação dos resultados obtidos na seleção de conteúdo na categoria apresentada.

Conforme a apresentação do processo exposta anteriormente, logo após os memorandos que dão início ao pedido de tombamento do conjunto, encontra-se anexo o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, documento que surgiu através dos resultados do Projeto Jaguar. O documento é um inventário de bens que apresentam características arquitetônicas valorizadas pelo arcabouço teórico dos pesquisadores participantes do projeto. Porém, além disso, também é apresentado de forma didática como um compartilhamento de saberes acerca das noções de memória e patrimônio na época em que foi escrito, constando para além da listagem de bens, também a importância da preservação, conforme os mesmos relatam o “pensamento preservacionista” da época. Por tratar-se de um dos primeiros registros de interesse pela patrimonialização de bens da cidade de Jaguarão, e por tratar-se de um documento extenso em formato de livro, a apresentação do mesmo e dos trechos em destaque acerca da categoria aqui analisada representam maior proporção, na presente sessão de análise, em relação aos demais documentos.

Deste modo, também se revelam as compreensões institucionais acerca do tombamento enquanto instrumento no contexto deste Programa de Revitalização:

[...] como entendemos o tombamento uma ação muito restritiva e para ser utilizada em casos extremos, foram propostos no PRIJ alguns tombamentos de sítios e prédios que merecem a sua total preservação, conservação e revitalização de alguns locais para que a memória cultural da cidade de Jaguarão não se perca em ações de descaracterização e intervenções equivocadas¹⁴. (OLIVEIRA, SEIBT, p. 109).

Percebe-se os esforços para efetivar no inventário uma seleção de bens que melhor demonstrassem os aspectos arquitetônicos de valor em cada período histórico, conforme o indicado anteriormente sobre a seleção e categorização de bens que compõe conjuntos urbanos. Porém, esse tipo de seleção e valorização, segundo o documento,

[...] apresentam-se os critérios de análise utilizados para que se considere os “prédios de valor”. Para isto, são levados em conta os fatores que produzem tais bens enquanto significado histórico-cultural, no sentido arquitetônico: contexto histórico em relação ao desenvolvimento da cidade, suas características tipológicas e o “estilo” ou linguagem formal do bem – analisado através de elementos como seus ornamentos. Desta forma, apontam que “para serem considerados prédios de valor, na ideologia preservacionista, deverá haver uma sincronia entre as características tipológicas, linguagens formais e a época de construção com o seu tempo histórico.” (OLIVEIRA, SEIBT, p. 20).

Portanto, esses critérios de valoração estão em conformidade com a definição de Sant’anna (2017) de “cidade-monumento”. Já, que para a autora (2017), este tipo de seleção caracteriza as que se comprometem com o caráter estético, em maior intensidade do que os caracteres documentais ou memoriais. Percebe-se com o estudo da literatura exposta no capítulo 3, porém, que esta forma de tombamento garante, em alguns aspectos, que caracteres históricos da cidade pudessem ser preservados. E assim, contam discursos – mesmo que apenas pelo viés de alguns grupos sociais – sobre a história da cidade.

Além disso, considerando que esse discurso estava sendo reafirmado no final dos anos 2000, ao constarem no processo de tombamento, entende-se que os interesses econômicos de tentar alavancar o desenvolvimento da

¹⁴ Os trechos do processo destacados na análise estarão em itálico, pois entende-se aqui que fazem parte de um grande discurso, formado pelo compilado de todos documentos, e não apenas citações de trechos de documentos como fontes de informações.

cidade, nesse período, também justificam esse uso do “tombamento” para tal fim. Uma das evidências desses interesses ficará em maior destaque no trecho a seguir, em que se expressam os desdobramentos políticos pertinentes no processo que visam garantir o ingresso da cidade em programas de fomento e financiamento do Governo Federal:

No plano político, um tombamento a nível federal deve lançar a cidade em um seleto grupo de cidades com o centro histórico tombado. Isto pode se traduzir no ingresso a programas públicos federais, como o Monumenta, onde são acessados recursos específicos para a recuperação do patrimônio edificado. Por tanto, produz reflexo direto nos bens públicos, com acesso a valores para a sua recuperação e manutenção, criando também um fundo municipal de preservação, e também fundos privados com linhas de crédito especiais (IPHAN, 2008-2013, p. 215).

Importante, ainda, destacar a intenção de reerguer economicamente a capacidade municipal para a manutenção do seu acervo de bens materiais como uma tentativa viabilizar uma rota turística, tornando a cidade atrativa, tanto aos turistas quanto aos próprios moradores, sendo esse um novo horizonte de oportunidades. Isto ficará em maior evidência no trecho a seguir, que embora mencione os benefícios do tombamento para o turismo, consta na categoria “tombamento” devido ao fragmento do texto estar demonstrando o que “implica” conservar um centro histórico.

Tombar um centro histórico implica em conservar, preservar feições originais e a volumetria do sítio, e aponta para um esforço coordenado das políticas públicas para a inserção nos programas nacionais, e até internacionais existentes. Bem como desenvolver de forma integrada ações de desenvolvimento econômico direcionada ao turismo, e proporcionando assim a tão esperada sustentabilidade para os proprietários de tais imóveis, com real possibilidade de manutenção, bem como novos usos, em especial os integrados com a cadeia do turismo e cultura. (IPHAN, 2008-2013, p. 215).

Junto às ações de educação patrimonial, tombamento e revitalização de prédios e espaços públicos pode haver ações que promovam turismo, como roteiros culturais pelas zonas de preservação, desde que sejam respaldadas por um conselho municipal de turismo que integre as ações de preservação e desenvolvimento turístico (IPHAN, 2008-2013, p. 169).

Para o turismo, receber o reconhecimento, ou mais claramente, um selo de identificação como integrante do Patrimônio Histórico Artístico Nacional deve alçar Jaguarão dentro de um seguimento que tem crescido muito, que é o do turismo envolvendo o patrimônio cultural. Tal como já existe no estado do Rio Grande do Sul com a chamada região das Missões, que também é considerada Patrimônio da Humanidade internacionalmente. (IPHAN, 2008-2013, p. 215).

Entende-se o turismo como uma das facetas dos usos do patrimônio cultural que se inserem nas relações de poder entre: interesses memoriais, gestão da economia, compartilhamento de saberes e disputas em relação a tais fatores. Estas afirmações são referentes tanto a aspectos que legitimam a patrimonialização do conjunto, quanto são expostas como beneficiários das melhorias alcançadas com o tombamento. Porém, também podem ser identificadas disputas narrativas que a gestão desta rota turística alavanca:

Anunciada nova ponte sobre o rio Jaguarão: os mais de 5 mil turistas que cruzam a fronteira entre o Brasil e o Uruguai todos os fins de semana pela ponte internacional barão de Mauá, em Jaguarão, devem deixar de dividir o espaço com os veículos pesados em breve. (IPHAN, 2008-2013, p. 253).

Com o dólar baixo, é cada vez maior o número de pessoas que vai ao Uruguai fazer compras, em Rivera e Rio Branco, principalmente Livramento e Jaguarão acabam sendo apenas cidades de passagem, onde o turista procura hospedagem. No caso de Jaguarão, quem dedicar algumas horas para passear pela cidade terá a oportunidade de conhecer um pouco da história do Rio Grande. Jornal agora Porto Alegre 13/04/2010 - Jaguarão preservada - com dólar baixo, turistas aproveitam para fazer compras em Rio Branco. (IPHAN, 2008-2013, p.255)

Atualmente Jaguarão e Rio Branco voltaram a desenvolver um sistema de interdependência comercial, retomando a característica vocacional que deu origem e permitiu o desenvolvimento de ambas, mas atualmente focado não mais em produtos pecuários, mas ao comércio de eletrônicos e produtos importados. Jaguarão recebe diariamente a visita de habitantes de diversas partes do Rio Grande do Sul, que se dirigem ao Uruguai para fazer compras, mas não permanecem na cidade mais tempo que o necessário para isso. Esse processo ainda gera efeitos negativos, como a substituição do patrimônio arquitetônico ou sua descaracterização para transformação em hotéis e pousadas de qualidade questionável, que adotam uma arquitetura descompromissada com o restante do conjunto urbano, contribuindo para a destruição de uma das ambiências mais bem preservadas do Brasil e a banalização de um ambiente urbano ainda

significativo, mas que vem adquirindo cada vez mais as piores características das cidades atuais: a poluição visual e sonora, a especulação imobiliária, a falta de qualidade espacial urbana, e a perda da identidade local, que passa a se assemelhar à periferia de qualquer cidade do mundo. (IPHAN, 2011, p.11)

Os interesses memoriais e econômicos da cidade são desafiados nessa modalidade de turismo de “passagem”. Tanto a narrativa midiática, que estimula a visitação e permanência de turistas na cidade, quanto o próprio dossiê de tombamento reforçam esses pontos. Porém, no dossiê de tombamento, fica em maior evidência as disputas tanto em relação aos interesses memoriais e de conservação de um passado na arquitetura, quanto em relação aos impactos econômicos que essa forma de turismo acaba gerando.

Portanto, o tombamento de Jaguarão é uma oportunidade única não apenas de garantir a preservação de um dos conjuntos mais bem caracterizados do Brasil, mas de desenvolver uma atuação conjunta entre administrações públicas de diferentes instâncias, pautada na preservação do patrimônio cultural para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população da cidade. (IPHAN, 2008-2013, p.643)

Fica evidente, que há uma significação de que busca pela gestão do patrimônio com intuito de corresponder à demanda do mercado turístico estaria correlacionada com o retorno financeiro que visaria à própria preservação do patrimônio, pois esta seria, além disso, uma forma profícua de melhoria econômica para a região. No entanto, esta gestão participativa e sustentável é aventada no discurso, mas ao longo do processo se percebe lacunas no que tange a compreensão das demandas da própria comunidade jaguareense em relação a esta rota turística que se construiria, considerando que o patrimônio material também é constituído de aspectos simbólicos e que participam de uma cadeia de significantes e significados a partir da mediação entre comunidade, patrimônio material e o olhar do Outro (turista).

Além da preocupação no sentido de políticas públicas que visam à economia, o destaque da cidade a nível nacional é reafirmado pela agente patrimonial, técnica responsável pelo dossiê de tombamento, Sra. Anna Finger, nos trechos a seguir e que fazem parte de seu parecer técnico, acrescenta a

justificativa do ato de tombamento também por valores políticos e sociais, nos seguintes termos:

O tombamento de Jaguarão vem neste momento abrir caminho para a proteção de uma série de bens representativos do processo de ocupação territorial e definição das fronteiras meridionais do Brasil, sendo associados a dois movimentos: 1) as disputas territoriais entre Portugal e Espanha pela posse e controle do território ao sul das suas possessões na América, e após os processos de independência, entre o Brasil e as antigas colônias espanholas; 2) o desenvolvimento e uma cultura específica em decorrência direta dos processos históricos ali ocorridos, pautada em grande medida no desenvolvimento da agropecuária, que relacionam a região sul do Brasil com os demais países da Região Platina. (IPHAN, 2008-2013, p.635)

Percebe-se uma busca por reforçar a importância do conjunto frente à identidade nacional brasileira. Seja na afirmação do conjunto em si, como palco de acontecimentos históricos e seu estado de conservação, ou mesmo na relação de diferença que a cidade de Jaguarão representaria em relação à identidade brasileira, assemelhando-se mais ao país vizinho.

Desta forma, o tombamento de Jaguarão como patrimônio nacional, ao mesmo tempo em que reconhece a extensão dos processos econômicos e sociais do Brasil, que chegaram até as fronteiras mais distantes, é também o reconhecimento de um sistema cultural distanciado da “capital” e da “corte”, que a despeito das disputas políticas, se desenvolveu entre a população dos dois lados da fronteira, que se reconhece verdadeiramente como irmãos. Essa influência platina faz com que a cultura local tenha, por vezes, mais semelhanças com outros países da América do Sul como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, do que com os elementos tradicionalmente reconhecidos como referenciais para a “cultura brasileira”. E nesse contexto, Jaguarão representará um capítulo pouco conhecido e menos ainda apropriado pela história brasileira quando contada a partir dos bens reconhecidos atualmente como patrimônio nacional. (IPHAN, 2011, p.181)

Em ambos os sentidos, estas são justificativas que nos remetem a ideia de objetificação cultural, apontada por Gonçalves (1996), quando ele adverte as tendências da patrimonialização no Brasil, desde o século XX, bem como o que Hobsbawm (1997) entende por invenção de tradições. No primeiro

caso, a objetificação cultural apareceria numa ideia de cidade modelo que foge ao padrão de narrativa sobre identidade cultural brasileira, e assim, entende-se que existiria um ideal de identidade brasileira específico com ícones que Jaguarão não compartilha. Por outro lado, pensando a invenção de tradições também no que tenta categorizar como uma cidade que compartilha de uma cultura mais próxima de colônias espanholas pelas afinidades de tradições e cultura econômica.

Categoria 2: Relações sociais destacadas no processo de patrimonialização

Sobre as relações sociais evidenciadas na patrimonialização do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão, considerando, sob a égide de nosso referencial, essas relações sociais como sendo aquelas tipificadas nas posições dos grupos dentro do modo de produção capitalista sedimentado no ocidente e em suas regiões coloniais: (1) proprietários dos bens de capital; (2) trabalhadores livres e (3) escravizados, algumas considerações podem ser tecidas. Essas relações sociais, de matriz econômica, evidenciaram a agropecuária quando, na verdade, para além da lógica das charqueadas entre os pequenos agricultores na cidade de Jaguarão, havia, de forma prevalente, a cultura do plantio de trigo (PINTO, 2018). Essa produção se mostrava economicamente mais viável, devido ao baixo custo dos insumos e mão de obra, que neste caso, era em maior parte de pessoas em situação de escravidão. Pinto (2018, p. 114) ao analisar as estratégias familiares e ciclo de vida entre pequenos agricultores de Jaguarão/RS nos anos de 1802 a 1835 reitera que “o cultivo do trigo foi um dos responsáveis pela disseminação do trabalho escravo e acúmulo de recursos na região analisada”.

O trecho a seguir, demonstra, ainda nesse aspecto de relações sociais expressas no conjunto patrimonial de Jaguarão, a perspectiva do dossiê de tombamento acerca da presença do trabalho escravo na região, que, em tese, estaria sendo representado também na malha urbana e arquitetura da cidade:

Jaguarão apresenta uma série de elementos que a caracterizam e a tornam significativa para a compreensão da história de ocupação do território do Rio Grande do Sul, da definição das fronteiras do Brasil, e também da cultura platina, que extrapola os limites da fronteira política brasileira e se relaciona com os países vizinhos, notadamente o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Esses elementos decorrem do sítio onde a cidade está implantada e da forma de implantação da malha urbana, em decorrência direta dos processos históricos que determinaram sua forma e estrutura, e das influências culturais ali materializadas, que guardam referências aos processos de colonização portugueses e espanhóis, mas também às etnias indígenas que habitavam a região antes da chegada dos europeus, e aos escravos que, com seu trabalho, viabilizaram as formas de associação produtiva ali instaladas. (IPHAN, 2011, 141)

A organização morfológica, apontada como representativa em relação aos grupos sociais que efetivaram a mão de obra na região, na verdade, revela um núcleo urbano que foi loteado pela elite local (VILLAS BOAS, 2019, p. 72). Nesse sentido, entende-se que o tombamento recontaria esse histórico da cidade se, no entanto, também se dedicasse ao tombamento de locais representativos das vivências dos trabalhadores da cidade, apontando os bastidores desta construção de uma arquitetura opulenta:

E assim como aconteceu em diversas cidades brasileiras que testemunharam ou estiveram no ponto central de grandes processos econômicos, também Jaguarão desenvolveu uma arquitetura rica e opulenta a partir do século XIX, durante o período áureo da pecuária e produção do charque. A delicadeza na ornamentação dos edifícios contrasta com a rudeza da produção do charque e da escravidão, mão de obra fundamental para o desenvolvimento dessa economia. (IPHAN, 2011, 180)

Sobre isso, Lima (2020) salienta que embora o conjunto histórico e paisagístico da cidade tenha sido ativado enquanto patrimônio, evidenciado no centro da cidade, “o seu patrimônio rural e, em especial, os vestígios materializados na paisagem das antigas charqueadas, encontram-se em estado de abandono, e em posição periférica com relação aos debates e a alçada das políticas de preservação.” (LIMA, 2020, p.196).

Categoria 3 - Participação social e direito à cidade

Para além dos interesses e perspectivas técnicas que tangem os valores atribuídos aos bens materiais a serem sacralizados pelo tombamento, a comunidade Jaguareense em geral vivencia os sentidos do centro histórico em seus diferentes tempos históricos e formas de uso. Neste sentido, esta categoria é atribuída aos trechos em que essa comunidade é mencionada no processo, seja em relação aos benefícios que surgem com o tombamento ou nos momentos em que é necessária sua participação para a preservação dos bens valorizados pelo processo.

Seguindo com trechos do Programa de Revitalização Integrada, a participação da comunidade é evidenciada como uma necessidade constante:

Com este trabalho estamos propondo uma visão orientada sobre como entender o patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão de como preservá-lo. Mas, para tanto, a comunidade jaguareense precisa tomar conhecimento desta causa e discutí-las o bastante, para chegar ao consenso, no sentido de para onde conduzir o desenvolvimento de sua cidade sem prejudicar o seu valioso acervo. (IPHAN, 2008-2013, p. 27)

Outro ponto importante a ser destacado seria, que de acordo com o Programa de Revitalização Integrada, a percepção que “a interligação advinda do MERCOSUL não deve resumir-se a meras questões econômicas e políticas, mas em favorecer-se com a integração e a identidade cultural da região” (IPHAN, 2008-2013, p. 13) e aponta-se o turismo como um dos caminhos para isto, justificando que o Uruguai já estaria mais desenvolvido nesse aspecto.

Considerando que o patrimônio reverbera de distintas formas em diferentes sujeitos, e que, embora haja valores cognitivos como parâmetros arquitetônicos estéticos e históricos, a percepção em relação ao objeto e como cada sujeito se mobiliza em relação a ele é singular (TORNATORE, 2009; GONÇALVES, 1996). Porém, a população nesse caso, passa a ser narrada como mera receptora dessas orientações e valores patrimoniais. Importante destacar, portanto, que para ser configurada tais menções à comunidade como uma participação social, os diversos atores sociais ajudariam a constituir, mesmo que com apoio do corpo técnico especializado, os processos de

tomada de decisão acerca do patrimônio. Outro caso que chama atenção em relação a esta abordagem é o documento que expõe a necessidade do tombamento da enfermaria militar, escrito em 1986:

Em 1977, a área foi registrada em nome da união, providência que permitiu, mais tarde, colocá-la à venda, mas não apareceram compradores. Face à impossibilidade de recuperá-la e sem conseguir vendê-la, o exército passou a pensar numa doação à comunidade para que o local pudesse ser usado de forma útil, para isso deveria a mesma manifestar interesse e definir suas intenções. (IPHAN, 2008-2013, p.501)

Por esta perspectiva, primeiramente, a utilização da área como um espaço público teria ficado em segundo plano. Ou seja, em termos de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), percebe-se que, embora houvesse a possibilidade do espaço estar aberto aos usos da comunidade, o uso deveria ser legitimado como “útil”, com intenções bem definidas para então ser legitimadas pelos poderes municipais e militares. Nesse sentido, no processo, percebe-se que nesse caso, houve esforços por parte dos grupos acadêmicos, já mobilizados pela temática, para despertar a sensibilidade patrimonial (TORNATORE, 2007) em relação ao espaço:

A iniciativa foi tomada pelo projeto Jaguar que procurando chamar a atenção para a importância do local à necessidade de preservá-lo e ocupá-lo, promoveu a vigília musical nas ruínas. Conseguiu despertar o interesse da comunidade e dos órgãos municipais (anexo 13, 13A-13B) que hoje se posicionam pela urgência nos trabalhos de consolidação das ruínas e na devolução do espaço, com novo uso à população. (IPHAN, 2008-2013, p.501).

Evento narrado pela mídia da seguinte forma:

Zero hora data 22.02.1984 vigília para salvar a velha enfermaria - estudantes querem preservar o prédio da enfermaria militar- visando despertar a comunidade jaguareense para o valor histórico e cultural da ruína da enfermaria com a meta de transformá-la em monumento histórico municipal, criando na área que circunda um “parque verde” conforme consta na carta de intenções do Projeto Jaguar, do Cerro da Pólvora uma Vigília com a presença de músicos da região. (IPHAN, 2008-2013, p. 561)

Na reportagem, destaca-se a iniciativa de estudantes de arquitetura, envolvidos com o projeto Jaguar. A proposta consistiu em uma vigília em torno do prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão. Tal vigília tinha como objetivo mobilizar a comunidade para a transformação da área de entorno da edificação em um Parque Verde e a tornar a enfermaria um monumento municipal. Na reportagem, dois estudantes de arquitetura são mencionados: Jorge Ariamende Garcia e Valdo Nunes, organizadores do projeto, os quais relatam as informações do evento. A vigília aconteceu durante toda a noite, e visava, segundo os estudantes “fazer com que um número cada vez maior de pessoas se interesse e participe do movimento que visa preservar a memória cultural da cidade”. (ZERO HORA, 1984, p. 12).

O jornal destacava que 25 grupos musicais iriam estar presentes no evento como atrações, e sugeria este momento como uma atividade de lazer gratuita ao público e para discutir o passado histórico da cidade e do Estado. Logo, entende-se que por parte da narrativa acadêmica, as noções de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) na ocupação do espaço público era consistente. Outro ponto relevante a ser destacado, é que em todo o processo, o caso da enfermaria é o que mais citou a comunidade em geral e as mobilizações para que houvesse o engajamento dos diversos grupos sociais na prática de preservação.

Nesse sentido, outro trecho do Programa de Revitalização Integrada da cidade de Jaguarão, articulado pela narrativa técnica e acadêmica, também explicita a importância da comunidade ser envolvida na preservação do patrimônio:

O programa de revitalização integrada de Jaguarão lança uma proposta de preservação do patrimônio cultural local bastante abrangente, pois entende que a conservação de bens culturais deve ser “integrada”, isto é, não só de responsabilidade do poder público e órgãos competentes, mas também da comunidade e da iniciativa privada. Além disto, é necessária a integração de fatores políticos e socioeconômicos, que criem inter-relações nas diversas instâncias, possibilitando a viabilização de uma política preservacionista amparada num programa de educação patrimonial. (IPHAN, 2008-2013, p. 25)

Embora a perspectiva de educação patrimonial expressa no programa - em função das décadas de diferença relativas ao tombamento e à pesquisa em tela – sejam pautadas em metodologias que não envolvem os saberes prévios da comunidade, como percebemos no caso de Iguape (NASCIMENTO e SCIFONI, 2015), a educação patrimonial e a intenção do envolvimento da comunidade, eram evidenciadas em diversos momentos no documento dos anos 80 em análise no trecho acima. Esse aspecto é evidenciado pelo parecer técnico que argumenta os motivos do tombamento:

Neste aspecto, a prefeitura tem se mostrado uma parceira fundamental para as ações de preservação, e em contrário do que ocorre em diversas cidades brasileiras, em Jaguarão não apenas a administração municipal mas também os moradores cobram o IPHAN o tombamento de seu centro histórico. Assim, a proposta de tombamento vem de encontro às iniciativas locais, que anseiam pelo reconhecimento de sua importância, como demonstram as cartas da prefeitura municipal e as matérias jornalísticas que compõe o primeiro volume do Processo. (IPHAN, 2008-2013, p. 643)

Porém, o processo carece de registros em que a comunidade se manifesta, seja de forma espontânea ou em atos formalizados para a participação pública como assembleias e/ou audiências públicas. Resta, portanto, as dúvidas de como acontecia esse “anseio” ao tombamento por parte da comunidade, sendo essa uma possibilidade de temática para uma próxima pesquisa.

Categoria 4 – Ativação e legitimação do patrimônio cultural em Jaguarão

Embora o processo analisado em questão seja relativo ao tombamento de um conjunto de bens materiais dispostos como parte da cidade ou como ela em si, em forma de conjunto, entende-se a expressão destes bens para além de uma composição material do espaço. Ou seja, como Espaço Social, conforme o exposto no referencial teórico, sendo o patrimônio material também dotado de imaterialidade, compondo as noções de espaço urbano e as relações entre os diversos grupos que o vivenciam. Assim, destaca-se aqui os

principais trechos em que se manifestam as percepções acerca do espaço urbano da cidade e as implicações do ou para o tombamento.

Reconhecer o alcance das diferentes ações possíveis com a cidade, assim como as particularidades de suas edificações e espaços é o que possibilita promover modos específicos de enfrentar os problemas urbanos, consequências do desgaste material e das modificações da vida social. (IPHAN, 2008-2013, p.21)

Há componentes do meio urbano que são integrados entre si no espaço urbano e mesmo assim mantém seu valor de coisas únicas. O espaço urbano consegue ser um todo integrado pela aparência estética das edificações, pelos modos de construir, pelos usos, mas especialmente pelas normas de convivência que cada componente do todo consegue estabelecer com os demais. (IPHAN, 2008-2013, p.21)

Percebe-se que a importância das diversas dimensões da cidade e que vão além da materialidade da arquitetura, principalmente expressas na função de memória e valores mais caros para o Programa de Revitalização Integrada eram levados em consideração, pela narrativa academicista. A arquitetura é descrita de forma plural demonstrando como as relações entre classe e estética aconteciam, ainda que pela definição da ideologia preservacionista do programa ainda funcionassem através da perspectiva monumentalista (SANT'ANNA 2017), esses não deixam de ser símbolos sintomáticos da história que percorreu a cidade. Já nos anos 2000, a perspectiva da cidade descrita no processo acontecia da seguinte forma:

Assim, se faz urgente à proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, composto pelo traçado urbano singular e por seus edifícios, que não apenas servem como testemunhos dos processos históricos de ocupação do território e desenvolvimento econômico local, mas que representam também um diferencial em relação à qualidade urbana que se deseja para as cidades do futuro, e que em Jaguarão não será necessário resgatar, apenas preservar. (IPHAN, 2011, p.12)

Nesse sentido, ainda que o dossiê de tombamento seja um documento que se apresenta como uma justificativa para o ato, e que nesse caso justificasse as vantagens de tombarem um conjunto preservado como o que se encontra na cidade de Jaguarão, há uma narrativa de bens que permaneceram

imutáveis frente ao tempo. Pelas definições de cidade e espaço urbano, assim como as de patrimônio demonstradas no trabalho em tela entende-se que tanto a cidade quanto o patrimônio são processos vivos, em movimento e permeados pelas esferas sociais, históricas e econômicas que continuam permeando tal espaço.

O conjunto urbano de Jaguarão é, portanto, um sincretismo de influências portuguesas e espanholas, que resultaram em um projeto urbanístico único, ao qual se soma um conjunto de edificações testemunha dos diversos períodos pelos quais a cidade passou. O acervo conta com edificações coloniais, ecléticas, art-déco e modernistas, que variam em tipologias, formas de implantação e acabamentos, e constituem um conjunto ainda extremamente bem preservado e íntegro. (IPHAN, 2011, 179)

Percebe-se que, embora o dossiê de tombamento tenha sido construído e publicado em uma época recente frente ao amplo histórico do IPHAN – instituto que está ativo há mais de 80 anos – em um momento que já se discutia os valores imateriais intrínsecos ao patrimônio material, a justificativa para a ativação dos bens enquanto patrimônio ainda retratam a “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996). Ou seja, ainda havia a priorização dos elementos estéticos, conservação e integridade de bens na utilização do tombamento como instrumento de legitimação dos bens. Por esta perspectiva, entende-se o tombamento como uma forma de estagnar o patrimônio frente às ameaças do tempo, mas acaba também, deixando de fora as perspectivas que atualizam os sentidos do patrimônio no presente.

6 JAGUARÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL NO PRESENTE

Apesar da forma em que se desenvolveu o processo de tombamento aqui analisado, após o ato administrativo que legitimou o centro histórico de Jaguarão como um dos conjuntos tombados a nível nacional, foi verificado que houve uma tentativa de legitimação patrimonial por parte dos poderes elencados anteriormente, na perspectiva de promover ações de educação patrimonial. Houve, em 2008, a inauguração da UNIPAMPA – universidade que

proporcionou ainda mais a integração da comunidade com as perspectivas acadêmicas e o desenvolvimento de pesquisas locais acerca do patrimônio da região. Assim, além de eventos dedicados à semana do patrimônio que acontecem no mês de agosto anualmente, também há casos como o da Enfermaria Militar, e hoje, do mercado público, em que a sensibilidade patrimonial provoca debates.

Recentemente, no mês de celebração ao patrimônio cultural, no dia 28 de agosto de 2021, houve uma assembléia pública com o objetivo de ampliar a discussão do funcionamento do Mercado Público de Jaguarão. O evento que ocorreu através de plataformas online, também foi transmitido pela rádio local e contou com a presença de representantes de diferentes grupos sociais que fazem parte dos usos e das identificações com o bem. Deste ato público, foram apontadas proposições resultantes do debate entre comunidade, poder legislativo e a intelectualidade regional, que envolvem indicações como a realização de Fórum Permanente de Gestão do Mercado Público, a gestão transversal que inclua diversas secretarias e a visibilidade da cultura negra jaguareense.

Assim, percebe-se que apesar de lacunas em seu Processo de Patrimonialização do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão, o próprio processo acendeu um movimento de debate e estudo mais ativo, social e cientificamente, o que pode, com o tempo, contribuir para a melhor apropriação social do Espaço Patrimonial de Jaguarão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso analisado, percebe-se que a seleção da memória social a ser preservada como narrativa oficial da cidade não primou por contemplar todas as dimensões sociais e simbólicas possíveis do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.

Identifica-se que, desde o início de seu processo de urbanização, a cidade apresentou uma preocupação por estruturas que remetessem ao moderno, valorizando uma estética diferente das construções de palha e madeira que haviam sido construídas até então, e que essa lógica de exclusão acabou sendo confirmada no dossiê de tombamento. Estas construções modernas, que passaram a forjar uma narrativa que representava os anseios da elite da época, sendo os palacetes os seus maiores exemplares, foram os exemplares do espaço material que restaram marcados como patrimônio edificado tombado.

Nas camadas do tempo histórico desse conjunto, o elemento “desenvolvimento” aparece em destaque em dois aspectos: seja o demarcado pela arquitetura dos prédios construídos por tais grupos sociais hegemônicos no início do processo de urbanização, segundo uma representação do desenvolvimento das relações sociais mercantis e agrárias; seja pela tentativa de oposição, em termos de retórica da perda, ao “novo desenvolvimentismo urbano” a partir dos primeiros movimentos modernistas; seja, também, da preservação de um processo dos anos 1980, como se percebe, principalmente, no Projeto de Revitalização Integrada de Jaguarão.

A partir do mapeamento do processo, observou-se que quem participou da patrimonialização, ou seja, quem foi considerado ou falou nos registros documentais, foram, em maior parte, os técnicos ou agentes patrimoniais, os governantes, a universidade e a mídia. A comunidade é mencionada, mas de acordo com a percepção desses outros grupos. Embora seja aventada a ideia de educação patrimonial no processo, quando há registros destas práticas, eles o são através da perspectiva de uma educação hierarquizada, em que a esfera acadêmica e os técnicos autorizados seriam os detentores de um saber especializado, e assim, seriam evocados a despertar a sensibilidade patrimonial na comunidade, ou até mesmo, a informá-la sobre quais seriam as

suas necessidades em relação ao patrimônio, em um sentido de pequena apropriação e participação comunitária no processo.

Com isso, destaca-se que no processo pouco são exploradas as dinâmicas sociais dos grupos mais diversos, bem como as vivências das pessoas em situação de escravidão e seus aspectos materiais e imateriais marcantes no conjunto. Além disto, não são registrados, nem contemplados, os interesses desses grupos sociais, produzindo uma distinção entre a memória oficial consagrada e as memórias subalternas esquecidas. A perspectiva privilegiada, nessas relações sociais sedimentadas nos bens patrimonializados, foi a da elite latifundiária local e no seu interesse pelo desenvolvimento urbano, na época, e nas projeções do uso turístico do Patrimônio, em seu uso atual.

Percebe-se também um significado político-sociológico no tombamento, identificado na ideia de que a proposta de preservação contribuiria não só para explicitar e reforçar os laços com “*los hermanos*”, e ainda demonstrar que o Brasil é formado por diferentes nuances culturais, devido suas múltiplas origens, que contribuem igualmente para a sua formação. Porém, a proposta de tombamento restringe-se aos valores arquitetônicos dos bens materiais, sendo a integridade e o estado de preservação dos prédios critérios importantes de valoração. E os aspectos imateriais que demonstram as vivências permeadas pela convivência da comunidade com o país vizinho não são representadas no conjunto, embora seja um aspecto importante de territorialização de Jaguarão.

No caso analisado, confirmou-se a hipótese de que a validação ou esquecimento de memórias pela ideologia estatal do patrimônio se agrava no caso de conjuntos urbanos, espaços que são vivenciados e significados por múltiplos sujeitos que não aparecem como fontes de informação no processo de tombamento. Nos documentos do processo de tombamento, isso se confirmou, quando se nota que a atribuição de valor partia dos grupos mais intelectualizados, compostos por acadêmicos e agentes autorizados do IPHAN.

Desta forma, observa-se lacunas no que tange aos interesses dos agentes para uma participação social plural e efetiva, desde a construção da cidade, passando pela construção das narrativas memoriais e culminando nos

usos imaginados ao patrimônio (ligados ao turismo), e que essas lacunas dificultam a nomeação do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão como um Documento, ou seja, daquele patrimônio capaz de registrar e representar o complexo das dinâmicas da cidade e de suas diversas relações sociais interdependentes.

8 REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. B. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975. **Estudos Históricos**, n. 57 v. 29, 2016. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/eh/a/WWMqSCPxZqx6xKVR3bKX3Df/abstract/?lang=pt>>
Acesso em: jun. 2021

ALBERNAZ, R. O. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. Revista **Direito, Estado e Sociedade**. PUC-RJ. V. 58. N. Pp. 2021. Disponível em <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1438/631>. Acesso em 18 ago 2021.

ALBERNAZ, R.; SANTOS, I. M. P. dos. A efetividade da proteção do patrimônio cultural no Brasil: da legislação e políticas públicas às ações judiciais. In. GONZALEZ, A. M. S.; FERREIRA, M. L. M.; ASHFIELD, W. R. **Patrimônio Cultural: Brasil e Uruguai os processos de patrimonialização e suas experiências**. Editora da UFPEL, 2013, pp. 150-181.

ANDRADE, R. M. F. de. Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro**, IPHAN, n. 2, p. 255-297, 1938.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOTELHO, I. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2001, v. 15, n. 2, pp. 73-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>. Epub 30 Abr 2002. ISSN 1806-9452. Acesso em 23 ago 2022.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, 2004. Disponível em <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>. Acesso em: 14/08/2021.

CAFRUNE. M. E. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun., 2016 (6). Disponível em

<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/325/0>. Acesso em 18 ago 2021.

CAMPOS, Y. D. S. de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, p. 203-212, 2017.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Traduzido por: FERREIRA, M. L. M. São Paulo: Contexto, 2019.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, J. J. de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: do patrimônio cultural a indústria de entretenimento. **Série Antropologia**, nº 354, p. 1- 21, 2004.

CHAUI, M. de S.. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

CHAUI, M. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. V. 1, no. 1, 2008. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>

CHOAY, F.. **Alegoria do patrimônio**. Estação Liberdade, São Paulo; 6ª ed., 2017.

CHUVA, M. R. R. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In. MAGALHÃES, A. M.; BEZARRA, R. Z. (orgs). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, pp. 195-208.

CHUVA, M. R. R. Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, vol. 4, nº 7, p. 313-333, jul./dez. 2003.

CHUVA, M.; LAVINAS, L. V.. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016.

CIFELLI, G.. Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador. **E-cadernos CES**, n. 15, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/982?lang=en> Acesso em: jun. 2021.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos E Sítios. **Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas**. Washington, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 18/08/2021

DOMINGUEZ, L.; FUNARI, P. P. O patrimônio em Cuba e no Brasil. In. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio**

cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2009, pp. 31-47.

ESPINHEIRA, G... El patrimonio como domesticación de la cultura. Comentarios al dossier de ICONOS 20. Iconos: **Revista Ciencias Sociales**, Quito, n. 21, p. 69-77, 2005.

FERREIRA, M. I. C.; SANTOS, W. C. da S.. Deixa a gira girar: proteção e preservação do patrimônio cultural das religiões afro-brasileiras. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 63-86, jan./jun. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p63-86> Acesso em 18 jun. 2021.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4 ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FONSECA, P. C. D.. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na academia de Direito de São Paulo no século 19. **Revista Justiça e História**, Porto Alegre, v.1, n. 2, p. 1-20, 2001.

FRIDMAN, F.. ARAUJO, A. P. S.; DAIBERT, A. B. D. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 23, n. 3. Set. 2019. Disponível em <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6034> Acesso em 23 ago 2022.

GONÇALVES, J. R. S.. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, Jun 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Mar. 2021.

GURAN, M. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº35, p. 213-226, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011a. 396p.

_____. Concepções de território para compreender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B.(orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2011b.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil**, Rio Grande do Sul, Jaguarão. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>. Acesso em 23 mai 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987**, 1995. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>> Acesso em ago 2021.

_____. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Verbete: Programa de Cidades Históricas. Por Sandra Rafaela Magalhães Correa. s.d. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch> acesso em 23/08/2021.

_____. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sigwebjaguarao/files/2014/09/Dossi%C3%AA-Tombamento-Jaguar%C3%A3o.pdf> acessado em 05 set 2022, 2011.

_____. **Normatização de Cidades Históricas** - orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas - 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf> Acesso em: mai 2021.

_____. **Processo de tombamento nº 1569-T-08. Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul**. Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul: 2008 – 2013. Disponível em <<http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>>. Acesso em 09 de set de 2022.

_____. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Organizadora: E. D. Brasília, DF: Programa MONUMENTA - IPHAN, 2009. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf. Acesso em 23/08/2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev, 2006.

LIMA, A. R. Reconhecimento do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, ano X, edição 08, p. 6-15, nov. 2014.

LIMA, A. G.. Territórios do Charque em Jaguarão/RS Patrimônio, memória e diáspora africana na fronteira meridional do Brasil. Orientador: Ferreira, L. M.

2021. 196f. Tese – Instituto de Ciências Humanas. **Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, BR-RS, 2021.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13364>> Acesso em jun de 2021.

_____. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Revista cidades**, v. 5, n. 8. 2008.

_____. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. *In*: SANTOS, M; BECKER, B. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2011.

MAESTRI FILHO, M. J., MAESTRI, M.. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Brasiliense, 1984.

MARICATO, E. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>. Acesso em 14 de jan 2019.

MARTINS, R. D. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese de doutorado. Universitat Politècnica de Catalunya. 2001. Disponível em: <http://www.tdx.cat/handle/10803/6077> Acesso em: janeiro de 2021.

MELO, A D de. A Sociedade Recreação Familiar jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881 - 1975): entre a história e a memória na fronteira sul em Jaguarão RS. Tese de doutorado. **Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas**, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, V. H; SOUZA, M. C de; BASTOS, R.; GALLO, H. (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

MILHEIRA, R. G. Arqueologia E História Guarani No Sul Da Laguna Dos Patos E Serra Do Sudeste. *In*: MILHEIRA, R. G.; PERETTI, W. (orgs). **Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil**. Curitiba : Appris, 2014.

MIRANDA, M. P. de S. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

NASCIMENTO, F. B. do; SCIFONI, S. O Tombamento de Iguape Como Patrimônio Nacional: Novas Práticas e Políticas de Preservação. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v.6.n.1, p. 26-38, jan/mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635027>
Acesso em 15 ago 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. São Paulo: Educ, nº 10, dez, 1993.

NUNES, J. dos S. “Edificando um Patrimônio Sentimental”: O Clube Social 24 de Agosto e seu reconhecimento cultural pelo Estado do Rio Grande do Sul. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 2(1), 131–148, 2016. Disponível em .. <https://doi.org/10.23899/relacult.v2i1.159> Acesso em 23

OLIVEIRA, A. L. C.de; MACHADO, E. C. C.; MONTEIRO, F. A.; TERRES, M. B.; SEIBT, M. B. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. 1992

OLIVEIRA, A. L. C. D.; SEIBT, M. B. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas-RS: Editora Universitária UFPel, 2005.

PEIXOTO, P. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. Sociologia : **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 13, 2017. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2484>. Acesso em 25 jun 2022.

POULOT, D. A memória inspiradora. In: **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII@XIX**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade,2009.

PINTO, F. F. Economia, agregação e reprodução social entre pequenos produtores (Jaguarão/RS, c. 1802 – 1835). Orientadora: OSÓRIO, Helen. 2018. 137f. Dissertação - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Programa de Pós-graduação em História**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BR-RS, 2018.

PIRES, P. R. Modelo teórico de análise sociológica. **Sociologia, Problemas e Práticas**,74. 2014. Disponível em: [http:// journals.openedition.org/spp/1426](http://journals.openedition.org/spp/1426). Acesso em: 18 dezembro 2020.

PLÁ, J. O. **A representatividade do patrimônio arquitetônico histórico de Jaguarão: a perspectiva dos usuários e das políticas de patrimonialização**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, universidade Federal de Pelotas, 2018.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em

:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.

Acesso em mar. 2021

PORTA, P. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: MEC/IPHAN.

Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf. Acesso em 18 ago 2021.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social No 21, pp. 17-35, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf%20cultural.pdf> Acesso em 18 ago 2021.

_____. El concepto de patrimonio cultural. Política y Sociedad 27(1998), Madrid p.p. 63-76.

<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf> Acesso em 18 ago 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira.

Revista eure (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, dezembro 2003.

RIBEIRO, Â. M. B., MACHADO, C. J. A.. Subprojeto História-Educação Patrimonial: compartilhando os bens de Jaguarão. In: MARTINS, M. A. R. et. al.(orgs) **Iniciação à docência: relatos de coordenadores sobre experiências- no PIBID**. São Leopoldo: OIKOS, 2014.p.110-127.

RIEGL, Alois. **Problems of style: foundations for a history of ornament** [Stilfragen: Grundlegungen zu einer Geschichte der Ornamentik]. Princeton: Princeton University Press, 1992.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: Edufba, 2017.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2020a.

_____. **Espaço e Método**. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2020b.

_____. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2011.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004

SANTOS, M; BECKER, B. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2011.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAULE JUNIOR, N; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novas perspectivas para reforma urbana**. São Paulo: Cadernos Pólis, 2001.

SAULE JUNIOR, N; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: **Ciudades para tod@s**. Santiago- Chile: Habitat International Coalition, 2010, v. 1, p.259-270.

SILVA, D. K. da. Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço do Sul/RS. 2019. 398 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - **Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.**

SOARES, I. V. P.. **Direito Ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

STAKE, R. E. The art of case study research. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

TORNATORE, J. **Les formes d’engagement dans l’activité patrimoniale : De quelques manières de s’accommoder au passé**. HAL Id: halshs-00122998. 2007. Disponível em <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00122998>> acesso em 03 jul 2022.

_____. **Patrimoine vivant et contributions citoyennes. Penser le patrimoine “devant” l’Anthropocène**. Situ [En ligne], 2017. v. 1. n. 33. Disponível em <https://journals.openedition.org/insitu/15606>. Acesso em 12 ago 2022.

_____. Patrimoines et citoyenneté. Considérations actuelles. In. BOTEVA, B.; POPESCU, D. D. (org.). **Citoyenneté et diversité: lieux, pratiques et discours actuels**. Lyon. Presses Universitaires de Lyon, pp. 1-10, março 2018.

_____. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas de relação com o passado. **Revista Memória em Rede**. 2010. v.1, n. 1. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9562/6411> Acesso em 18 ago 2021.

UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação de Paris**. Paris, 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf> Acesso em: 16/08/2021.

VIEGAS, D. H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, março de 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6044> Acesso em: março de 2021.

VIEIRA, S. G. **A cidade e seu centro**. Editora Appris Editora; 1ª edição. 2019.

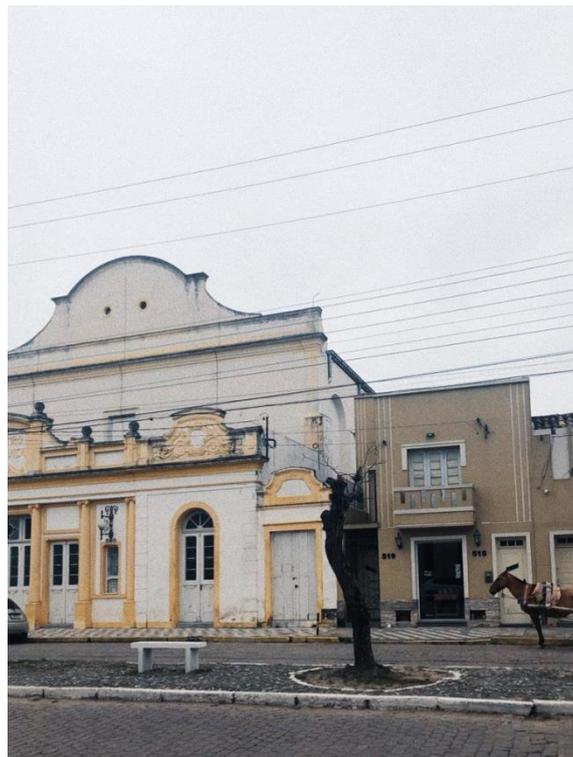
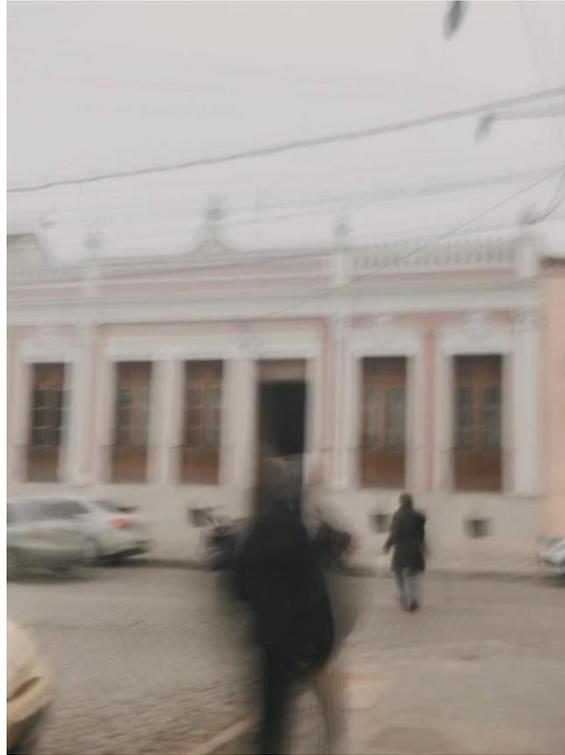
VILLAS BÔAS, A. dos S. Formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS): políticas patrimoniais e desenvolvimento urbano. Tese. **Programa De Pós-Graduação Em História Doutorado Em História Das Sociedades Ibero-Americanas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2019.

VILLASCHI, J. N. S. **Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto – MG**. Orientador: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2014, 303 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

WITTER, N. A. Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História Social)-**Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, RJ, 2007.

ANEXO A – Imagens produzidas pela autora em visita à Jaguarão – RS.





X 200 X

2 | Cidades

CORREIO DO POVO

SEGUNDA-FEIRA | 29 de março de 2010

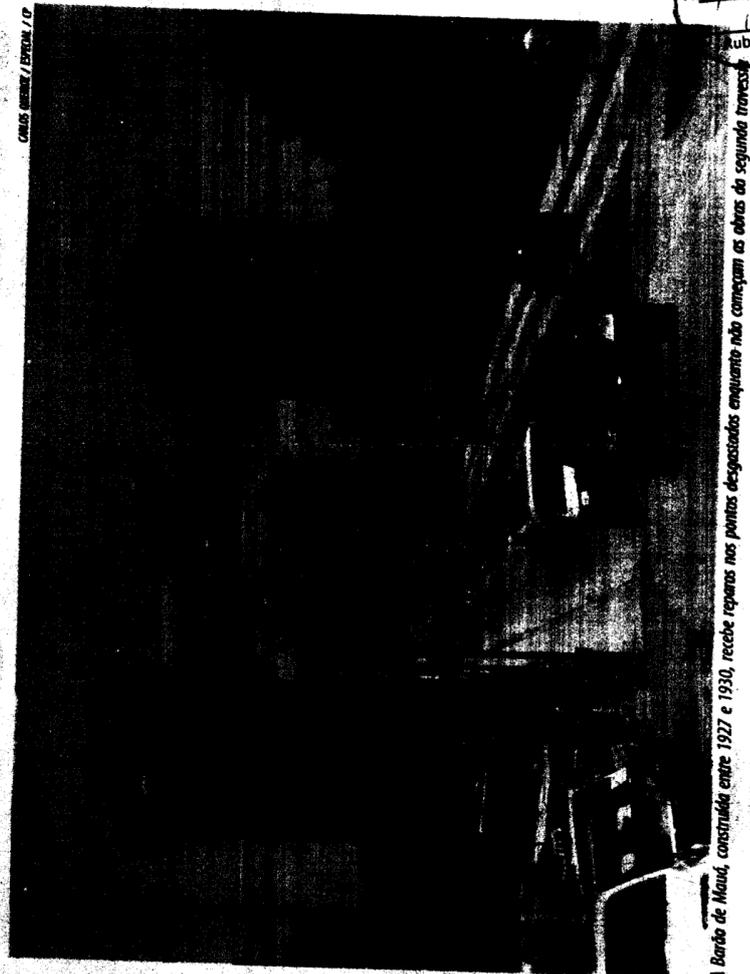
Anunciada nova ponte sobre o rio Jaguarão

Os mais de 5 mil turistas que cruzam a fronteira entre o Brasil e o Uruguai todos os fins de semana pela Ponte Internacional Barão de Mauá, em Jaguarão, devem deixar de dividir o espaço com os veículos pesados em breve. A construção da segunda estrutura que ligará o município gaúcho ao uruguaio Rio Branco deve se iniciar ainda neste ano. Em audiência com o diretor de Infraestrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e com o deputado federal Henrique Porteira, o prefeito Cláudio Martins recebeu a informação de que o projeto técnico da obra será concluído no prazo de três meses. O investimento total na nova ponte deve chegar aos R\$ 100 milhões.

A expectativa é de que, tão logo seja apresentado o projeto oficial, comecem os trâmites para o processo licitatório das empresas interessadas em executar a obra. O contrato da ponte foi definido a partir de estudos que apontaram onde haverá menor impacto ambiental. Serão 16 quilômetros de extensão, com início no viaduto da BR 116, passando pelo Cerro do Matadouro, depois pela localidade do Têlo, até atingir a parte mais estreita do rio Jaguarão e chegar a terras uruguaias.

De acordo com o prefeito, a partir da inauguração da estrutura não será mais permitido o tráfego de veículos pesados pela travessia atual. "E não são apenas os turistas e moradores que ganham com isso. Com a segunda ponte, a Mauá será preservada e na Reserva do Talam os impactos ambientais serão menores, já que Jaguarão também estará na rota dos caminhões com destino a Montevideo", diz Martins. Todo o investimento da construção será custeado pelo governo brasileiro.

Enquanto as obras da segunda passagem não se iniciam, a antiga recebe reparos nos pontos desgastados enquanto não começam as obras da segunda travessia. A conclusão dos serviços pelo tempo e iluminação e pintura original está prevista para a mesma data de lançamento do projeto técnico, dentro de três meses. O investimento em reparos chega a R\$ 660 mil. Construída entre 1927 e 1930, a Ponte Internacional Barão de Mauá possui 340 metros e, além de ser uma das principais ligações do Brasil com o país vizinho, é um dos mais importantes cartões postais do município de Jaguarão.



A Barão de Mauá, construída entre 1927 e 1930, recebe reparos nos pontos desgastados enquanto não começam as obras da segunda travessia.

126
Rubrica

PELOTAS
Encerrão na antiga fábrica da marmosa Sada



Dicas [Estado]

Jaguarão preservada

Com o dólar baixo, turistas aproveitam para fazer compras em Rio Branco

1608 HOFFMANN

Vai fazer compras em Rio Branco? Então aproveite para conhecer Jaguarão. Com o dólar baixo, é a melhor oportunidade para quem vai ao Uruguai fazer compras em Rio Branco, principalmente Jaguarão acabam as apenas cidades de passagem, e o turista procura apenas hospedar algumas horas para passar a cidade terá a oportunidade de ver um pouco da história do Grande Jaguarão tem quase 200 anos. Algumas casas estão bem preservadas e dão uma ideia exata de como era a cidade no século 19. Tem via Matriz do Divino Espírito

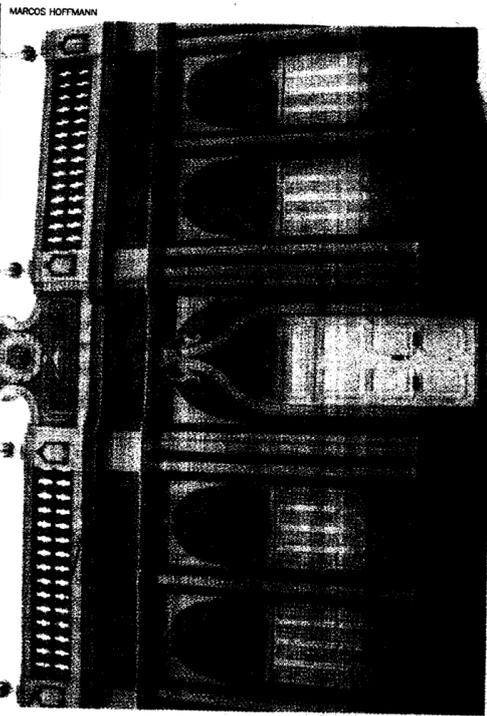
fosse habitada. O turista pode visitar ainda as ruínas da antiga Enfermaria Militar, que fica no Cerro da Pólvora, na entrada da cidade, com vista de quase toda Jaguarão, do rio e de Rio Branco, no Uruguai. O prédio deve ser restaurado pela prefeitura e será transformado em museu.

Casas coloridas podem ser vista no centro de Jaguarão

Caminhando pelo centro de Jaguarão é possível ver dezenas de casas antigas, coloridas, que foram restauradas externamente. A ideia da prefeitura, agora, é protibir reformas na parte interna. As casas em melhores condições de conservação serão escolhidas para um futuro roteiro turístico. A cidade está apenas engatinhando em termos de aproveitamento do turismo.

Há, por exemplo, deficiência no setor de hotéis. Existe apenas um hotel no centro da cidade. O turista precisa procurar hospedagens em pousadas, que são várias, a maioria em casas de família que

ZEUS E HORSVINGUM • FORD/MITCHELL • DECA/HERA • 1304/2004 • 5



MARCOS HOFFMANN

As casas antigas e coloridas mais preservadas poderão ser usadas futuramente para um roteiro turístico

MERIDIONAL

Termina a primeira etapa de restauro do Teatro Esperança



Nesta semana foi concluída a primeira etapa do processo de restauro do Teatro Esperança. Foram investidos R\$ 1 milhão e 100 mil dentro do PAC das Cidades Históricas, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério da Cultura (MinC). A finalização do trabalho foi acompanhada pelo Secretário de Cultura e Turismo, Alencar Porto, o Diretor de Patrimônio Histórico, Alan Melo, o arquiteto Willian Pavão e a equipe da Marsou Engenharia, responsável pela recuperação da pintura mural artístico.

O IPHAN esteve, na semana anterior, realizando a última medição da obra, através

de sua arquiteta Ana Beltrami. Durante todo o ano de 2009 a empresa Marsou executou a obra que envolveu a recuperação do telhado, das galerias, que estavam interditadas, cobertura, aplicação de subcobertura metálica, e finalizou com a recuperação da pintura mural artístico, que foi criada originalmente no ano de 1897, por Baltazar Ramos.

Neste momento o arquiteto Willian Pavão Xavier, da empresa Patrimonium Arquitetura, trabalha na finalização do projeto para a segunda e última etapa do processo de recuperação do Teatro. Após isso, a Prefeitura Municipal de Jaguarão deve

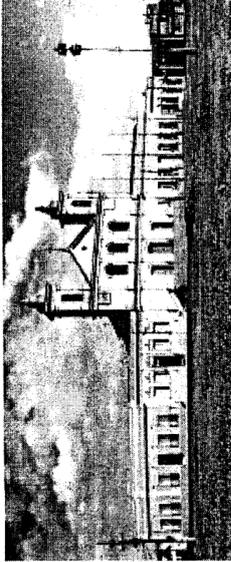
buscar os recursos para a continuidade da obra.

O Diretor de Patrimônio Histórico do município, Alan Melo, conta que até março de 2011 o Teatro permanecerá fechado. "Até esse período já será possível saber se teremos recursos para a continuidade do projeto, e caso esse investimento não possa ser realizado, serão providenciados os ajustes necessários de forma que se garanta o uso do local para o mês seguinte", explica.

No período em que estiver fechado o Teatro poderá ser visitado por instituições de ensino para atividades de educação patrimonial, através de agendamento na Casa de Cultura.

Processo Digitalizado - Volume 3 - Parte 4 (4029478)

Tombamento do centro histórico de Jaguarão



Na última semana o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) notificou o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, que abrange mais de 800 imóveis do centro da cidade e ainda uma área de entorno. Segundo o Prefeito Cláudio Martins a informação foi muito bem recebida no município, pois dialoga com o desenvolvimento social e econômico da cidade, visto que dentro outros projetos, no próximo ano irão começar as obras do Centro de interpretação do Pampa, nas ruínas da Enfermaria Militar, e neste final de ano está sendo encerrada a primeira etapa das obras de restauro do Teatro Esperança, com recursos do IPHAN.

Assim o tombamento que é o maior em número de exemplares no Rio Grande do Sul vai consolidar a preservação do

IPHAN. Os proprietários que tiverem interesse em mais informações deverão procurar a Secretaria de Governo, Planejamento e Gestão Democrática.

Na próxima semana o arquiteto José Geraldo Vieira da Costa estará em Jaguarão tratando dos procedimentos que serão adotados e a médio prazo poderá ser instalado um escritório do IPHAN na cidade.

O IPHAN e isto já vem sendo tratado com o Instituto.

MUNICÍPIO DE JAGUARÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO
EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO Nº 006/2010 - A
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

O MUNICÍPIO DE JAGUARÃO TORNA PÚBLICO o Resultado dos Recursos, bem como o relatório

Previsão do tempo

Hoje



na página 6

Foto do leitor

fotoleitor@diariopopular.com.br



À beira do Jaguarão

Vânia Baucke

DIÁRIO POPULAR

PELOTAS, RS
QUARTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2010

Sumário

Capa	1	Estado	18
Especiais	2 e 3	Rural	19
Opinião	4 e 5	Nacional	20
Loterias	6	Estado	21
Cidades	7 e 10 a 12	Polícia	22
Educação	13	Esportes	23 a 25
Especto	14	Informe	26
Economia	15	Classificados	27 a 31
		Comércio	32

Faça já sua assinatura:
3284-7080

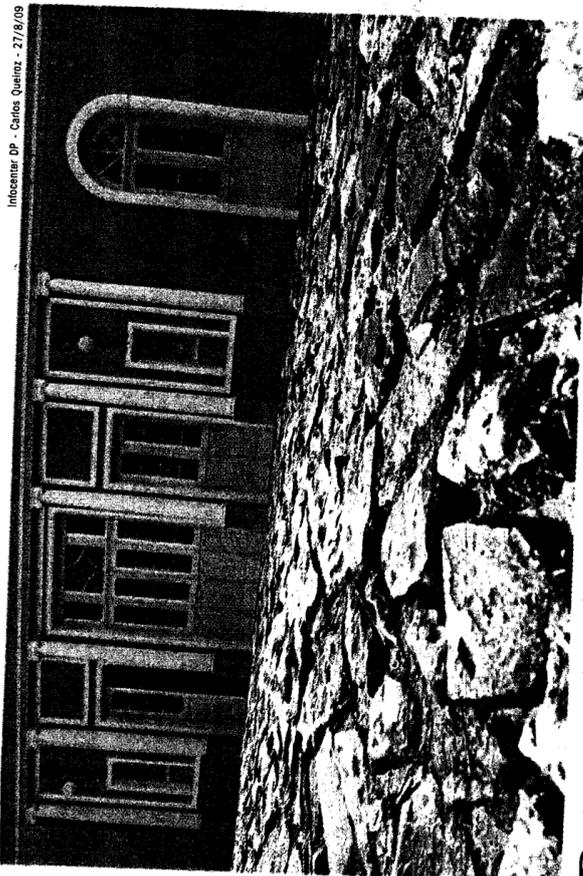
Planos a partir de R\$ 0,90/dia*

* Valor equivalente a 1/365 do plano assinatura anual com pagamento à vista



ARQUITETURA

Infocenter DP - Carlos Queiroz - 27/8/09



Patrimônio de todo o Brasil

O conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, num total de 800 imóveis, foi tombado pelo Iphan

PÁGINA 7

Processo Digitalizado - Volume 3_Parte_1 (1079178)

SEI 01512-000089/2008-621 pg. 771

ABSURDO

Atendimento

Divulgação - DP



TALENTO

Outro Ramil em evidência

Ian Ramil, filho mais velho de Vitor, tem obtido destaque no teatro e na televisão, mas a música hoje é sua prioridade

ZOOM



Já Faltou - DP



Accesse os blogs: www.zerohora.com/festasdointerior, www.zerohora.com/rumosdosul, www.zerohora.com/rumosdonorte e www.zerohora.com/rumosdosvales
peiorgrande@zerohora.com.br

Pelo Rio Grande

de ter a segunda maior serra de granito do mundo. A contradição é que a cidade tem apenas 15% de suas vias calçadas.

A pedra que serve de matéria-prima para os paralelepípedos usados no calçamento de ruas é encontrada nos cerrros, mas a maior riqueza de Capão do Leão não fica na cidade.

Os motivos para tamanha incoerência são muitos, aponta o prefeito João Quevedo (PDT). Falta interesse das empresas em participar de licitações, mão-de-obra qualificada, orçamento para cobrir o custo das obras.

Parte do granito que sai do nosso território vai para Rio Grande, porque lá estão pagando melhor por ele. Já abrimos licitações três vezes para calçar nossas ruas com paralelepípedos de granito e ninguém quis participar – lamenta.

Mesmo tendo sua principal riqueza sendo explorada, o município de 24 mil habitantes, segundo o Censo

cinco anos.

O valor repassado pelas empresas locais que atuam na região vem pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN),

mas, segundo o prefeito, é pequeno em comparação ao valor do Cefem, que, acumulado, chega a R\$ 5 milhões.

Por orgulho de sua maior riqueza, por muito tempo o governo municipal insistiu em calçar o município com pedras de granito, mas com as dificuldades em obter a matéria-prima, Quevedo anuncia que Capão do Leão deve usar pedras de concreto para acabar com a poeira.

Já começamos a mudar nossas licitações para o uso da pedra de concreto, embora ela dure menos que o granito – afirma.

Casas ficam fechadas para evitar a poeira

A notícia do possível calçamento com concreto é comemorada no bairro Jardim América, onde a po-

eira pó e eu sou obrigada a varrer a casa pelo menos três vezes por dia – reclama.

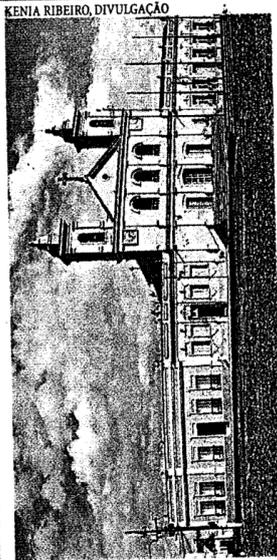
Além de um consórcio federal que extrai pedra para ser usada nos molhes de Rio Grande, outras duas empresas locais trabalham na área contratando autônomos como Antônio Isidoro Vieira, 62 anos, que além de cortador de pedras é vereador no município.

Trabalhando na função há 47 anos, Vieira, conhecido como Naba, conta que a profissão deixou de ser atrativa. Quando iniciou, Capão do Leão tinha mais de 800 cortadores de pedra, hoje, esse número não chega a 80.

O cortador mais novo tem 37 anos. Hoje os jovens têm mais oportunidades, não vão querer um trabalho pesado como esse – argumenta. Mesmo sendo vereador, Vieira não cogita abandonar o trabalho com as pedras.

sancleir.ehert@zerohora.com.br

Centro de Jaguarão é preservado



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) notificou o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, que abrange mais de 800 imóveis do centro da cidade.

Em 2011, começam as obras do Centro de Interpretação do Pampa, nas ruínas da Enfermaria Militar. Em 2010, deve terminar a primeira etapa das obras de restauro do Teatro Esperança. O próximo passo será o tombamento do Mercado Público Municipal.

A médio prazo, poderá ser instalado um escritório do Iphan na cidade. Para mais informações, os proprietários devem procurar a Secretaria de Governo, Planejamento e Gestão Democrática.

